

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Isabel Cristina dos Santos Pedroso Machado

**SOBREVIVENDO À VERTIGEM:
Determinações e implicações da violência na saúde mental, na condição periférica
dependente, a partir das contribuições de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon**

Goiânia
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

ISABEL CRISTINA DOS SANTOS PEDROSO MACHADO

3. Título do trabalho

SOBREVIVENDO À VERTIGEM: Determinações e implicações da violência na saúde mental, na condição periférica dependente, a partir das contribuições de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Cristina Dos Santos Pedroso Machado, Discente**, em 07/03/2023, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_documento_assinar&id_acesso_externo=339725&id_documento=3869525... 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Mattos Farias, Usuário Externo**, em 08/03/2023, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3571121** e o código CRC **7DFD6277**.

Isabel Cristina dos Santos Pedroso Machado

SOBREVIVENDO À VERTIGEM:

Determinações e implicações da violência na saúde mental, na condição periférica dependente, a partir das contribuições de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Faculdade de Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia.

Linha de Pesquisa: Bases históricas, teóricas e políticas da Psicologia.

Orientador: Tadeu Mattos Farias

Goiânia
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado, Isabel Cristina dos Santos Pedroso
SOBREVIVENDO À VERTIGEM: Determinações e implicações da
violência na saúde mental, na condição periférica dependente, a
partir das contribuições de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon
[manuscrito] / Isabel Cristina dos Santos Pedroso Machado. - 2023.
cxlix, 149 f.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de tabelas.

1. Violência. 2. Colonialismo. 3. Capitalismo dependente. 4.
Violência libertadora. I. Farias, Tadeu Mattos, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 09/2023 da sessão de Defesa **ISABEL CRISTINA DOS SANTOS PEDROSO MACHADO**, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP, área de concentração em **Psicologia**.

Ao um dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três (01/03/2023), às 09h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Tadeu Mattos Farias / PPGP-UFG**, doutor(a) em pela , **Pedro Henrique Antunes da Costa / UnB**, doutor(a) em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e **Fernando Lacerda Junior / PPGP-UFG**, doutor(a) em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública na Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: "**SOBREVIVENDO À VERTIGEM: Determinações e implicações da violência na saúde mental, na condição periférica dependente, a partir das contribuições de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon**", em nível de Mestrado, de autoria de **ISABEL CRISTINA DOS SANTOS PEDROSO MACHADO**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo(a) presidente da Banca Examinadora, Prof.(a) Dr. (a) **Tadeu Mattos Farias / PPGP-UFG**, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo **APROVADO**. Os trabalhos foram concluídos e eu, Profa. Dra. Lívia Gomes dos Santos, coordenadora do PPGP-FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos um dias do mês de março de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Presidente - Tadeu Mattos Farias / PPGP-UFG

Membro titular 2 - Pedro Henrique Antunes da Costa / UnB

Membro titular 3 - Fernando Lacerda Junior / PPGP-UFG

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Antunes da Costa, Usuário Externo**, em 07/03/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Mattos Farias, Usuário Externo**, em 08/03/2023, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

09/08/2023, 19:48

SEI/UFG - 3576788 - Ata de Defesa de Dissertação



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 09/08/2023, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Coordenadora**, em 09/08/2023, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Cristina Dos Santos Pedroso Machado, Discente**, em 09/08/2023, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3576788** e o código CRC **A2C2C940**.

Referência: Processo nº 23070.011143/2023-13

SEI nº 3576788

Dedico este trabalho à memória de meus pais:
Zuleika dos Santos Pedroso e Francisco Pedroso Dias.

AGRADECIMENTOS

Estou feliz por poder expressar a minha gratidão, pois tenho muito a agradecer. Primeiramente, sou grata pela fé em Jesus Cristo, um dos canais de identificação com o Pe. Ignacio Martín-Baró, sua militância e obra. Através dela, consegui forças para enfrentar um mestrado que transcorreu dentro da pandemia de Covid-19, com incertezas, isolamento, distanciamento da faculdade e colegas, pois as aulas do Programa de Pós-Graduação foram todas *online*, e, após a qualificação, recebi a surpresa do desemprego e pude, ainda, continuar resiliente. Nesse momento, contudo, mantive-me grata por participar do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação, com o qual me senti enriquecida e no qual vivi uma experiência marcante.

Agradeço imensamente à minha família, ao meu marido, Roberto, e às minhas filhas, Gabriella e Danna, que me motivaram a entrar no programa. Sou especialmente grata a elas, que me ajudaram discutindo sobre os temas, me dando suporte nas encruzilhadas dos estudos, que me paralisaram em alguns momentos desta caminhada. A minha gratidão pela disponibilidade e partilha de conhecimentos e saberes.

Ao meu orientador, Tadeu Mattos, intelectual, meu muito obrigada. Em você me espelhei durante este mestrado, professor e militante comprometido; obrigada pelo acompanhamento, pela orientação, pelas inúmeras discussões sobre os temas, pela presença mesmo à distância, pelas ricas indicações de leitura e cursos durante o programa, pelas correções nos momentos de orientação. Agradeço o seu profissionalismo e humanidade no relacionamento professor-aluno, com os quais me brindou; levarei essa experiência tão edificadora para sempre.

Sou muito grata aos professores que compuseram a minha banca de qualificação e defesa, Fernando Lacerda e Pedro Costa, pelo compromisso social e comigo como aluna, pela riqueza das correções, pelas indicações de leitura, pelos vídeos e livros de sua autoria, que contribuíram e qualificaram a minha formação. Apesar de não ser graduada em psicologia – sou advogada –, estou muito interessada pelo campo *psi*, que guarda muita afinidade com o meu trabalho profissional.

Sou grata aos autores, grandes intelectuais pesquisados, vivos e falecidos, cujas obras utilizei na elaboração deste estudo.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGP pela atenção, partilha de saberes e presteza nas orientações sobre o programa, e à professora Lívia Gomes, pelo acompanhamento e ensinamentos ofertados no meu estágio de docência.

Enfim, o meu muito obrigada a todos que fizeram parte da minha trajetória e contribuíram com o meu ser e fazer de agora! Gratidão!!

RESUMO

Este trabalho é um estudo teórico, um ensaio de inspiração marxista, acerca das determinações e implicações da violência na saúde mental, ligadas a fatores sociais e culturais, em sociabilidades de condição periférica dependente, amparado nas interpretações de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon, em diálogo com importantes intérpretes da tradição marxista do pensamento social brasileiro. Nele analisaram-se os estudos de Martín-Baró sobre a violência e as suas implicações na saúde mental, buscando encontrar categorias de análise relevantes, e os estudos de Frantz Fanon sobre a temática, para investigar as suas contribuições e possíveis influências na obra baroniana. Para situar a discussão, foi caracterizada a formação social brasileira, de modo a mostrar que a forma de produção brasileira de capitalismo dependente é um processo forjado desde o Brasil colônia; ainda, busca-se explicar a sua pertença a um sistema autocrata, colonial escravista, eivado de violência e opressão. Em contraposição, a violência libertadora do oprimido rompe com a desumanização e a subalternização do explorado e oprimido.

Palavras-chave: violência; colonialismo; capitalismo dependente; violência libertadora.

RESUMEN

Este trabajo es un estudio teórico, un ensayo de inspiración marxista acerca de las implicaciones y determinaciones de la violencia en la salud mental, conectado a factores sociales y culturales, en sociabilidades de una condición periférica dependiente, soportado en las interpretaciones de Ignacio Martín-Baró y Frantz Fanon, en diálogo con importantes intérpretes de la tradición marxista del pensamiento social brasileño. Analizamos los estudios de Martín-Baró acerca de la violencia y sus implicaciones en la salud mental, buscando lograr categorías de análisis relevantes, y los estudios de Frantz Fanon acerca del tema, para investigar sus aportes y posibles influencias en la obra de Martín-Baró. Para ubicar la discusión, se describen rasgos característicos de la formación social brasileña, para mostrar que el modo de producción brasileño del capitalismo dependiente es un proceso desarrollado desde el Brasil colonial; aún, se busca explicar su pertenencia a una sociedad colonial esclavista y autocrática, sistema lleno de violencia y opresión. En cambio, la violencia liberadora de los oprimidos provoca una ruptura con la deshumanización y subalternización de los explotados y oprimidos.

Palabras clave: violencia; colonialismo; capitalismo dependiente; violencia liberadora.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CNN	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ELN	Exército de Libertação Nacional
FDR	Frente Democrática Revolucionária
FMLN	Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
hab.	habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	índice de desenvolvimento humano
IMDS	Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social
km	quilômetros
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OVV	Observatório Venezuelano da Violência
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde
TAT	Teste de Apercepção Temática
UCA	Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos selecionados no primeiro momento	12
Tabela 2 – Brasil 2019	16
Tabela 3 – Brasil 2019	17
Tabela 4 – Brasil 2019	18
Tabela 5 – Brasil – 3º trimestre 2022	24
Tabela 6 – Brasil – 3º trimestre 2022	24
Tabela 7 – Vias do desenvolvimento do capitalismo	35
Tabela 8 – Maior concentração de trabalho escravo no Brasil no ano de 2022	39
Tabela 9 – Exame da violência	69
Tabela 10 – Conceituação	70
Tabela 11 – Quatro dimensões constitutivas da violência	82
Tabela 12 – Três características das relações sociais de guerra que vão se cristalizando na população	88

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Motivação pessoal	1
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	3
1.1 Apresentação da pesquisa	3
1.2 Fundamentos do percurso da pesquisa	9
1.3 Procedimentos Metodológicos	11
CAPÍTULO 2 – SOBREVIVENDO À VERTIGEM	15
CAPÍTULO 3 – DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	27
3.1 A violência no Brasil de Hoje.....	28
3.2 Desenvolvimento do capitalismo na/pela colonização	29
CAPÍTULO 4 –VIOLÊNCIA COMO PARTE DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.....	39
CAPÍTULO 5 – DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E DEPENDÊNCIA.....	48
5.1 Autocracia burguesa e forma autocrática de Estado	50
5.2 Interlocução entre Estado e violência no capitalismo dependente.....	55
5.3 De frente para o passado: condição autocrática e modernização conservadora ...	60
CAPÍTULO 6 – CAOS E ORDEM: DESORDEM ORGANIZADA. DIÁLOGOS COM MARTÍN-BARÓ SOBRE A VIOLÊNCIA	66
6.1 Examinando a Violência a Partir da Leitura Baroniana	72
6.1.1 Trauma psicossocial	84
6.2 Perspectiva psicossocial sobre a violência a partir da história.....	96
CAPÍTULO 7 – SOFRIMENTO PSÍQUICO A PARTIR DA COLONIZAÇÃO: DIÁLOGOS COM FANON.....	102
7.1 Violência na particularidade colonial	107
7.2 Manifestações da violência: doenças produzidas pela opressão.....	110
CAPÍTULO 8 – FRENTE A FRENTE COM A VERTIGEM: ULTIMAÇÃO	123
REFERÊNCIAS	136

APRESENTAÇÃO

Motivação pessoal

Este trabalho foi um grande desafio a que me propus ao elaborar o projeto de mestrado. Estou consciente que não foi possível aprofundar-me na riqueza de categorias ofertadas pelos autores pelo tempo e pela proposta do programa. Convoquei ao debate, contudo, o tema violência e as suas determinações e implicações na saúde mental, o qual reputo relevante para o momento histórico brasileiro atual. Se o objeto do trabalho foi um desafio em si, mais desafiador foi o momento histórico da pandemia planetária na qual transcorreu o mestrado. Primeiro, o decreto de isolamento estadual e municipal; logo depois, o regresso do meu orientador para sua terra natal, a 2.613,9 km de Goiânia. Seis meses de suspensão de aulas e o retorno *online*, que difere de Ensino à Distância. Acredito que a insegurança tenha assolado a todos, professores, alunos e servidores administrativos. Andamos por um longo período às escuras, a comunicação sofreu um enorme prejuízo. Nesse processo, a discussão sobre o tema, o desenvolvimento do objeto, a escolha dos autores, o levantamento da bibliografia, a participação nas disciplinas, a contribuição nas discussões, a elaboração dos textos, tudo que antes parecia tão mezinheiro, tomou feições agigantadas. Por ser do grupo de risco, fiquei um ano e meio sem sair de casa, realizando todas as tarefas, inclusive profissionais, por meio de uma tela de computador.

Em meio ao caos, a dissertação foi um oásis e o tema determinações e implicações da violência na saúde mental, além do contato com os autores, foi apaixonante. Particularmente, Martín-Baró e Frantz Fanon foram uma oportunidade de revisitar a minha história pessoal, minha colaboração voluntária na Comissão de Justiça e Paz, na década de 1980, a graduação inacabada em Teologia, no Instituto Franciscano, atravessada pela teologia da libertação, e as conclusões da Conferência de Medellín, onde a Igreja convocou para três ações específicas: denunciar as injustiças, defender os oprimidos e fazer uma opção preferencial pelos pobres.

A minha identificação com Pe. Ignacio Martín-Baró foi plena e recordei-me muito da minha ida a El Salvador, como missionária, em 1990, um ano depois de sua execução e dez anos após a de Dom Oscar Romero. A descoberta de Fanon foi algo revelador para mim, um estudioso fantástico que influenciou tantos outros, em várias partes do planeta, por anos invisibilizado, autor de um estudo profícuo da saúde e da política, com tanto a ofertar e redescoberto nesse novo milênio.

Deveras sou outra pessoa depois deste mestrado, em conhecimento e qualidade humana. Como foi uma trajetória desafiadora, não posso deixar de salientar que tive coragem de entrar em um mestrado de psicologia, trinta e quatro anos depois de graduada em Direito. Voltar à escola depois de tanto tempo, nas condições descritas de pandemia, foi a curva do paradigma para mim, reinventei-me e este estudo expressa cada experiência vivida, ressignificada e relida de minha relação comigo mesma e com o mestrado.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Não se trata de indicar ao povo o que deve fazer ou não; trata-se de incorporar o fazer científico a uma práxis social libertadora, que desmascara e destrói a manipulação, promovendo uma sociedade baseada na solidariedade e na justiça. (Martín-Baró, 2017a, p. 155).

1.1 Apresentação da pesquisa

Este trabalho é um estudo teórico, um ensaio de inspiração marxista, com o escopo de investigar as determinações e implicações da violência na saúde mental, na condição periférica dependente, apoiada nas obras de Ignacio Martín-Baró e Frantz Fanon, em diálogo com importantes intérpretes da tradição marxista do pensamento social brasileiro. Secundariamente, pretendo: (1) Investigar as análises e teorizações de Martín-Baró e Frantz Fanon sobre a violência e as suas consequências psicossociais; (2) Discorrer sobre a violência no capitalismo dependente brasileiro, a partir do diálogo com importantes intérpretes da tradição marxista do pensamento social brasileiro que analisaram o caráter autocrático da via de desenvolvimento capitalista da formação social brasileira.

O título SOBREVIVENDO À VERTIGEM homenageia a coragem de milhares de mulheres e homens, de todas as gerações, presente e passado, em vários pontos do globo, que, na luta pela libertação ou emancipação de seu povo, para além de torturas, medos, incertezas, dores, doenças e amputações sofridas, ainda continuaram a lidar com as suas loucuras momentâneas e as perturbações pelas escolhas radicais realizadas, impostas pelo momento. Lembra, também, os “doentes mentais” segregados e confinados aos manicômios por décadas, silenciados e amontados com não seres. Em outras palavras:

Nossos atos não cessam nunca de nos perseguir. Seu arranjo, sua ordenação, sua motivação podem perfeitamente aparecer *a posteriori* profundamente modificados. Não é esta uma das menores armadilhas que nos prepara a História com suas múltiplas determinações. Mas poderemos escapar à vertigem? Quem ousaria supor que a vertigem não assedia toda a existência? (Fanon, 1968, p. 215).

Disposta a fazer face à vertigem, inicio a jornada consciente de que, no ensaio, o objeto tem a primazia, e, como pesquisadora, procurei estar em permanente interação com ele (Meneghetti, 2011). Durante mais de trinta anos de estudo na área do Direito, a violência sempre me preocupou e essa preocupação me instigou a investigar as possíveis causas e consequências de sua incidência sobre grupos e pessoas. Em função disso, em 2011, durante meu curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito do Trabalho, elegi o tema Trabalho Infantil como estudo e pesquisa na área. Realizei um levantamento da legislação brasileira sobre o assunto articulado

com o impacto que as crenças e a economia familiar exerciam no trabalho infantil no Brasil, pois tinha a convicção de que o Direito, sozinho, não poderia oferecer caminhos de transformação dessa realidade. Passados alguns anos, em função da graduação inconclusa no curso de Psicologia, decidi aprofundar o tema violência dentro do campo da Psicologia Social, por entender que poderia, através dessa ciência, obter um conhecimento verdadeiro sobre o assunto. O primeiro livro que me chegou às mãos foi *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*, de Ignacio Martín-Baró (2017a). Dois anos depois, decidi ingressar no processo seletivo do programa de mestrado em Psicologia da UFG.

Desde o primeiro momento de minhas atividades de pesquisa dentro do programa, o tema da violência sempre esteve presente, tendo sido enriquecido pela curiosidade em entender suas implicações na saúde mental. A obra escolhida para o mergulho no tema foi o antigo conhecido, *Crítica e libertação na Psicologia*. Ao aprofundar-me em sua leitura, sob um olhar mais investigativo, percebi a necessidade de ampliar esse conhecimento utilizando-me das obras de Martín-Baró que investigassem mais profundamente o tema violência. Assim, estudando a apresentação da obra mencionada, de autoria de Fernando Lacerda Júnior, me deparei com seguinte texto:

A Psicologia Social, para Martín-Baró (1985/2012), não é uma especialidade asséptica que estuda a influência social ou a cognição social, mas é um campo que busca ampliar a liberdade humana oferecendo explicações sobre a dimensão ideológica da ação humana, isto é, sobre a relação entre interesses sociais gerados em uma sociedade de classes e as ações humanas em diferentes contextos (Lacerda Júnior, 2017, p. 14).

Além da provocação que ele faz, ofereceu-me uma referência valiosa, a obra intitulada *Acción e ideología – psicología social desde Centroamerica* (Martín-Baró, 1990a), a qual subsidiou parte significativa da base dos estudos apresentados neste trabalho sobre violência. O exame minucioso das obras *Crítica e libertação na Psicologia* e *Acción e ideología* culminaram em um levantamento de artigos e obras do autor, bem como de comentadores, que auxiliaram na compreensão mais ampla do tema.

O exame de *Acción e ideología* permitiu-me entrar em contato com o livro de Frantz Fanon, *Os condenados da terra*, citado nominalmente no texto, obra que influenciou decididamente os estudos do Martín-Baró sobre a violência e é, no ponto de vista desta pesquisadora, a mais significativa contribuição do autor. Assim sendo, destaco que os estudos de Fanon, neste trabalho, tem o escopo de dar suporte à discussão sobre a violência a partir das análises de Martín-Baró. Apesar do subsídio de Fanon à obra de Martín-Baró se ater ao tema da violência, entendi ser de grande valia e enriquecimento deste trabalho, por abordar os assuntos acerca da guerra colonial e as perturbações mentais, que figura como segunda parte

do livro *Os condenados da terra*. Essa parte mostra as consequências da violência nas diversas subjetividades, no ambiente de uma guerra revolucionária pela libertação, bem como a relação entre violência-sofrimento psíquico, visualizada no livro *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (Fanon, 2020a), a partir da violência pela desconsideração da cultura, da pessoa negra, do colonizado, da discriminação e rebaixamento do ser humano considerado como não ser. São reflexões que nos instigam e confrontam a deixar nosso conforto e segurança para mirar verdadeiramente a realidade das práticas *psi*. A partir desses títulos acessei outros de autoria de Fanon e de comentadores, os quais ofereceram o cenário que me possibilitou perceber a sociogênese como fio condutor das obras, e a violência libertadora do colonizado um salto na apreensão da violência.

Esses estudos foram fundamentais para o próximo passo: entender a formação econômico-social brasileira e investigar a atualidade das reflexões desses autores sobre a violência e suas implicações na saúde mental, para um País de condição periférica dependente como o Brasil. Em minha graduação, na década de 1980, passei a estudar o marxismo como teoria social capaz de oferecer um conhecimento verdadeiro sobre o indivíduo e a sociedade e, naquela época, os autores sobre os quais me debrucei foram Karl Marx, Friedrich Engels e Lenin. Durante os estudos do trabalho em questão, retomei esses autores com um novo frescor e uma apropriação diferenciada de sua teoria para subsidiar a análise aqui apresentada.

Assim sendo, na pesquisa, dediquei-me a um estudo mais coeso da formação econômico-social brasileira a partir de importantes intérpretes da tradição marxista do pensamento social brasileiro, buscando compreender, dentre outras, as formações burguesa e estatal, as vias de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a dependência às economias centrais e sua relação com a etapa imperialista do capitalismo, e a violência que atravessou esses processos. Para tanto, entre os autores pesquisados, tomei como suporte, no esforço de entender a realidade brasileira, Antônio Carlos Mazzeo e Florestan Fernandes, com as obras *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa* (2015) e *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (2020), respectivamente, visto que, ao refletir o Brasil em suas origens, me ajudaram a analisar as implicações dessa gênese na realidade de violência brasileira em diversos segmentos da sociedade.

Nesse escopo, para enriquecer as reflexões teóricas, procedi a um cotejo entre fundamentação teórica e dados da realidade brasileira, abordando, na introdução de cada capítulo, dados sobre violência psicológica, física, fome, homicídios, empregabilidade formal, concentração de renda, trabalho análogo à escravidão, mortes em ações policiais, violências aos

povos indígenas, violência ao paciente psiquiátrico. A intenção foi verificar como as teorias apresentadas dão conta de elucidar o cenário develado pelo conjunto dos dados apresentados.

A violência e a saúde mental formam uma espécie de síntese da estrutura social do capitalismo periférico dependente, de caráter subordinado às relações capitalistas colonialistas e imperialistas, subordinadamente a elas inseridas, se expressam na/pela superexploração da força de trabalho. Tipo de sociabilidade onde os setores assalariados, destituídos de direitos sociais fundamentais, bem como alijados de bens e serviços, são submetidos a mecanismos permanentes de exploração e opressão, em benefício de uma classe dominante interna e de países de economia central, aos quais a burguesia local se subordina. É nesse tipo de sociedade que os sujeitos implicados estão inseridos (Costa & Mendes, 2020a, 2020b).

Os países dependentes, como é o caso do Brasil, integraram as relações capitalistas tardiamente, de forma subordinada e dependente aos países centrais (Costal, 2011; Fernandes, 2020).

Dependência e subdesenvolvimento capitalista são duas caracterizações teóricas que servem para explicar a situação dos países de origem colonial e capitalismo tardio, cujo patamar de acumulação originária de capital foi altamente prejudicado pela posição subordinada nas relações internacionais de poder, em face das nações capitalistas centrais e mais desenvolvidas (Costa, 2011, p. 2).

Essa integração tardia coibiu a realização de uma revolução burguesa clássica por parte dos países dependentes, que rompesse com as estruturas coloniais e criasse um mercado interno dinâmico e uma burguesia nacional autônoma (Costa, 2011; Fernandes, 2020).

Como veremos adiante, a formação da sociedade brasileira se desenrolou eivada de violência e de luta entre segmentos dominantes e subalternos, ou seja, entre pessoas ou grupos sociais silenciados pelas classes dominantes das organizações socioeconômicas da sociedade e os grupos hegemônicos detentores do poder e da economia (Fernandes, 2020). O capitalismo, então, para se constituir da forma como o conhecemos hoje, foi fonte de segregação e de sofrimento psíquico pela exploração e opressão.

A violência tem adquirido um crescente espaço nas agendas de saúde pública devido às suas consequências na saúde mental, principalmente em segmentos populacionais em situação desumanizante, cuja violência constitui as relações sociais em contexto de desigualdade (Gonçalves, Queiroz & Delgado, 2017; Minayo, 1994). De acordo com Gonçalves *et al.* (2017), em um estudo de 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que as taxas de homicídio em alguns países são muito altas na América Latina. Nesse sentido, quando a análise é focada no segmento juvenil, os números são ainda superiores, “sendo possível identificar 5 países latino-americanos nas 5 primeiras posições: El Salvador (92,3/100 mil hab.), Colômbia

(73,4/100 mil hab.), Venezuela (64,2/100 mil hab.), Guatemala (55,4/100 mil hab.) e Brasil (51,6/100 mil hab.).” (Gonçalves *et al.*, 2017, p. 18). Em 2021, ou seja, 19 anos depois, o Observatório Venezuelano da Violência (OVV) publicou um estudo sobre as mortes violentas no país e na América Latina, no qual a Venezuela figura ao lado de Honduras como os dois países mais violentos da América Latina, com uma taxa de 40,9 mortes violentas por 100 mil habitantes. Ambos são seguidos pelo México, com taxa de 29, Brasil, com 25, e Colômbia, com 24 óbitos por 100 mil habitantes. O Brasil está, ainda, entre os cinco países latino-americanos mais violentos (Galão, 2022). Aliado a esses fatores, não podemos nos olvidar das causas, relação entre saúde e formas de organização social, que promovem uma potente interlocução entre ambas, violência e saúde mental:

Passa-se a atentar para a relação da saúde com as formas de organização social da produção e as desigualdades geradas por ela. [...] Esta mudança de perspectiva faz com que o conceito de saúde saia da seara do abstrato para um constructo concreto determinado em um contexto histórico, sendo resultante de condições sociais diversas, como alimentação, habitação, renda, trabalho, lazer e posse de terra (Ministério da Saúde, 1987) (Cela & Oliveira, 2015, p. 32).

Dessa forma, no intuito de apreender a desumanização e desigualdade engendradas pela violência no contexto latino-americano, ou seja, privilegiar o entendimento de que a centralidade está na apreensão da realidade, lancei mão do ensaio que não se apega à forma classificatória, contudo, não a repele (Meneghetti, 2011). Nesse sentido, no intuito de conhecer a realidade de Martín-Baró e Frantz Fanon, examino, em capítulos posteriores, em suas obras, o tema violência, e analiso como esses autores perceberam os processos psicossociais e o psiquismo, em suas realidades periféricas, bem como o desdobramento da violência estrutural, instrumental e revolucionária nesse contexto. Ao mesmo tempo, busco verificar como suas obras colaboram com a análise da realidade brasileira. Todo o percurso tem inspiração marxista, que busca apreender a realidade e como ela é produzida, para encontrar caminhos de transformação, pois esta existe independentemente de como o pesquisador a percebe em sua imediaticidade (Oliveira & Paiva, 2016).

Os procedimentos metodológicos se inserem numa compreensão da ontologia marxiana¹, na qual a realidade de países periféricos dependentes, uma totalidade que vai configurando o psiquismo da violência e a saúde mental de forma dialética, entre esse tipo de

¹ A “ontologia marxiana consiste no reconhecimento do trabalho como categoria fundante do ser social, entendendo trabalho não como uma relação mercadológica, mas sim como uma interação do homem (social) com a natureza (meio orgânico) e que nessa interação desenvolve suas relações de produção tendo em sua síntese a práxis. Esta compreensão foi possível a partir de uma análise histórico-social da realidade em que Marx lança uma concepção radicalmente nova de mundo, ou seja, de superação da exploração do homem pelo próprio homem.” (Bertoldo & Pacifico, 2017, p. 171).

sociedade e o sujeito barbarizado, desumanizado, impulsionada por suas contradições, historicamente produto da atividade teleológica humana. Isso ocorre como um esforço constante de rever o objeto estudado a partir do contato com a realidade, em determinado processo histórico (Konder, 2012; Martín-Baró, 1990a).

A partir desta compreensão, as intuições do ensaísta não podem ser menosprezadas, no processo de elaboração do texto, rascunhos e planejamentos não eliminam ou empobrecem a dialética inerente ao ensaio. Os registros são preliminares ao texto acabado podendo se aproximar ou afastar dele, contudo não obstaculizam seu aperfeiçoamento (Bertero, 2011).

A importância dessa investigação está em desvelar o ponto de contato entre as categorias encontradas nas obras dos autores e o capitalismo dependente, para entender como a violência vai se configurando na mesma medida em que se configuram as estruturas fundamentais do capitalismo (Marx, 1867/2017). O compromisso deste ensaio é criticar a reprodução e racionalidade dominantes (Meneghetti, 2011), tais como a lógica reificadora e alienante de que faz parte o sistema capitalista. Assim sendo, para se alcançar o objetivo e os pressupostos metodológicos, se fez necessário apresentar uma teoria constituída pela apreensão da cultura e da sociedade, estudadas de forma crítica e histórica, como contribuição à psicologia e aos profissionais da área.

De acordo com Oliveira e Paiva (2016), a segregação, a fome, a exploração, o trabalho análogo à escravidão e a crescente violação de direitos no Brasil, aliados à necessidade de se ampliar o mercado de trabalho para os profissionais da psicologia, convocou a Psicologia a adentrar no ambiente escolar, hospitalar, nas organizações da sociedade civil (OSC), na rede pública de saúde e assistência social, nos presídios, bem como nos movimentos sociais, muitas vezes sob a influência da Teologia da Libertação, de atores como Martín-Baró e Paulo Freire, além de outros de matriz marxista, em um movimento de rever suas teorias e intervenções.

Apesar da conciliação entre a disciplina e uma prática, muitas vezes, a favor da manutenção da ordem, alguns grupos e profissionais da Psicologia, afirmam Oliveira e Paiva (2016, p. 226), questionam “o ranço rotulador da profissão e a psicologização dos sujeitos e dos fenômenos sociais”. Daí a importância de investigar as determinações e implicações da violência na saúde mental, na condição periférica dependente, visto que auxiliará na reflexão sobre a psicologização dos sujeitos, bem como sobre a relação entre os valores e a dinâmica capitalista que dominam nossa sociabilidade.

Nesse cenário, é necessário perceber como a prática *psi* é marcada por um processo de despolitização, onde as esferas da ciência e da política são imiscíveis (Benevides, 2005). Não obstante, de acordo com Benevides (2005), exige-se dessa ciência um compromisso tanto com

o referencial teórico-conceitual quanto político, um posicionamento pela convergência entre indivíduo e corpo social. Os serviços da psicologia, como ciência e profissão, entregues à população, devem ser fruto de suas demandas concretas, em países periféricos, para colaborar na superação da identidade alienada das pessoas. Investigar, portanto, a violência no capitalismo dependente brasileiro, a partir do diálogo com importantes intérpretes da tradição marxista do pensamento social brasileiro, contribuirá para uma análise crítica sobre a oferta dos serviços de psicologia à população brasileira, que experimenta, cotidianamente, o caráter autocrático da via de desenvolvimento capitalista da formação social brasileira. Isso seria uma contribuição relevante, que exigiria, do profissional, uma mudança de perspectiva teórica e prática, além de um compromisso com a luta das maiorias populares (Martín-Baró, 1996).

Dessa forma, como afirma Dimenstein (1998), a população subalterna clama, para além do diagnóstico e do sintoma, pela reconstrução de sua história de vida, por isso reputo de grande valor investigar as análises e teorizações de Martín-Baró e Frantz Fanon sobre a violência e suas consequências psicossociais, com o intuito de apreender a experiência desses estudiosos no engajamento para a libertação e reconstrução da história de seu povo, na expectativa de que seu legado contribua com o fazer *psi* no sentido de reunir o “saber científico a uma práxis [*psi*] libertadora” (Martín-Baró, 2017a, p. 155).

1.2 Fundamentos do percurso da pesquisa

De acordo com Tonet (2013), o conhecimento é uma mediação. Para se fazer intervenções na realidade de maneira direta ou indireta, ao produzir o conhecimento é importante perguntar o para quê, e, em uma sociabilidade onde está estabelecida uma divisão de classes, para quem. Desse modo, no sentido de buscar um conhecimento que subsidie a transformação da realidade, são imprescindíveis duas perguntas: para que fim e para atender a quais interesses (Tonet, 2013).

Dito isto, Karl Marx, que, segundo Tonet (2013), expressa os interesses da classe trabalhadora, elabora os fundamentos de um padrão científico radicalmente novo:

Não há dúvida de que Marx é legatário de toda a história do pensamento ocidental. Ele tinha consciência disso e expressou inúmeras vezes essa compreensão. Contudo, ele não era e nem se considerava um mero continuador, mas entendia-se como alguém que se apropriava criticamente de elementos criados ao longo deste processo e nesse confronto crítico lançava os fundamentos de uma concepção de mundo radicalmente nova (Tonet, 2013, p. 65).

Nessa perspectiva, descortinam-se dois caminhos para se conhecer a realidade onde o objeto está inserido: por um lado, o conhecimento que reafirma a reprodução da sociabilidade

burguesa, tendo como centro de irradiação do conhecimento a subjetividade, que prima pela concepção idealista da história, onde prioritariamente estão as ideias; por outro, a produção de um conhecimento que coordene a crítica e a transformação social (Tonet, 2013). A validade do método marxiano baseia-se no entendimento de que não são as ideias que regem o mundo, portanto, é preciso buscar, na realidade material, o ponto de partida para compreendê-lo (Tonet, 2013; Yamamoto, 2016). Assim, é a partir do processo de conhecimento da realidade objetiva que se pode intervir sobre o mundo material e transformá-lo efetivamente (Oliveira & Paiva, 2016; Tonet 2013; Yamamoto, 2016).

Marx e Engels demonstram concretamente, afirma Tonet (2013), que é preciso partir do mundo material, do conjunto de relações estabelecidas pelos seres humanos entre si no processo de transformação da natureza, para poder produzir e reproduzir-se:

O mundo sensível [...] não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (Marx & Engels, 2007, p. 30).

A partir desse processo irão surgir múltiplas relações que perfazem a totalidade social, inúmeras engendradas na violência, que geram consequências no psiquismo, na saúde mental, comprometem as relações humanas e mantém uma maioria subjugada ideologicamente a um sistema opressor como algo natural, imutável. Tais relações nascem, direta ou mesmo indiretamente, do trabalho, que é categoria fundante do ser social, realizam funções diversas dele e entre si, que irão alcançar, em sua especificidade histórica e social, a totalidade social (Oliveira & Paiva, 2016). “Neste sentido o exame do trabalho, categoria fundante do ser social e modelo de todas as atividades humanas, permite compreender a origem (ontológica), a natureza e a função social do conhecimento científico” (Tonet, 2013, p. 101).

A realidade social é composta de essência e aparência. Dessa forma, o autor destaca que os dados empíricos são importantes, são o ponto de partida do conhecimento (Tonet, 2013), e, apesar de serem históricos, a realidade não se expressa imediatamente através deles, eles precisam ser ultrapassados para se chegar à essência da realidade (Lacerda Júnior, 2016; Oliveira & Paiva, 2016; Yamamoto, 2016). Marx coloca no objeto a centralidade do processo de conhecimento (Tonet, 2013), chamando a atenção para o fato de que a essência é tomada como resultado do processo histórico. Assim, é preciso submeter a subjetividade (razão) à realidade objetiva (mundo), visto ser a realidade subsistente, dotada de independência do pensamento. Não obstante, tal submissão não anula a tarefa da subjetividade, que precisa

desenvolver um processo que identifique, na realidade objetiva, possíveis relações para orientar determinada ação objetivadora, para atingir determinado escopo (Tonet, 2013; Yamamoto, 2016). Assim sendo, na relação entre o momento subjetivo e o objetivo há uma relação dialética em que a prioridade ontológica está ao lado da realidade objetiva (Tonet, 2013), não se esquecendo de que a subjetividade tem de intervir para atingir o objetivo.

Na feitura do conhecimento, é necessário ter em vista o aparato ontológico, o modo de ser e reproduzir de certa sociabilidade, ou seja, o objeto é histórico, social, essência e aparência, totalidade (Tonet, 2013), a relação entre o momento subjetivo e objetivo, que deve nortear todo o estudo para entender o que é a base material da violência e sua implicação na saúde mental em uma sociedade periférica dependente.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Partindo das relações e dos elementos que contribuem para a configuração do objeto de estudo para se chegar à sua concretude, passo a explicar a concepção da pesquisa, informando que, por ser um ensaio “para operacionalizar a apreensão do objeto, a razão instrumental separa os elementos constitutivos dele para sistematizar de forma a criar uma lógica compartilhada que possibilite a objetividade em conhecer o objeto” (Meneghetti, 2011, p. 326).

No sentido de organizar o trabalho, dividi a investigação em cinco momentos. No primeiro deles, me dediquei à análise dirigida pelo contexto das obras dos autores Martín-Baró, Frantz Fanon: livros, capítulos de livros organizados pelos autores e/ou outros autores estudiosos da obra deles, ou com temas afins, artigos em periódicos científicos e revistas de produção acadêmica, manuscritos (palestras, conferências e trabalhos para obtenção de título) e o momento histórico-social que estimula sua produção.

Os textos selecionados dos autores Martín-Baró e Frantz Fanon estão publicados nos idiomas espanhol e português e foram considerados, também, textos de comentadores, em virtude de sua relevância na clarificação da análise do tema violência nas obras dos autores. Escolhi as obras tomando por critério o estudo da violência e suas implicações na saúde mental, e, bem como da violência como elemento constitutivo da formação econômico-social brasileira. No ensaio, o conteúdo influencia a forma como se expõem as ideias, de maneira a que a linguagem apresenta o que se quer refletir sobre o conteúdo (Meneghetti, 2011). As análises sobre as obras escolhidas de Martín-Baró e Fanon auxiliaram no diálogo com a formação social brasileira. Apesar de serem contextos históricos diferentes, a violência foi elemento constitutivo que atravessou essas sociabilidades, instrumento de opressão, dominação e desumanização, a

“cristalização traumática nas pessoas e nos grupos de relações sociais desumanizadas” (Martín-Baró, 2017a, p. 312). Nesse primeiro momento, o foco foi a familiaridade com as obras, a leitura repetida e ativa do conjunto, visando iniciar a identificação de ideias importantes, neste momento as obras mais aprofundadas foram as constantes da Tabela 1.

Tabela 1

Textos selecionados no primeiro momento

Autor	Livro
Ignacio Martín Baró	Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais
Ignacio Martín Baró	Poder, ideología y violencia
Frantz Fanon	Os condenados da terra
Frantz Fanon	Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos

No segundo momento da investigação, após uma análise geral através da leitura e da releitura dos estudos dos autores, realizei uma eleição de ideias, o que foi interessante sobre elas e o porquê. Dessa forma, estruturei uma listagem de conceitos ligados ao tema violência, retirados das ideias eleitas, e agrupei-os por afinidade. Na verdade, a intenção foi encontrar as ideias-chaves utilizadas pelos autores e perceber qual era o fio condutor da obra. A meta foi descobrir as categorias de análise utilizadas, de modo a empregá-las em minha reflexão sobre o objeto de estudo. Para Marx, “categoria que é um traço pertinente da realidade social, um modo de ser do real social não existe na natureza. [...] é uma característica específica do ser social” (Netto, 2011a, p. 337). Foram identificadas, nos estudos de Martín-Baró, as seguintes categorias de análise fundamentais sobre as quais me debrucei: trauma psicossocial, fundo ideológico, justificação da violência, contexto possibilitador e violência institucionalizada; já no caso dos estudos de Fanon, aprofundei-me em colonização, guerra colonial, violência-sofrimento psíquico, sociogênese, além da categoria utilizada por ambos, violência libertadora do oprimido.

Passando ao terceiro momento, realizei uma análise interpretativa das categorias e de suas articulações, movimento e historicidade, a captura de sua essencialidade. Para uma compreensão melhor desse momento, cito, como exemplo, a categoria **violência libertadora do oprimido**, relevante na obra de Martín-Baró, pois busca romper com as relações desumanizadoras, ao mesmo tempo que há a humanização do oprimido e opressor. É possível deduzir que foi intimamente construída a partir da violência libertadora do colonizado, categoria cunhada por Fanon (1968, p. 27), já que a “‘coisa’ colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta”.

O quarto momento foi dedicado ao refinamento da análise, a perquirir suas contradições, determinações e conexões com a totalidade, mesmo sendo de menor complexidade, como o contexto de capitalismo dependente brasileiro, onde está situado o objeto

de estudo. Como explica Konder (2012), existem níveis diferentes de totalidade, uns mais outros menos abrangentes, a depender do nível de generalização. Assim, de acordo com o autor,

[s]e eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua história, das suas contradições atuais. Se, porém, eu quiser aprofundar a minha análise e quiser entender a situação do Brasil no quadro mundial, vou precisar de um nível de totalização mais abrangente: vou precisar de uma visão de conjunto do capitalismo, da sua gênese, da sua evolução, dos seus impasses no mundo de hoje. E, se eu quiser elevar a minha análise a um plano filosófico, precisarei ter, então, uma visão de conjunto da história da humanidade, quer dizer da dinâmica da realidade humana como um todo (nível máximo de abrangência da totalização dialética) (Konder, 2012, p. 37).

O “ensaio estuda o objeto na sua condição dialética” (Meneghetti, 2011, p. 327), logo, a totalidade necessária ao conhecimento do objeto, das implicações da violência na saúde mental do povo brasileiro é a formação econômico-social brasileira.

No quinto e último momento, desenvolvi a exposição do tema, apresentando interpretações, inferências e críticas, além da atualidade desses autores para o momento histórico que atravessamos no Brasil.

A reflexão no ensaio é possível a partir dos conceitos, “que são esquemas de interpretação”, processo que possibilita a classificação e a descrição do objeto (Meneghetti, 2011, p. 329). Apesar de, dentro do universo do ensaio, existir a possibilidade de mudança constante dos conceitos em função da mudança da realidade (Meneghetti, 2011), a intenção, neste trabalho, é articular as categorias de análise para conhecer a realidade. Elas são reflexivas, pertencem a ordem do pensamento e o estudioso as reproduz teoricamente, mas sem se esquecer de que são reais e podem ser aspectos de determinada sociedade; ademais, somente possuem validade plena dentro de seu momento histórico (Netto, 2011b, p. 46).

É importante salientar a decisão de investigar a obra de Frantz Fanon, tendo em vista a solidez e densidade do estudo acerca da violência, bem como de sua influência na obra de Martín-Baró sobre o mesmo tema, sua maior contribuição e legado. Arrisco dizer que a influência da obra de Fanon foi planetária, apenas citando alguns grandes autores, como Franco Basaglia, na Europa, e Martín-Baró e Paulo Freire, na América Latina; contudo, seu trabalho ainda não tem a justa visibilidade (Faustino, 2015). Destaquei os estudos do autor sobre a violência colonial, a descontextualização pela ciência *psi* na cultura africana, gerando um sistema desumanizante, fonte de segregação e doenças produzidas pela opressão. Além disso, analisei os relatos de violência geradora de perturbações mentais em ambiente colonial e de

guerra, bem como relatos de violência em um hospital psiquiátrico na Argélia, no exercício do cuidado por desconsideração da cultura e da realidade do povo.

Enfim, este capítulo pretendeu propiciar, panoramicamente, uma visão do percurso realizado na elaboração do estudo, levando em consideração que o objeto precede o método, ele informa como deve ser investigado. Além disso, o objeto faz parte de uma processualidade histórica e por ela caminhamos do fenômeno para sua essência; o objeto está em relação a uma totalidade, apesar do necessário recorte para investigá-lo, e não é neutro, pois busca a transformação da totalidade na qual está inserido (Oliveira & Paiva, 2016).

Por ser um trabalho de inspiração marxista, destaco que Marx supera radicalmente o método científico moderno, estabelece os fundamentos de uma nova e radical concepção de mundo – a concepção histórico-materialista e dialética –, lança os fundamentos de um padrão científico radicalmente novo, que aceita conhecer a realidade humana até a sua matriz fundante – o trabalho (Tonet, 2013) – e permite fazer o caminho de volta, compreendendo todo o processo histórico até chegar à sociedade em estudo (Marx, 1859/2011). Ademais, busca compreender como se produz o fundamento dessa sociedade e, desse ponto de partida, como surgem todas as outras dimensões da realidade social. De acordo com Tonet (2013), justamente porque essa realidade é histórica e social existe a possibilidade de uma transformação radical, que supere o modo de produção capitalista, extinga toda a forma de exploração de um ser humano pelo outro, e, ainda, abra a oportunidade de se construir outra forma de sociedade, baseada em outra forma de trabalho, que propicie que todos os indivíduos, como membros do gênero humano, se realizem plenamente.

CAPÍTULO 2 – SOBREVIVENDO À VERTIGEM

A situação-limite é a melhor prova epistemológica, na qual aparecem claramente as faces da normalidade e da loucura, da consciência e da alienação, da vida e da morte. (Martín-Baró, 2017b, p. 233).

O propósito deste capítulo é introduzir o tema violência e suas implicações na saúde mental, com o intuito de justificar e contextualizar este estudo. Para tanto, trago alguns assuntos, a serem aprofundados em capítulos posteriores, que cumprirão o papel de bússola para penetrarmos as questões peculiares à violência e as discussões que este trabalho pretende levantar sobre o tema.

Dessa forma, oferece uma visão geral sobre violência e saúde mental no contexto dependente e, para tal, os estudos de Martín-Baró e Frantz Fanon são um grande auxílio na compreensão da realidade apresentada a nós através das categorias utilizadas pelos autores para analisar e transformar suas realidades. Neste tópico, iniciamos a discussão sobre trauma psicossocial e colonialismo, no intuito de mostrar os sofrimentos engendrados em uma sociedade oprimida e desumanizada por um capitalismo dominante, violento, expropriador, que materializa relações desumanizadoras. Tal síntese inaugural visa preparar os passos do estudo, discutindo, primeiramente, sobre a sociedade colonial brasileira, a qual originou uma sociedade autocrática, e a formação de um capitalismo dependente, cuja violência constitutiva desse processo engendra o trauma psicossocial, com a materialização de relações opressoras e desumanizantes.

Para isso, fiz uma exposição sobre a violência na formação social brasileira a partir de aspectos que considero centrais para compreender a violência como característica inerente ao processo de produção capitalista desde sua origem. Posteriormente, examino, atentamente, a teoria do desenvolvimento capitalista no Brasil, para entender a realidade brasileira na totalidade do sistema capitalista e das relações sociais por ele engendradas. A seguir, inicio um diálogo com Martín-Baró acerca do tema violência, procurando apreender suas categorias de análise no tocante às determinações da violência na saúde mental, no intuito de utilizar seus estudos na análise da realidade brasileira autocrática, de capitalismo dependente, no recrudescimento das políticas sociais. A respeito desse tema, analiso a violência nos estudos de Fanon visando encontrar possíveis influências no estudo de Martín-Baró. Por fim, esboço uma síntese e realizo apontamentos gerais.

A guerra carrega crises socioeconômicas, é um desastre humano que deteriora coletivamente as relações sociais, acometendo a população de vários transtornos, dentre os

quais podemos citar o desemprego generalizado, as massas de desabrigados, a fome, os genocídios, para enumerar algumas de suas consequências (Martín-Baró, 2017d). Apesar da guerra formalmente entendida não fazer parte da realidade atual brasileira, contudo, pesquisa divulgada pelo Mapa da Violência, com dados de 2019, mostra as cifras da violência psicológica e a dinâmica da violência em nossa situação atual, bem como algumas de suas implicações. A porcentagem é alta, em torno de 20% dos entrevistados em diversas categorias, mostrando que as pessoas estão envoltas em uma rede de relações desumanizantes.

Tabela 2

Brasil – 2019

Pessoas informaram terem sofrido violência psicológica	Quantidade	Porcentagem
Jovens entre 15 anos e 29 anos de idade	8.909	25,30
Negros pessoas de 18 anos ou mais	16.263	18,80
Mulheres de 18 anos ou mais de idade	15.724	18,60
Adultos de 18 anos ou mais de idade	27.634	17,40
Homens de 18 anos ou mais de idade	11.910	16,00
Não negros 18 anos ou mais de idade	10.959	15,90

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023).

Martín-Baró viveu uma guerra civil, a luta visava a transformação da ordem. No caso do Brasil, a guerra se trata da autocracia estatal, da reatualização do genocídio que nos constitui historicamente, evidenciando o caráter violento de nossa realidade, ou seja, trata-se de manter a ordem e não de superá-la (Costa & Mendes, 2021b). Em El Salvador, o **trauma psicossocial**² foi vivenciado como a estagnação ou corporificação nas pessoas das relações sociais de guerra; no Brasil ele se materializa, por exemplo, no desmonte das políticas de saúde mental, um dado da forma de dominação, pois a contradição está no fato de que quanto mais se produz sofrimento, menos o Estado consegue oferecer os recursos necessários para a redução da produção desse sofrimento, portanto, a desestruturação dos programas da rede saúde mental está em consonância com a forma autocrática de gestão.

Outro padrão de violência figura na política de drogas como forma de tratamento, expressa na nova política, tendo sido excluída a redução de danos como método de cuidado. Assim, podemos verificar tal violência na saúde mental na sociedade brasileira, porque ela constitui a formação social do Brasil, que se expressa, hoje, como no passado, de uma forma brutal, como produtora de sofrimento e como forma de lidar e cuidar desse sofrimento, inclusive como forma de lidar com o sofrimento mental nos manicômios.

É relevante fazer um cotejo entre os dados da violência psicológica e os dados da violência física, apresentados pela mesma fonte de pesquisa:

² Categoria elaborada por Martín-Baró que será discutida posteriormente.

Tabela 3

Brasil – 2019

Pessoas informaram terem sofrido violência física	Quantidade	Porcentagem
Jovens entre 15 anos e 29 anos de idade	2.692	7,60
Negros pessoas de 18 anos ou mais	4.369	5,05
Mulheres de 18 anos ou mais de idade	3.584	4,20
Adultos de 18 anos ou mais de idade	não informada	4,15
Homens de 18 anos ou mais de idade	3.018	4,00
Não negros 18 anos ou mais de idade	1.054	3,20

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023).

Percebemos que a violência psicológica assola os entrevistados, uma vez que a realidade vivida no Brasil e no planeta, de 2020 a 2022, mudou a história dos povos contemporâneos. Ainda estamos inventariando os danos produzidos por uma pandemia global e, se a violência em 2019, física e psicológica, chama a atenção para uma investigação mais profunda, o cenário que se sucede, principalmente para países periféricos dependentes das economias centrais, aponta para um aprofundamento do trauma psicossocial na sociabilidade brasileira. É viável a ligação desse enfrentamento com a distribuição da saúde mental no Brasil, pois a “distribuição da saúde mental está vinculada com a distribuição da riqueza produzida no país” (Martín-Baró, 2017e, p. 29). A classe dominante alijou as massas subalternas da riqueza produzida, da contribuição nas decisões sobre as políticas públicas, bem como dos direitos sociais constitucionais, como a saúde pública.

O total acumulado desde o início da pandemia no Brasil é de 695.591 mortes (G1, 2023), dados oficiais, e facilmente poderíamos falar em 1 milhão de corpos tombados pela Covid-19 se levarmos em conta a dificuldade de notificação, relatada pela mídia, dos gestores públicos em todo o País.

No registro da média móvel de mortes pela Covid-19 no Brasil, em 19 de dezembro de 2020, constava 746 óbitos, 678 mortes pela Covid-19 nas últimas 24 horas, registro da maior média móvel de casos (G1, 2020a), e, em 20/01/2023, eram 128 óbitos, sendo 480 mortes registradas em 24h (G1, 2023). Apesar de indicar uma tendência de queda nos casos conhecidos, a pandemia não acabou e é possível que isso esteja longe de acontecer. Dessa forma, é importante ressaltar a correlação entre distribuição de riquezas e saúde no País, visto que esse movimento é gerado pelo conflito de classes, “que se consubstancia a outros, como os de raça, etnia e gênero, por exemplo, formando um todo coeso de exploração e opressão das maiorias populares” (Costa & Mendes, 2021a, p. 220).

Em 06/04/2021, no ápice da pandemia, o Brasil registrou 4.211 mortes por Covid-19 nas últimas 24 horas. Esses são os óbitos anotados em um só dia, com uma média móvel de mortes no País, em uma semana, de 2.775, indicando um aumento de variação de mais de 22%

da doença (G1, 2021). Se esse dado é perturbador, piora com a informação de que a pandemia não é a mesma para todos, sendo possível verificar as diferenças de incidência em termos de classe e raça. De acordo com o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e do Instituto Pólis, no Brasil, pretos morrem mais do que brancos em função da Covid-19. Em 2021, enquanto 55% de negros morreram pelo vírus, a proporção entre brancos foi de 38%. A desigualdade se reflete na vacinação: 3,2 milhões de pessoas brancas receberam a primeira dose do imunizante, enquanto, entre os negros, esse número cai para 1,7 milhão. Já pessoas que vivem em áreas mais vulneráveis têm 23% mais chances de contrair a doença, 32% mais chances de vir a óbito e 29% menos chances de serem testadas (Evangelista, 2023).

A pandemia de Covid-19, no Brasil, a exemplo da situação de guerra, está sendo a prosperidade de uma minoria e o assolamento da maioria, visto que aumentou a concentração de riqueza dos mais ricos e a pobreza, a fome e a desigualdade. Em dados de 2021, 10% da parcela mais rica da sociedade brasileira detinha, em 2019, 58,6% da renda nacional e, em 2021, concentrava 59%. Em contrapartida, os 10% mais pobres dos brasileiros tinham 10,1% da riqueza; em 2021, 10%. Acresce-se a eles dados que 1% dos brasileiros mais ricos são donos de metade da riqueza nacional, enquanto a metade mais pobre detém menos de 1% da riqueza. O *The World Inequality Report 2022* relata, também, que o Brasil é o segundo país mais desigual da América Latina, atrás do Chile. Segundo o G-20, nosso País, no *ranking* mundial, está em 11º, atrás de Chile (Oliveira, 2021).

Outro dado preocupante é o índice de suicídio.

Tabela 4

Brasil – 2019

Taxa de Suicídio	Quantidade	Taxa por 100 mil habitantes
Jovens entre 15 anos e 29 anos de idade	3.862	7,58
Mulheres de 18 anos ou mais de idade	2.919	2,73
Homens de 18 anos ou mais de idade	10.599	10,20
Suicídios	13.520	não informada

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023).

Esses dados são reflexo de um país e sociabilidade dependente periférica, onde não aconteceu uma ruptura com sua formação colonizadora, expressando “a própria fragmentação entre saúde e saúde mental, como se houvesse uma separação entre **o corpo físico e o corpo mental**” (Costa & Mendes, 2021a, p. 220, grifos nossos), repercutindo na população a mesma cisão, um trauma psicossocial expresso nas relações sociais alienantes, onde a personalidade das pessoas é afetada pelo não ser, pela desumanização (Martín-Baró, 2017f).

Na década de 1980, El Salvador, um país de cinco milhões de habitantes, assistiu à morte de mais de trinta mil pessoas e o evento de meio milhão de refugiados, o panorama de uma guerra civil que prometia sangrar a nação e levou a população a uma **situação-limite**:

[...] o sistema social se desintegra, desvelando os últimos mecanismos em que, até agora, se apoiava a convivência e a identidade; ao mesmo tempo, o próprio ser dos salvadorenhos, tanto física quanto psicologicamente, é posto à prova e, dia após dia, são muitos os que fogem, são derrubados ou morrem assassinados. (Martín-Baró, 2017b, p. 233).

A **situação-limite** (Freire, 1987), uma categoria cunhada por Paulo Freire, utilizada por Martín-Baró para analisar o conflito que se encontrava o povo salvadorenho, desafiava qualquer conhecimento técnico e as escolhas sociais. As relações sociais eram definidas pela violência, o ser de um grupo importava necessariamente o não ser de outro e seu antagonismo era irreconciliável, porque a ordem social se constituía pela e para a violência, ou seja, “o conflito salvadorenho explicita a essencial incapacidade do sistema sociopolítico imperante de propiciar a vida humana sem exploração e injustiça.” (Martín-Baró, 2017b, pp. 246-247).

O Brasil dos dias de hoje também experimenta sua **situação-limite**, quando se depara com dados como os já apresentados e percebe que o passado se faz presente e a realidade latinoamericana se assemelha. O estudo “Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial”, realizado pelo Instituto Sou da Paz, apresentado, em dezembro de 2021, pela CNN/Brasil (Porto, 2021), revela que, dos 30 mil assassinatos por agressão armada em 2019, 78% foram contra pessoas negras. A CNN/Brasil divulgou, ainda, dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que mostram que os homens negros são os maiores atingidos, representando 75% do total, em oposição a 19% de homens não negros. As mulheres negras representam 4% e as não negras, 2%. Esse quadro é bastante ilustrativo da situação de “guerra sem guerra” no Brasil. A democracia brasileira, que combina autocracia burguesa e democracia de cooptação, categorias que analisarei detidamente mais adiante, inaugurou uma era de contrarrevolução preventiva permanente, que se arrasta para a atualidade. Não se trata apenas de saúde ou morte, suicídio ou violência contra o igual, se trata de conflito de classes, onde a dominante precisa impor uma violência extraeconômica sobre a subalterna para favorecer a economia, garantir a ordem e o poder político (Fernandes, 2020).

Para uma melhor compreensão, na busca da superação da realidade desumanizante e desumanizadora em que estava inserido, onde a exploração e a acumulação se manifestavam na forma mais nefasta, a guerra, Martín-Baró identifica, a partir de tal contexto, a constituição de um trauma particular que cunhou, como veremos, em **trauma psicossocial** (Moreira & Guzzo,

2015). Essa categoria pode contribuir com outra de fundamental importância, o conceito de **situação-limite**, também a partir de uma situação de guerra onde eclodem limites “da resistência, do confronto, da organização” (Moreira & Guzzo, 2015, p. 575) fora do domínio da doença mental.

As situações-limite são aquelas situações cotidianas que desvelam o contraponto da relação ente o sujeito e a sociedade, revelam a constituição da subjetividade a partir de circunstâncias objetivas e anunciam as máximas possibilidades singulares constituídas pelo coletivo. (Moreira & Guzzo, 2015, p. 575).

Martín-Baró articula a Psicologia a partir da práxis no cotidiano e, ao analisar a guerra, reflete sobre a divisão de classe e, a partir dela, como se desenvolve a exploração e a subsunção do trabalho às forças do capital, à produção e à acumulação de riquezas. Assim, descortina os pontos de estrangulamento das relações sociais objetivas e externas ao sujeito por ele internalizadas (Moreira & Guzzo, 2015).

Revisitar o legado baroniano significa estimular as instâncias organizativas populares, colaborando na organização do sujeito social capaz de enfrentar a violência estrutural e institucional, que produz e reproduz a desigualdade (Moreira & Guzzo, 2015). “Enfrentando ‘situações-limite’, alguns [...] redefinem sua existência para um horizonte novo, mais realista e humanizador.” (Martín-Baró, 2017d, p. 265).

Martín-Baró convida a não paralisar-se no **trauma psicossocial**, mas a lançar um olhar para as possibilidades de organização coletiva, como advertem Moreira e Guzzo (2015, p. 575), “crise como possibilidade para a insurgência”. Dito de outra forma, a **situação-limite** propicia determinar as contradições da realidade e romper com elas.

Importante lembrar que toda a produção teórica de Martín-Baró tem origem em sua práxis contextualizada no ambiente histórico, econômico, social e cultural latinoamericano e, a partir desta realidade, é possível apreender sua compreensão material e crítica sobre a saúde mental, a partir da lente de sua categoria **trauma psicossocial** (Moreira & Guzzo, 2015). Dessa forma, o estudo de Martín-Baró configura uma “unidade teórico-prática”, de onde emerge a crítica à Psicologia de seu tempo, posto que tal ciência “se afasta da compreensão das relações íntimas que envolvem a guerra e o todo social que a contém” (Moreira & Guzzo, 2015, p. 574).

Martín-Baró faz um cotejo mostrando que, paralelamente a uma estrutura social que “explora, acumula, exclui e oprime” (Moreira & Guzzo, 2015, p. 574), a guerra é o aniquilamento da maioria e o soergimento econômico de uma minoria. “Extrair o sujeito do processo social para então tentar compreender o papel desta influência é diferente de concebê-lo na relação com a sociedade.” (Moreira & Guzzo, 2015, p. 574). Diante disso, é possível

compreender a negativa de associação, por parte de Martín-Baró, de patologias ao **trauma psicossocial** para explicar o conceito de **situação-limite** (Moreira & Guzzo, 2015).

Martin-Baró (2017b) propõe, a partir da adoção da categoria **situação-limite**, a produção de formas de resistência em El Salvador, e, possivelmente extensivas a sociabilidades como a brasileira e outras latino-americanas. São intervenções junto à sociedade que visam a despolarização social, ou seja, romper com o esquema formal polarizado do pensamento social; no mesmo diapasão o combate à mentira institucionalizada, à “história oficial” veiculada, hodiernamente, através de *Fake News*, bem como contrapor-se à desmilitarização da vida social. Partindo de um conhecimento verdadeiro da realidade, que é processual e dialética, os profissionais *psi* no Brasil poderiam contribuir como facilitadores e mediadores junto aos movimentos sociais, às associações de bairro, sindicatos, ou seja, junto ao sujeito social capaz de fazer frente à violência estrutural e institucional produtora do **trauma psicossocial**.

Não são raros os retrocessos no campo das políticas públicas e sociais no Brasil, principalmente no que diz respeito à saúde mental, como determinou, na contemporaneidade, o Anexo I do Decreto n.º 11.098, de 20 de junho de 2022³. Conforme essa normativa, a saúde mental deixou de existir na estrutura organizacional do Ministério da Saúde, tendo esse decreto colocado fim à Coordenação de Saúde Mental da pasta da Saúde. Dessa forma a Atenção Básica passa a gerenciar um órgão que ela integrava, o que reforça o movimento de contrarreforma psiquiátrica (Costa, 2022). Por outro lado, a exemplo disso, violências institucionais que infligem pessoas que sofrem algum tipo de problema de saúde mental, que produzem e reproduzem desigualdades, podem se tornar um gatilho, como afirma Pinto (1960), para a superação de realidades desumanizantes. Assim sendo, Martín-Baró (2017b) adverte que as **situações-limite** produzidas em momentos de grande convulsão social estão além da possibilidade patológica, pois podem se transformar em recursos, ferramentas para os profissionais *psi* quando investigam seu potencial (Oliveira, Moreira, & Guzzo, 2014).

Em tópico futuro intitulado “Examinando a violência a partir da leitura baroniana”, veremos que os salvadorenhos eram postos à prova diuturnamente, física e psicologicamente (Martín-Baró, 2017b). “Enfrentando ‘situações-limite’, alguns retiram recursos daquilo que nem eles mesmos eram conscientes” (Martín-Baró, 2017d, p. 265). Esses recursos propiciam o fazer face à violência que instaura a opressão e a desumanização, e um desses recursos é a violência libertadora do oprimido. Ela não permite que o sujeito fique paralisado no **trauma psicossocial**.

³ Anexo I, do Decreto n.º 11.098, de 20 de junho de 2022, Diário Oficial da União de 21 de junho de 2022, Seção 1, página 5, art. 14, item VIII.

Argumentarei, no tópico mencionado, que a violência ocupou um espaço importante na história da humanidade e, para enfrentá-la, é possível uma nova forma de violência. Isso porque há uma diferença entre o ato de violência que escraviza e o ato de violência pelo qual o escravo se liberta (Martín-Baró, 1990a). A categoria violência libertadora do escravizado foi elaborada por Frantz Fanon, o qual propôs que, a partir do produto desumanização, fruto da violência, é possível inverter a justificação e romper com o véu ideológico que recobre os interesses de uma classe dominante (Martín-Baró, 1990a).

Desse modo, a violência libertadora implode o alicerce colonial e as amarras psicológicas do colonizado, “[...] o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. Ele é a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior.” (Fanon, 1968, p. 46).

Como dito antes, vale relembrar que, para Martín-Baró (1990a, p. 378), não se trata de justificar qualquer ato de violência: “a violência libertadora do oprimido busca romper a relação desumanizadora e, com isso, busca a humanização não só de si, mas também do opressor.”⁴

A violência libertadora do oprimido propõe a emancipação do ser humano, de acordo com Martín-Baró (1990a) e Fanon (1968), transformando-o em um novo homem. O impacto do colonialismo no mundo social, de forma direta ou através de suas consequências, configura sentidos e identidades humanas (Faustino, 2018). O colonialismo impacta igualmente “as situações individuais [que] se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições” (Gordon, 2015 citado em Faustino, 2018, p. 150).

O processo de dominação, consoante Faustino (2018), expressa a desigualdade e a violência da expansão das relações capitalistas de produção para além dos países hegemônicos. “A guerra é um gigantesco negócio comercial e toda abordagem deve levar isso em conta. A submissão, no sentido mais rigoroso, da população autóctone é a principal necessidade” (Fanon, 2021a, p. 72).

Dessa forma, a dominação na colônia é um obstáculo a qualquer ação política para a constituição de uma sociedade civil, pois a legitimação é realizada pela violência, visto que o “outro é coisificado e ‘inessencial’” (Faustino, 2018, p. 152), objeto da satisfação das necessidades do colonizador (Faustino, 2018).

A violência libertadora traz à tona um novo homem, uma nova realidade, uma nova sociabilidade. Esse movimento de gestação de um novo homem também pode ser encontrado nos estudos de Martín-Baró:

⁴ Tradução livre de “la violencia liberadora del oprimido busca romper la relación deshumanizadora y, por lo mismo, busca la humanización no sólo de sí mismo, sino también del opresor.”

Em meio à destruição, o povo salvadorenho espalhou sementes de vida suficientes para se confiar na possibilidade de um amanhã. Recolhamos essas sementes para cultivar a planta da saúde mental. [...] Haverá mentes sãs, livres e criativas [...] na medida em que gozemos de um corpo social livre, dinâmico e justo. Por isso, o desafio não se limita a atender os destroços e transtornos ocasionados pela guerra; o desafio reside em construir um homem novo em uma sociedade nova. (Martín-Baró, 2017d, p. 268).

O colonizado não permite sua total dominação psicológica e, subjugado, não reconhece a autoridade nem a subalternidade; então, o colonizado “espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima. [...] Na realidade está sempre pronto a abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador.” (Fanon, 1968, p. 40). A culpabilidade que pesa sobre o colonizado aguarda o momento de voltar-se para o colono, a violência física aguarda ávida de se revelar como violência libertadora. A insurgência já está posta no colonizado, apenas aguardando o momento propício para eclodir (Martín-Baró, 2017g).

Podemos inferir, a partir do estudo de Martín-Baró (2017g) sobre o fatalismo, a dialética da violência libertadora do oprimido, pois a superação da atitude fatalista pelas maiorias subalternas implicará mudanças importantes e emancipadoras: (a) a recuperação de sua memória histórica; (b) a organização popular; e (c) a prática de classe (Martín-Baró, 2017g, p. 198).

(a) a recuperação de sua memória histórica: busca as causas da opressão e da situação vivenciada. Perquirir, na memória coletiva, elementos do passado que possam ser utilizados na luta, no presente, para defender o direito dos oprimidos. Para atingir o conhecimento de si é preciso reconhecer as origens e a identidade comunitária.

(b) a organização popular: em prol da luta pelos interesses da classe. Considera a existência de uma comunidade de interesses entre os membros da classe oprimida. Pode dinamizar as iniciativas dos oprimidos.

(c) a prática de classe: não é possível pensar em prática popular sem o desenvolvimento anterior e simultâneo dos dois itens anteriores. O ordenamento que marginaliza e dociliza as maiorias populares requer uma mudança nas estruturas políticas, econômicas e psicossociais, bem como o poder de uma minoria na exploração opressiva de muitos precisa sofrer uma inversão.

O Brasil colônia mercantilista ofereceu um contexto possibilitador fértil para a violência, impulsionado pela necessidade de produção de mercadoria em grande escala, fomentando o latifúndio escravista. O trabalho forçado tinha uma linguagem violenta, com o objetivo de domesticar o escravo, já que era imperativo repor o capital integrado aos países centrais. Esse contexto possibilitou uma formação social de capitalismo dependente, que trazia

em si uma violência extraeconômica exacerbada, bestializando o escravizado, o não livre e o livre (Fernandes, 2020). Essa **situação-limite** vivida pelo Brasil colônia foi respondida com muita resistência por parte de vários grupos e lutas que, pelo tempo disponível para elaborar este trabalho, não será possível aprofundarmos. Contudo, vale salientar que nem por um momento essa dominação aconteceu sem a oposição ferrenha por parte de indígenas, escravizados(as) e classe trabalhadora. É preciso registrar que, na busca de romper com essa situação desumanizadora, o oprimido e o explorado utilizam outro tipo de violência, a libertadora do oprimido, que o emancipa e humaniza seu algoz.

O processo de mercantilização e industrialização no Brasil, em verdadeiro ato contínuo, afastou as massas populares do acesso aos direitos básicos e fundamentais para uma existência digna, subjugada por um poder autocrático, o que ainda perdura. Essa distorção, em algum momento, levará os oprimidos a lutarem para recuperar seu espaço e sua humanidade. Vale ressaltar que a tal ação se agregará um valor e um encargo importantes, a restauração da humanidade de opressores e oprimidos.

Veremos mais à frente no estudo, que uma democracia restrita típica combina autocracia burguesa e democracia de cooptação, que reproduz formas de apropriação, expropriação e acumulação de capital, com uma acentuada espoliação externa (Fernandes, 2020). Isso acontece às custas dos setores empobrecidos da população e com o respaldo do Estado, harmonizado com as classes dominantes. É uma situação que se alongou até o presente e se fez muito visível nos anos severos de pandemia de Covid-19.

Tabela 5

Brasil – 3º trimestre 2022

Taxa de Desempregados (desocupados)	Taxa de desemprego (desocupados)
9,5 milhões	8,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a).

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil é a taxa de desocupação, a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. Isso se agrava quando ampliamos as pessoas que estão fora do acesso aos bens, serviços e ganhos financeiros diretos ou indiretos.

Tabela 6

Brasil – 3º trimestre 2022

Taxa acordo com as divisões do mercado de trabalho	Quantidade/milhões
Desocupados	9.460
Fora da força de trabalho	64.729
Abaixo da idade de trabalhar	40.854
Total	115.043

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a).

Os que estão fora da força de trabalho e aqueles abaixo da idade de trabalhar se somam aos desocupados (desempregados), pois precisam reproduzir sua vida mesmo de forma indireta com os últimos citados, resultando num contingente muito grande de pessoas sem acesso a bens e serviços, ou com acesso irrisório, visto que o Brasil tem 207,8 milhões de habitantes, conforme o Censo 2022 (IBGE, 2022b). Verdadeiro “exército de reserva” (Marx, 1867/2017, p. 719), de acordo com a lei geral da acumulação capitalista.

Considerando a renda das famílias, 47,3 milhões de brasileiros terminaram o ano de 2021 na pobreza, o que equivale a 22,3% do total da população brasileira, de acordo com Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), o maior percentual em dez anos (Salomão, 2022). Outro dado disponibilizado pela Folha de S. Paulo informa que quase 11 milhões caíram na pobreza em todo o País, em 2021. Isso equivaleria ao empobrecimento da população da cidade de São Paulo em um ano. Mais da metade que teve sua renda rebaixada, 6,3 milhões, caiu para a extrema pobreza. O ano de 2021 terminou com 20 milhões de brasileiros sem comida (Salomão, 2022).

Essa trágica situação equivale às consequências de guerra ou revolução, lembrando Martín-Baró e Fanon, um **trauma psicossocial** engendrado pelo antagonismo de classe, pelo esgarçamento das relações sociais, pela fratura nas relações de trabalho, pela crueldade do sistema capitalista dependente, imposto às periferias do planeta, que desaguará em uma **situação-limite** onde “aparecem claramente as faces da normalidade e da loucura, da consciência e da alienação, da vida e da morte” (Martín-Baró, 2017b, p. 233), que encontrará redenção na violência libertadora do oprimido para conseguir sua libertação.

Florestan Fernandes (2020) destaca dois fatores para o funcionamento da dependência: a parceria e a subordinação da classe dominante aos países centrais, e a exploração e sobre-expropriação dos trabalhadores e excluídos do acesso e da permanência ao mercado. Nessa mesma linha de pensamento, encontramos dados que nos mostram que brasileiros de zero a 17 anos estão entre os mais sacrificados. Do total desse segmento da população, 35,6%, a pobreza infantil comprometeu o futuro de 19 milhões de crianças e adolescentes ao final de 2021. No mesmo período, contudo, a parcela da população mais atingida é a negra – 73% do total, principalmente nas regiões e estados mais pobres, o que ampliou as desigualdades nacionais. No Nordeste, 5,5 milhões caíram na pobreza no ano de 2021, elevando o número de pobres na região para 22,8 milhões, quase 40% da população dessa parte do País. No Sul, esse contingente representa 10% do total da população dessa região e o ano terminou com 3 milhões de pessoas na pobreza (Salomão, 2022).

A democracia autocrática e a expropriação na economia dependente conjugam exclusão e miséria de uma massa de empobrecidos, colocados em níveis inferiores à subsistência, desemprego, marginalidade socioeconômica e de exclusão da rede pública de saúde, de educação, da cultura, enfim, da política como ferramenta de transformação social.

Diante disso, rememorando, a dialética da violência libertadora do oprimido demanda mudanças importantes das maiorias subalternas: (a) a recuperação de sua memória histórica; (b) a organização popular; e (c) a prática de classe (Martín-Baró, 2017g, p. 198).

A recuperação da memória histórica do povo brasileiro é especialmente importante nos dias de hoje, visto que necessita “descobrir, seletivamente, pela memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que possam outra vez ser úteis para os objetivos de luta e conscientização” (Fals Borda, 1985 citado por Martín-Baró, 2017g, p. 198), para entender as causas de sua opressão passada e de sua situação adversa atual. É infundada uma memória histórica que não se materializa através da organização popular como veículo para dinamizar os interesses dos oprimidos e não se concretiza através de uma prática de classe que desenvolva atividades capazes de encorajar a ruptura de setores populares, com sua marginalização e desumanização transformando as estruturas sociais de interesses das minorias em estruturas humanizadoras e emancipadoras das maiorias.

Isso posto, diante da formação social brasileira, a violência libertadora do oprimido é uma possibilidade para SOBREVIVER À VERTIGEM.

CAPÍTULO 3 – DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés (Marx, 1867/2017, p. 830).

Neste capítulo, o intuito é investigar o tema violência na formação social brasileira, país que passou por um processo de colonização diferente das realidades argelina e salvadorenha. Essa análise ajuda, posteriormente, no diálogo com os autores Martín-Baró e Frantz Fanon, para averiguar a possibilidade de sua contribuição à sociabilidade brasileira dos dias atuais. No primeiro tópico deste capítulo exponho alguns dados sobre a violência em nosso presente para no bojo do capítulo percebermos como ela é constitutiva de nosso capitalismo dependente de gênese e via de desenvolvimento colonial – autocrático (Costa & Mendes, 2021b).

Como o espaço não permite uma análise exaustiva das teorias da dependência⁵, dividi o estudo sobre o capitalismo dependente nos Capítulos 3, 4 e 5, analisando na formação social brasileira, o processo de colonização, a acumulação primitiva e o imperialismo, bem como o desenvolvimento capitalista no Brasil, e, suas implicações no capitalismo dependente, pois entendo que melhor auxiliarão na apreensão do objeto a partir da particularidade dependente do capitalismo brasileiro. Em uma análise apressada podem parecer teses conflitantes, no entanto, elas não se excluem pelo fato de bem caracterizar a realidade brasileira.

Partindo da constatação de que as realidades sociais de Martín-Baró, Fanon e a do Brasil da atualidade estão sob a égide do capitalismo, examino o processo de colonização global para chegar ao brasileiro. Para tanto, analiso o desenvolvimento do capitalismo que se deu na/pela colonização da periferia do sistema, devendo ser compreendido em termos globais. Este estudo se vale do debate entre vários autores e autoras que se debruçaram sobre o caráter da colonização no Brasil, optando pela análise daqueles que entendem ter a colonização brasileira um sentido capitalista, ao contrário de teses que indicam um modo de produção específico, seja feudal, seja o modo de produção escravista colonial, não sendo possível, dentro dos limites deste trabalho, aprofundar especificidades e autores que defendem tais interpretações.

⁵ De forma geral, a teoria da dependência abriga vários autores sob diferentes referenciais teóricos e políticos. É uma teoria “fundamental para compreender o subdesenvolvimento da periferia. Mas seu formato original oferece uma visão insuficiente para conseguir esse entendimento. É necessária uma renovação para reconstituí-la como tese explicativa do capitalismo dependente.” (Katz, 2020, p. 11).

3.1 A violência no Brasil de Hoje

A escolha do estudo de Antônio Carlos Mazzeo (2015) como guia principal deste tópico se deve ao fato de que realiza uma síntese das relações entre a burguesia brasileira, o estado e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil na/pela colonização até o capitalismo maduro, como parte de um mesmo processo eivado e engendrado na violência para se estruturar; para tanto, apresenta as características dessa formação histórica a partir de sua apreensão das análises de Marx e Engels (Gusmão, 2016). O texto de Mazzeo, ao refletir o Brasil em suas origens, possibilita analisar as implicações dessa gênese na realidade brasileira contemporânea. Ademais, nos ajuda a entender os dados que serão expostos a seguir e que desvelam um Brasil com desigualdades e fragilidades democráticas profundas, resultado de um estado escravista, de uma burguesia sem projeto nacional e democrático, associada ao imperialismo, advindo deste último sua modernização e subalternização (Mazzeo, 2015).

Ao analisar os dados da violência no Brasil em 2019, nos defrontamos com índices alarmantes: para cada 1% de propagação das armas de fogo, a taxa de homicídios aumentou em 2%. De janeiro a setembro foram registrados 30.864 homicídios. O Mapa da Violência de 2015 apresenta um índice de 59.080 homicídios, 71,9% deles com armas de fogo. No mesmo ano, a média de mortes por homicídio da população total foi de 28,9 para 100 mil habitantes, superado quando a análise recai sobre a população jovem: 60,9 mortes para 100 mil habitantes. Ainda em 2015, foram registradas 4,5 mortes por homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes, que somam 4.621 mulheres assassinadas somente nesse ano. Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios de negros aumentou 18,2%, enquanto a taxa de mortes de não negros por homicídio regrediu 12,2% (Porfírio, 2023a).

Outro dado da violência são os extremos característicos de países periféricos como o Brasil, expressando a desigualdade abissal entre classes sociais. Exemplo emblemático é Paraisópolis, bairro de São Paulo, cujo nome manifesta a perplexidade da realidade: 50% de moradias irregulares; de cada 10 habitantes, 2,3 possuem emprego formal, em contrapartida de bairros como o Morumbi, cuja empregabilidade formal é alta; a taxa de gravidez na adolescência é de 11,45 por 100 mil habitantes, contra a taxa de 2 para 100 mil habitantes de gravidez precoce em bairros da região do Morumbi; a expectativa média de vida é de 65,56 anos, em contraponto a bairros nobres de São Paulo, onde a expectativa de vida passa de 80 anos de idade, segundo dados de 2019 (Porfírio, 2023b).

Segundo o IBGE, em 2020, o Brasil ocupava o 9º lugar no *ranking* de país mais desigual do mundo. O Índice de Gini⁶, que mede a concentração de rendimentos, sendo que quanto mais perto de 1, pior a distribuição, ficou em 0,543, em 2019. Em 2012, esse mesmo índice era de 0,540 e, em 2015, de 0,523. A pesquisa do Instituto ressalta a pouca variação da estrutura da desigualdade brasileira, refletida pela distribuição muito desigual dos rendimentos (Almeida, 2020). O Brasil é um país extremamente desigual. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é alto – 0,761, em 2019 (em uma escala de 0 a 1) – e estamos na 79ª posição no *ranking*; a violência e a concentração de renda (que gera violência) são responsáveis pela queda do IDH (Porfírio, 2023a).

A violência no Brasil é uma realidade desde o Brasil-colônia, remontando à chegada dos portugueses, com a expropriação de terras e a imposição violenta de sua cultura sobre as comunidades originárias e, posteriormente, sobre os povos africanos escravizados, quando a imposição da violenta da cultura se intensificou (Porfírio, 2023a).

3.2 Desenvolvimento do capitalismo na/pela colonização

A violência dentro do desenvolvimento capitalista brasileiro é estrutural, como dito, data da colonização, assim, analiso o tema colonialismo e a violência a ele inerente de forma global, para, então, situar a realidade brasileira. Por outro lado, gostaria de ressaltar que, apesar dos autores que serão comentados neste estudo, no que concerne à formação econômica e social brasileira, apresentarem distintas construções teóricas, descrevo aspectos que se complementam e são relevantes para a apreensão da violência na constituição da sociedade brasileira.

A colonização começou enquanto a Europa era predominantemente feudal, contudo, as contradições inerentes ao modo feudal de produção, ao se intensificarem, desvelaram uma colonização que se constituiu capitalista em seu processo, um novo (capitalismo) gerado do velho (feudalismo) (Costa & Mendes, 2021c). Dessa forma, a colonização é parte indissociável desse processo que, na Europa, passa a ser o de reprodução da vida a partir da mercantilização (Mazzeo, 2015). Isso é basilar para entender porque a escravidão colonial se organiza para a produção de mercadorias como o café, o açúcar etc. Nesse sentido, o processo de colonização também é um processo de expropriação dos povos do mundo, que é condição para, e, ao mesmo tempo, significa o próprio capitalismo no curso de seu desenvolvimento.

⁶ “O índice ou coeficiente de Gini [é] uma fórmula que permite a classificação da desigualdade social. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 a condição perfeita, onde não há desigualdade social, e 1 o maior índice possível de desigualdade. O índice de Gini é medido com base na renda.” (Porfírio, 2023b).

De acordo com Mazzeo (2015), as colonizações da América estão inseridas, de maneira geral, no processo de formação do modo de produção capitalista, iniciado a partir do século XVI, e, como afirmou Marx (1867/2017, pp. 787-788), “[s]ua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.”

Em vista disso, Mazzeo, citando Prado Jr., afirma que a América Latina está, desde sua colonização, integrada à totalidade capitalista, primeiramente ao mercantil, depois ao industrial, e finalmente, de forma dependente, ao imperialista, “sendo, portanto, parte integrante e constitutiva de seu desenvolvimento” (Prado Jr., 1972 citado por Mazzeo, 2015, p. 21).

Assim sendo, para o autor o sentido e o caráter da colonização já eram capitalistas. O processo de colonização do Novo Mundo está intimamente ligado à expansão europeia – que, na essência, era a expansão capitalista –, bem como às novas relações de produção e de forças produtivas que constituíram o início da produção capitalista. Dessa maneira, as colônias estão inseridas na necessidade do processo de reposição do capital na expansão europeia do século XVI, pois, nesse locus, a produção capitalista encontra uma forma de ampliar suas condições de existência (Mazzeo, 2015).

Isso posto, o processo de colonização do Novo Mundo está intrinsecamente ligado ao caráter de expansão europeia a partir da crise estrutural do feudalismo. Acontece, então, um processo de transição, no qual terão lugar novas formas produtivas e comerciais, no núcleo dessa transição de um modo de produção feudal para outro, capitalista, e as relações comerciais vão se complexificar. Isso proporciona a Portugal condições para o surgimento de um poder político centralizado, absolutista, o primeiro estado nacional na Europa que, no final do século XIV, concretizará e subsidiará a expansão marítimo-comercial dos séculos XV e XVI, favorecendo a criação do sistema colonial (Mazzeo, 2015).

Assim, vale ressaltar que, para Mazzeo (2015, p. 56), “o sistema colonial parte do conjunto de situações de reprodução que o capitalismo engendra, a partir do século XVI, tido por Marx como a **era do capitalismo**.” (grifos nossos). Consequentemente, para o autor, o capital, em seu processo de reposição, se permite incorporar outros modos de produção ou simplesmente destruí-los conforme sua necessidade (Mazzeo, 2015).

A colonização e a exigência da produção em grande escala de mercadorias, ainda de acordo com o autor, orquestrarão o surgimento do sistema colonial, que deve ser pensado estruturalmente circunscrito ao modo de produção capitalista, concretizado nas formações particulares americanas, as colônias. Assim está posto o sistema colonial do mercantilismo, que marcou a função das colônias, bem como o papel de integrar a produção colonial aos mercados

européus, promovendo o desenvolvimento da concentração do capital e sua autorreposição (Mazzeo, 2015).

A formação social ou econômico-social é o próprio modo de produção concretizado. Assim, temos claro que as formações sociais coloniais se apresentam, já em sua gênese, como capitalismo-particulares, desiguais e combinados, que se articulam com os polos econômicos da Europa (Mazzeo, 2015, p. 73).

Com o fato de a Europa ocidental precisar aumentar a produção de mercadorias e engrossar a quantidade ou o contingente de trabalhadores, Mazzeo (2015) explica o surgimento da necessidade do trabalho forçado como imperiosa ao processo de acumulação do capital. Nesse momento, começa a surgir o escravismo colonial nas Américas, como uma forma particular de reposição do capital, ou seja, o autor adota a perspectiva do escravismo colonial como parte do processo de desenvolvimento capitalista global, e não como um modo de produção específico.

A colonização e o escravismo integraram, desde sua gênese, o capitalismo global como sistemas capitalistas-particulares, apesar de sua formação não acontecer como um modo de produção que se desenvolveu livremente, visto ter sido imposto pelos estados europeus para possibilitar o desenvolvimento comercial.

O capitalismo global será a base para o desenvolvimento capitalista-particular e para relações sociais de produção não tipicamente capitalistas, pois não havia exploração da força de trabalho por meio do trabalho assalariado e o direito formal à liberdade de contrato. Todavia, o capitalismo, para se desenvolver, precisava estabelecer uma produção em larga escala de mercadorias, como a produção de café, açúcar etc., já mencionados, primeiramente com exclusividade comercial. A colônia exporta para a metrópole e isso exigiu, também, muita mão de obra, exaustiva, possível pelo trabalho forçado, servil ou escravo (Mazzeo, 2015).

Os reinos ibéricos, de acordo com Mazzeo (2015), de forma especial Portugal, vão implementar a produção açucareira e ampliar a comercialização. Por conseguinte, há a produção e a distribuição, de forma mais sistematizada, do açúcar, inclusive transferindo as plantações europeias para o continente americano. Por conta disso, os investimentos nas colônias foram muito maiores do que os investimentos na ampliação ou criação das manufaturas europeias, sustenta o autor, e, em consequência, o desenvolvimento do capitalismo europeu aconteceu porque as colônias foram elementos fundamentais na concentração capitalista (Mazzeo, 2015). Isso é entendido como “o aspecto fundamental que determina a introdução do trabalho escravo nas colônias americanas, isto é, a necessidade objetiva da produção ampliada de mercadorias para os centros consumidores europeus.” (Mazzeo, 2015, p. 76).

Diante disso, o autor chama a atenção para o fato de o latifúndio escravista ser o responsável pelo caráter capitalista dado às colônias da América. Segundo Marx (citado em Mazzeo, 2015, p. 77), “o método de produção que introduzem não nasceu da escravidão, mas está enxertado nela”.

A realidade da América Latina, brasileira, e, de modo geral, dos países colonizados, em função de sua gênese capitalista e do desenvolvimento colonial, traz em si uma violência extraeconômica exagerada, derivada de seu caráter autocrático, e vale ressaltar, em extensão, tem finalidade econômica, ou seja, aumentar a produção do excedente – mais-valor – e, nisso, possibilitar a contínua valorização do valor (Costa & Mendes, 2021c). Além dela, traz em seu bojo uma violência econômica fundada na superexploração da força de trabalho (Marx, 1867/2017). Para apreender essa realidade, se faz necessário adentrar na formação econômico-social brasileira como formação e desenvolvimento de um capitalismo dependente, de gênese e via de desenvolvimento colonial, bem como perscrutar a sociabilidade capitalista em escala internacional, sempre relacionando-a à sua natureza expansiva e contínua.

Para tanto, é importante salientar que no Brasil não existiu um feudalismo, mas uma empresa mercantil. Desde o início da constituição das capitanias hereditárias o objetivo era preparar a colônia para uma produção em larga escala visando o mercado mundial. Empresa mercantil de caráter espoliativo, cujo intuito foi explorar as riquezas, o trabalho, escravizar comunidades originárias e negros sequestrados da África. Essas ações imprimiram a marca da escravidão e de um estado formado sem um processo de revolução democrática presente e refuncionalizada no Brasil contemporâneo (Mazzeo, 2015).

A estrutura socioeconômica de Portugal à época da colônia se organizou no/pelo mercantilismo articulado com uma política reformadora. Isso gerou um atraso econômico com consequências nefastas em função de reformas que tiveram lugar em uma perspectiva conservadora de manutenção do *status quo*. Para Mazzeo, as políticas das elites portuguesas no sentido de adequação e conservação da situação vigente se estenderam às classes dominantes brasileiras. Desse modo, tanto a classe detentora do poder portuguesa quanto a brasileira temiam qualquer alteração de caráter revolucionário, porque colocaria em risco as relações de produção existentes na metrópole e na colônia (Mazzeo, 2015).

O sentido da colonização no Brasil, constante na obra de Mazzeo inspirada em Caio Prado Júnior, teve duas vertentes – a modernização e a inserção subalterna no capitalismo internacional –, que perduram da origem colonial até a contemporaneidade, com mutações ao longo do tempo. Em função disso, não é possível, no Brasil, um capitalismo autônomo, mas sim um capitalismo associado, subordinado e dependente das regras do imperialismo. Assim,

as crises econômicas e sociais no mundo capitalista hegemônico produzirão suas consequências no Brasil positivas ou negativas, ou seja, os ajustes econômicos realizados pelos países centrais, que geram miséria dentro e fora dessas economias centrais, desestabilizam também os países periféricos dependentes (Mazzeo, 2015).

Assim, devemos observar que o percurso socioeconômico brasileiro foi devedor de uma estrutura econômica portuguesa mercantilista e dependente de suas colônias. Portanto, o resultado foi um processo de industrialização retardado e uma estagnação na forma mercantilista (Mazzeo, 2015). No mercantilismo coexistem a mentalidade burguesa e a nobre mercantil, dubiedade que explica a não existência de uma burguesia industrial forte e hegemônica, para a qual qualquer inovação visava manter o mercantilismo. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a necessidade de uma economia moldada ao quadro mundial, em contraposição à economia estagnada de Portugal, gerou um processo conciliatório que, segundo Mazzeo (2015), era comum aos estados atrasados de caráter absolutista, esse movimento conciliatório se manteve à margem das camadas populares.

O rompimento de Portugal com a estrutura mercantilista seria desastroso, tendo em vista a perda do controle colonial, que levaria à sua falência, ao mesmo tempo em que, para a burguesia colonial brasileira, seria a destruição de toda a estrutura latifundiária e escravista que a mantinha e também do seu poderio político e econômico (Mazzeo, 2015). Essa é a razão da postura conciliatória da classe dominante brasileira para com a metrópole.

Essa postura conciliatória, segundo Mazzeo (2015), constituirá o solo político a partir da permanência da corte portuguesa, e, posteriormente seguirá durante o processo de Independência do Brasil, que aconteceu em vista da crise mundial da estrutura mercantilista. Apesar da intenção recolonizadora de Portugal, que determinou o processo de emancipação da burguesia nacional, os vínculos da burguesia colonial com a metrópole estavam assegurados, porque o poder metropolitano dava segurança à produção escravista e latifundiária. Desse modo, essa economia colonial estava alicerçada em relações de produção altamente expropriativas, como é o caso da escravidão, mantida sob violenta repressão (Mazzeo, 2015).

Dito de outra forma, o Brasil colonial foi atípico, ficou mais rico que a metrópole e, por consequência, a burguesia brasileira era mais rica do que a burguesia portuguesa. Quando a família real chega ao Brasil, em 1808, aporta uma burguesia mercantil, em uma época de transição do mercantilismo, que estava se desagregando e constituindo um capitalismo industrial. Dessa forma, herdamos uma estrutura colonial decadente, degenerada, que manteve uma economia mercantil e acabou cedendo às pressões do nascente imperialismo inglês (Mazzeo, 2015). A burguesia brasileira, em um primeiro momento, não tem intenção de se

separar de Portugal e só o faz quando a metrópole exerce uma forte pressão para recolonizar o Brasil. Diante da impossibilidade de conciliar as pressões da burguesia portuguesa com os interesses da burguesia brasileira acontece a ruptura com Portugal, com a declaração de independência. Apesar do rompimento subsiste a perspectiva de retorno, mesmo porque o imperador do Brasil era o herdeiro do trono de Portugal. Assim sendo, a burguesia rompe com Portugal, mas não com a estrutura colonial, e o Brasil continua a ser uma economia de monoculturas, de exportação mercantil, fundada no trabalho escravo, uma sociedade enredada no plano da sua constituição. Inclusive, as ações do Brasil de hoje têm um núcleo ideológico-cultural cujas raízes estão nas origens de uma sociedade escravista que exclui trabalhador, que reprime as massas subalternas, que se moderniza em oposição aos movimentos dos trabalhadores (Mazzeo, 2015).

Mazzeo (2015) utilizou, em seu estudo, dois conceitos, um desenvolvido pelo professor José Chasin, denominado de **via colonial** do capitalismo brasileiro, discussão ainda hoje pertinente, e outra derivada do raciocínio de Lenin, ao discutir as vias do desenvolvimento do capitalismo, definidas por ele como: **vias clássicas** – Inglaterra e França –, **via americana** – Estados Unidos da América – e **via prussiana** – a Alemanha. A burguesia brasileira guarda uma identidade com a alemã e, ao analisarmos a **via prussiana**, vemos que, nela, a nobreza vai se transformando em burguesia, ou seja, se aburguesando, num processo de acumulação capitalista pelo campo, industrializando o país, mas, ao mesmo tempo, reprimindo os movimentos camponeses e operários, inclusive estruturando o estado como instrumento de sua afirmação (Mazzeo, 2015). É possível verificar uma semelhança entre a burguesia alemã e a brasileira. A Alemanha era mercantil, agrária, acumulava capital, desenvolvia o país, mas reprimia os movimentos urbanos e rurais, fazendo uma modernização pelo alto. Nesse contexto, Lenin denomina de **via prussiana** a permanente estrutura do estado para o golpe de estado, associando o exército e as forças armadas à burguesia para reprimir os movimentos das classes trabalhadoras. Isso se faz presente na atualidade, tanto na ideia do golpismo quanto de uma visão institucional democrática não apropriada pela classe dirigente (Mazzeo, 2015). O Brasil ainda não rompeu com essa cultura.

O segundo conceito utilizado e cunhado por Mazzeo (2015) se trata da via prussiano-colonial. A denominação indica a identidade com o prussianismo e com a estrutura colonial, ou seja, partindo da ideia de via colonial, o autor acrescenta a ideia do prussianismo e, ao mesmo tempo, apresenta a ideia de um governo colonial-bonapartista⁷, porque, no caso da burguesia

⁷ A burguesia dá o golpe de estado para manter uma economia subalterna e associada ao imperialismo, é modernizadora reprimindo a classe trabalhadora, na autocracia. (Mazzeo, 2015).

brasileira, ela dá o golpe de estado para manter uma economia subalterna associada ao imperialismo, a “modernização subordinada” (Mazzeo, 2015, p. 134); é uma burguesia modernizadora, ela se moderniza, desenvolve o Brasil reprimindo as massas trabalhadoras, não se moderniza na democracia, e sim na autocracia. De qualquer maneira, essa burguesia, ao mesmo tempo que moderniza, detém o poder do estado, mantém o Brasil associado ao imperialismo moderno, e, na verdade, é uma burguesia associada subalternamente (Mazzeo, 2015).

Tabela 7

Vias do desenvolvimento do capitalismo

Vias	Características
Via clássica	burguesia nacional estrutura politicamente sua economia burguesia nacional faz escolhas para se manter dominante e controladora da economia total destruição do modo feudal de produção processo revolucionário de caráter burguês
Via prussiana (similitudes Alemanha/Brasil)	a grande propriedade rural o reformismo pelo alto, implicado nos processos de modernização a conciliação no plano político imediato a obliteração das rupturas, as quais abririam espaço para as classes subordinadas promoverem alterações, equilibrando mais favoravelmente a balança social para esse segmento o desenvolvimento mais lento das forças produtivas
Via prussiano-colonial (diferenças Alemanha/Brasil)	burguesia brasileira, de origem colonial, cujo projeto está associado aos polos centrais do capitalismo e que acompanha a modernização do processo capitalista grande propriedade rural advinda da propriedade feudal (alemão) latifúndio oriundo da economia mercantil posto pela empresa colonial (brasileiro) expansão das forças produtivas lenta e retardatória comparado à via clássica (no século XIX atinge à configuração imperialista) – o capitalismo alemão é tardio desenvolvimento lento e retardatório comparado à via clássica, (industrialização começa na época das guerras imperialistas sem rompimento da subordinação aos polos hegemônicos) – o capitalismo brasileiro é hipertardio

No desenvolvimento brasileiro de **via prussiano-colonial** é possível visualizar um processo hipertardio de formação capitalista, um processo agrário de acumulação e, ao final, um processo de industrialização. Na configuração social econômica brasileira, **via prussiano-colonial**, vemos a impossibilidade estrutural de uma burguesia revolucionária que se agrava pela escravidão, pois a burguesia brasileira é de origem colonial, seu projeto está associado aos polos centrais do capitalismo, ao mesmo tempo que acompanha a modernização do processo capitalista. Ela demonstrou sua incapacidade de concretizar a revolução burguesa, que seria sua tarefa histórica, pois o processo de transição da economia mercantil para a industrialização aconteceu sem a ruptura, na ausência de uma ação revolucionária, como fruto de uma escolha das classes dominantes pela subalternização econômica e pela relação capital-trabalho vassala do escravismo pretérito (Mazzeo, 2015). “Traço [...] de uma burguesia que não somente deixa de romper com o passado colonial, mas que [...] o repõe lógica e historicamente, cedendo os dedos para não perder seus anéis” (Mazzeo, 2015, p. 134).

Em apertada síntese, às relações capitalistas industriais Marx chama de capitalismo (Mazzeo, 2015). Dessa maneira, assistimos no Brasil, no período colonial, a inexistência dessas relações capitalistas *stricto sensu* e de um proletariado, o que impossibilitou qualquer aproximação às perspectivas liberais. Esse contexto precisa ser analisado a partir da complexidade da realidade e de suas determinações, aliás, o liberalismo *stricto sensu* somente foi possível nos países centrais, por causa do liberalismo escravocrata, violento, da periferia (Costa & Mendes, 2020a). Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, se consolidava a estrutura escravista, ou seja, de trabalho não livre, e a política sustentava o controle e o afastamento das massas populares. Assim, a subjugação da burguesia aos países centrais do capitalismo, tornou a sua economia subsidiária à produção industrial internacional. Dessa forma, a independência brasileira se apresenta mais como uma contrarrevolução, porque leva à conciliação com o velho, extinguindo toda e qualquer possibilidade revolucionária (Mazzeo, 2015).

A sociedade escravista do Brasil se baseava não apenas na coerção violenta, mas também em uma forma manipuladora, vil, expressa no paternalismo e na ideologia do favor, as quais surgem como instrumento de dominação aos livres, onde o acesso à vida social e aos bens dependia do favor direto ou indireto da classe dominante (Mazzeo, 2015). Nessa configuração política, Mazzeo (2015, p. 108) demonstra que a formação social escravista do Brasil inclusive desautorizou o liberalismo, “um aparelho estatal de onde se despregue a violência e o favor deletério para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens ‘livres’) sempre fora do cenário político”.

Por fim, a burguesia brasileira renuncia ao poder econômico para manter vivo o poder político, consolidando uma sociedade autocrática comandada por uma burguesia débil subsumida ao capitalismo central, que detém todo o poderio econômico e resiste às massas trabalhadoras, vendo nelas uma ameaça aos seus interesses. Constitui, então, um estado manipulador, que, por sua vez, também rejeita as massas populares e mantém uma postura autocrática (Mazzeo, 2015).

Neste capítulo, refleti sobre a superação do modo feudal de produção em consequência de um processo revolucionário de caráter burguês, que não aconteceu no Brasil. Discorri sobre o fato de que, no Brasil, em decorrência dos interesses da classe dominante, atrelada à Metrópole, se consolidou uma sociedade autocrática, comandada por uma burguesia subsumida ao capitalismo central, avessa aos interesses das massas populares. Assim, a independência brasileira assumiu um caráter de contrarrevolução, em que a burguesia brasileira demonstrou sua incapacidade de concretizar a revolução burguesa, sua tarefa histórica, pois o processo de

transição da economia mercantil para a industrialização aconteceu sem ruptura, na ausência de uma ação revolucionária, se subalternizando economicamente aos países centrais.

Para apreender as consequências da realidade colonial que resultou numa formação de capitalismo dependente, que trouxe em si uma violência exacerbada, analisei a estrutura socioeconômica de Portugal à época da colônia para entender a importância do mercantilismo nas realidades da metrópole e brasileira. Tal cenário gerou uma política reformadora e conservadora das relações de produção existentes em Portugal e Brasil, que visava a manutenção do mercantilismo, mantendo a economia estagnada e as camadas populares à margem. O rompimento com a estrutura mercantilista significaria a destruição da estrutura latifundiária e escravista, mantida sob violenta repressão.

Vimos, também, que Mazzeo chamou de vias a análise dos processos de desenvolvimento do capitalismo em suas particularidades e, então, investigamos a particularidade brasileira para compreender a evolução do capitalismo e o caráter da revolução burguesa no Brasil. Destaquei que a via clássica se consolidou com a ruptura com o modo feudal de produção e um processo revolucionário burguês, e que na via prussiano-colonial, processo brasileiro, respeitada a condição colonial, é possível visualizar um desenvolvimento hipertardio de formação capitalista, um processo agrário de acumulação e de industrialização, configurado na impossibilidade estrutural de uma burguesia revolucionária agravada pela escravidão. Assim, a etapa da mercantilização para a industrialização aconteceu sem rupturas, com o afastamento das massas populares e a subjugação da burguesia dominante aos países centrais do capitalismo, constituindo um Estado manipulador e autocrático.

Estes elementos conformam a realidade atual que visualizamos a partir dos dados mencionados no início do capítulo, onde percebemos um incentivo ao uso de armamento, aumentando o índice de homicídios atingindo em maior número a população jovem, mulheres e negros. Ademais, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é marcado pela desigualdade, onde o desemprego e a baixa expectativa de vida atingem a população mais pobre e excluída dos direitos básicos para sobrevivência.

Assim sendo, rememoro que a burguesia brasileira subsumida economicamente aos países centrais, ao mesmo tempo que se moderniza, detém o poder. Esse processo, juntamente com a condição colonial, desaguou em um desenvolvimento hipertardio de formação capitalista, o que resultou em um capitalismo dependente. O próximo capítulo tem o propósito de desvelar a violência que alicerçou o processo refletido nesse ponto, constitutiva do capitalismo desde seus primórdios, bem como a violência como parte da acumulação primitiva na formação do modo de produção capitalista, ponto basilar para a compreensão do capitalismo

dependente, juntamente com o tema imperialismo. Ademais, é de importância singular ter, diante dos olhos, os temas acumulação primitiva e imperialismo, pois são fundamentais para compreendermos o capitalismo dependente, a ser discutido em linhas vindouras deste estudo.

CAPÍTULO 4 – VIOLÊNCIA COMO PARTE DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A violência é uma mediação importante no capitalismo tanto nos países centrais quanto periféricos, este estudo tenciona de forma particular as sociedades periféricas porque é seu objeto, mas é importante frisar a presença da violência no processo global capitalista. Este capítulo pretende compreender a violência como característica inerente ao processo de produção capitalista desde sua origem.

Para ilustrar, inicio trazendo alguns dados do trabalho escravo ou análogo à escravidão no Brasil contemporâneo, visto que a formação econômica-social moderna se deu a partir do trabalho escravo, isto é, ao invés de se constituir com o capital originário, se apropriou do excedente da escravização.

O trabalho escravo, ou análogo à escravidão, é definido, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), da seguinte maneira: “a expressão ‘trabalho forçado ou obrigatório’ designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (Decreto n.º 10.088, de 5 de novembro de 2019)⁸. Em outros termos, aos trabalhadores são impostas jornadas exaustivas, desumanizantes, degradantes a partir da coação, podendo haver retenção de documentos pessoais ou ainda escravização por dívidas fraudulentas impossíveis de adimplir (Bettoni, 2022).

Tabela 8

Maior concentração de trabalho escravo no Brasil no ano de 2022

Estado	Número de operações de fiscalização e resgate	Trabalhadores resgatados
Minas Gerais	63	1.071
Bahia	22	Não informado
Goiás	16	271
Piauí	Não informado	180

Fonte: Guitarrara (2023).

Entre os anos de 1995 e 2022, foram aproximadamente 60.000 vítimas do trabalho escravo no Brasil. Pessoas em vulnerabilidade social, na faixa da pobreza, com pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse período foram resgatados 60.125 trabalhadores e, destes, a maior ocorrência se deu no Pará, com 13.463 trabalhadores. Ainda, 77,8% desses trabalhadores foram resgatados em propriedades rurais, o equivalente a 46.000 pessoas. Em 2007, houve o maior resgate de trabalhadores escravizados, 6.025, sendo que 1.934 deles no Pará e 1.646, no Mato Grosso do Sul (Guitarrara, 2023).

⁸ Anexo XIV, Art. 2º, alínea 1.

Somente no ano de 2022 foram encontrados 2.575 trabalhadores em situação análoga à escravidão no Brasil. Nesse período, dentre os resgatados: 83% se autodeclararam negros, 58% eram naturais da região Nordeste, 7% eram analfabetos, 43% não tinham o ensino fundamental completo. No quadro geral, 95% das vítimas são homens em trabalhos forçados no meio rural, na área urbana esse tipo de trabalho foi encontrado na construção civil e na confecção têxtil (onde figura uma maioria de mulheres) (Guitarrara, 2023).

Em 2023, após duas semanas do resgate de 207 trabalhadores que enfrentavam condições de trabalho análogas à da escravidão no Rio Grande do Sul (Sampaio, 2023), um homem de 59 anos, que trabalhava há quase um ano e meio, no mesmo estado, foi resgatado da condição análoga à escravidão em um sítio, onde era mantido com uma tornozeleira eletrônica, em situação de exploração e degradação humana (Sakamoto, 2023).

Como veremos a seguir, o mergulho na gênese do capitalismo, analisando a acumulação primitiva, possibilita compreender a perpetuação da escravização, bem como os fundamentos da violência, exploração, expropriação e desumanização, por exemplo, próprias do trabalho análogo à escravidão contemporânea, apresentada pelos dados expostos da sociabilidade capitalista brasileira, coetâneos à pesquisa em discussão.

Os fundamentos do modo de produção capitalista germinaram no final do século XV até o início do século XVI. Nesse espaço de tempo, as relações mercantis sofreram transformações que implicaram no saque violento de pequenas propriedades e dos meios de produção de seus donos, que se deu amparado pela legislação e por meio de usurpação direta, de modo fraudulento, processo que se estendeu até o século XVIII (Campos, 2021). Trata-se de um processo histórico, de acumulação primitiva, categoria analisada por Marx sobre crítica, extremamente violento, que engloba duas vertentes: o roubo de terras, principalmente da Igreja, saque colonial e escravização dos negros – para enriquecer alguns setores, particularmente, a sociedade inglesa –, e, por outro lado, como eixo principal, a expropriação dos trabalhadores diretos, especialmente dos camponeses que tinham acesso a um pedaço de terra para reproduzir suas vidas (Fontes, 2010). Esses camponeses foram expulsos de suas terras sistematicamente desde o século XIV, roubados, violentados, deixaram de ter acesso aos meios necessários à produção e reprodução de suas vidas, ficando apenas com sua força de trabalho para vender e sobreviver (Fontes, 2010; Marx, 1867/2017). “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.” (Marx, 1867/2017, p. 786). Esse processo é denominado de expropriação (Campos, 2021).

Na expropriação do trabalhador direto, o camponês é o mais representativo e há a conversão dos meios de produção, extensão da atividade humana, em capital (modalidade de subordinar os meios de produção expropriados ao novo dono, o qual, por sua vez, subordina o trabalho ao capital, ou seja, a produção não é para produzir a vida do trabalhador, mas para produzir mais valor) (Fontes, 2010). Nesse momento, é possível visualizar os desdobramentos da gênese do capital, tais como a massa sobrando de trabalhadores e a instalação do pauperismo em decorrência da urbanização edificada sobre a expulsão dos trabalhadores e pequenos proprietários das zonas rurais, propiciando uma expansão do modo de produção capitalista, assegurada coercitivamente pelo Estado (Marx, 1867/2017).

Dito isso, é importante ressaltar que o modo de produção capitalista, em suas relações, desde a sua origem, na sua essência e constituição, se produz na/pela violência, onde se mantém e normaliza um *status quo* prolongado. Nesse ponto, é de grande relevância para o estudo entender que o conceito de modo de produção “não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência” (Fontes, 2010, p. 41). O processo histórico de conversão dos meios de vida e da mão de obra em mercadoria/capital, e da separação entre força de trabalho e os meios de produção, faz surgir duas novas classes sociais, a burguesia e o proletariado. Esse processo é, também, um processo de reprodução social.

Existe um debate sobre se o processo histórico da acumulação primitiva aconteceu no passado e lá permanece, ou se ele continua se desenvolvendo, se reconfigurando e acontecendo até os dias de hoje. Perfilho essa segunda proposição, visto que esse processo cria a relação capitalista e o “modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 1867/2017, p. 786). A expropriação precisa continuar e o capitalismo é um processo de contrapartida entre expropriação e concentração, pois “tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (Marx, 1867/2017, p. 786). É a socialização, sempre mais disseminada, da produção de trabalhadores, que só tem sua força de trabalho para vender, de um lado, e, por outro, a concentração crescente da apropriação cada vez mais privada dos meios de produção (Marx, 1867/2017).

Nesse ponto é importante, para entender o Brasil como modo capitalista dependente periférico, ressaltar o significado da utilização da violência no processo de acumulação primitiva ou originária como estruturante do modo de produção capitalista e um de seus principais desdobramentos à expropriação permanente. Para uma melhor compreensão da repercussão da acumulação primitiva e do imperialismo no capitalismo dependente periférico, imbriquei estes temas como veremos a seguir.

As práticas econômicas que constituíram a acumulação primitiva, como dito, têm sua lógica intrínseca na “separação entre as condições objetivas de produção e os produtores diretos, mediante o processo histórico de universalização da propriedade privada e de seu pressuposto seminal, o trabalho assalariado” (Godoy, 2018, p. 569).

O processo de colonização, iniciado no século XVI, que repercute nos dias atuais sob a égide da acumulação primitiva, desvela as imposições da acumulação capitalista no processo histórico de formação social periférica. A separação do produtor direto de suas condições materiais de produção é a ação nuclear da acumulação primitiva do capital, ou seja, a cisão entre trabalhador e instrumentos de trabalho, entre relações de produção e forças produtivas, entre trabalho e seu produto, entre trabalho manual e intelectual, entre público e privado (Godoy, 2018). “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência.” (Marx, 1867/2017, p. 786).

Dessa forma, é fundamental que a força de trabalho do sujeito seja seu único bem, pois a formação do capital requer a expropriação do produtor direto, “a riqueza existente sob a forma de dinheiro só poderá ser trocada pelas condições objetivas de trabalho, porque e se estas tiverem sido separadas do próprio trabalho.” (Marx, 1985, p. 100).

Na acumulação primitiva, isto é, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, fins da Idade Média até a metade do século XIX, a libertação em massa dos camponeses constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para se transformar maciçamente em capital os meios de produção e as forças de trabalho. Na política colonial moderna, porém, o capital realiza atualmente a mesma tarefa numa escala muito maior” (Luxemburg, 1970, pp. 318-319).

Outro ponto relevante é que, no processo de acumulação primitiva, o Estado possui uma função importante, conforme aponta Marx (1867/2017), no que diz respeito à dívida pública, que se torna “[...] uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital” (Marx, 1867/2017, p. 824).

Vale destacar que o capitalismo possui capacidade de desenvolvimento global, uma forma econômica cujo escopo é eliminar as demais formas. O proletariado, contudo, ao se constituir em classe para si (“destinados, por sua ‘essência’, a serem revolucionários” – Iasi, 2011, p. 112) e ao conquistar o poder político (Fernandes, 2018), tem condição de solucionar a forma econômica capitalista, possibilitando o surgimento de “um sistema harmonioso em si mesmo, baseado não sobre a acumulação, mas sobre a satisfação das necessidades da humanidade trabalhadora e na expansão de todas as forças produtivas da terra.” (Luxemburg, 1970, p. 412).

Isso posto, verificamos que o sistema colonial exerceu uma função decisiva no processo de acumulação primitiva, pois facultou o acúmulo de riquezas na metrópole, através do custo irrisório da matéria-prima e da exacerbada exploração sobre a mercadoria força de trabalho, primeiramente escravizada e, depois, livre (Godoy, 2018).

No caso da transição do Brasil colônia, não havia generalização do trabalho assalariado, portanto, o modo capitalista ainda não era dominante (Fernandes, 2020), não obstante o existente estivesse subsumido às rédeas do capital. Por outro lado, o modo capitalista de produção se tornou desigual, porque algumas partes do país se desenvolviam e outras não, a formação das grandes cidades, ao invés de se dar com o capital originário, se deu com próprio excedente apropriado da escravidão. Assim sendo, a formação moderna se deu a partir do trabalho escravo e, ao mesmo tempo em que existia uma resistência para acabar com a escravidão, estava claro que era necessário pôr um fim a essa situação (Fernandes, 2020; Iasi, 2017).

Concomitantemente, o mundo continuava se dinamizando, se expandindo na lógica do capitalismo. Além dos processos tardios, existiu, no Brasil, um ritmo diferente, pois ele estava, por exemplo, entrando na ordem competitiva, quando o capital estava se tornando monopolista, e, a seu turno, as empresas monopolistas disputavam com o capital que estava surgindo no Brasil (Iasi, 2017). O Estado, que tinha uma função econômica importante, de acordo com Iasi (2017), direcionava os investimentos e a infraestrutura para beneficiar os setores dos grandes monopólios internacionais.

Vale destacar que “o imperialismo é o capitalismo monopolista.” (Lenin, 1979, p. 122). Os séculos XVI e XVII foram marcados pelo colonialismo da acumulação primitiva, já no século XIX vemos a presença do neocolonialismo em um momento no qual o capitalismo é monopolista (Fernandes, 2020).

A compreensão das fases de evolução econômica e das formas de dominação externa na América Latina – a saber, sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total – nos ajudará a entender a dependência, pois a partir dessa compreensão poderemos decifrar a irradiação da hegemonia estadunidense através de um imperialismo total que se manifesta internamente, consolidando a condição dependente (Souza, 2017). Sem embargo, “alguns países, como [...] Brasil [...] conheceram sucessivamente todas as formas de dominação externa” (Fernandes, 1975). A primeira forma refere-se ao **sistema colonial**, “o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores” (Fernandes, 1975).

Optei por acompanhar a análise de Souza (2017) por sua estrutura didática. O sistema colonial foi embasado na extrema desigualdade e controle dos povos africanos escravizados e dos originários. A dominação colonial foi sendo refuncionalizada pela classe dominante com apoio e controle externos. A independência formal apenas consolidou uma nova fase de dominação externa, o **sistema neocolonial**, no qual o controle externo dos processos econômicos atendeu aos interesses internos das classes dominantes que o mantiveram estruturado, tendo sido herdado do sistema colonial, pois permitia a retenção do excedente econômico, no passado apropriado pela metrópole. As “elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial” (Fernandes, 1975). A terceira forma de dominação externa é a **imperialista**, que não aconteceu de forma automática e unilateral, mas foi protagonizado pela classe dominante nacional. “A articulação estrutural de dinâmismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceita como **compensadora, útil e criadora** pelo outro pólo.” (Fernandes, 1975, grifos nossos). Essa fase teve um novo tipo de drenagem do excedente para as metrópoles e restringiu a retenção de acumulação de capital nos países periféricos; além disso, a transferência de excedente econômico para as nações hegemônicas torna a apropriação repartida uma condição essencial do capitalismo dependente. A dominação imperialista significou a transformação da economia periférica num grande negócio para as classes dominantes subservientes e consolidou o capitalismo dependente como uma realidade histórica. Já o **imperialismo total** marca a hegemonia construída pelos Estados Unidos no Pós-Segunda Guerra Mundial (segunda partilha do mundo) não apenas com o controle a partir da economia, mas também dos fatores socioculturais e políticos.

Mudanças ocorreram na forma de expropriação da riqueza na relação com o imperialismo e podemos citar, dentre elas, a descontinuidade do exclusivo comercial e a independência ocorrida formalmente, com caráter de submissão aos países centrais e contrarrevolução, uma conciliação com o velho. Outro elemento fundamental é o capital financeiro, uma parte do capital industrial acessado pelos industriais através dos bancos, onde os monopólios capitalistas tem um papel destacado (Lenin, 1979). Portanto, escolhi como melhor caminho tecer algumas considerações sobre a fase imperialista, visto que a intenção é investigar as raízes da dependência.

O imperialismo ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação [da propriedade do capital da sua utilização na produção; do capital dinheiro do capital produtivo; daquele que vive do capital

dinheiro do industrial e dos que participam na gestão dos capitais] atinge vastas proporções (Lenin, 1979, p. 58).

Na fase imperialista do capitalismo, temos uma relação nova de dominação entre centro e periferia, que passou a determinar diversamente a formação social brasileira, pois o capital financeiro estrangeiro passou a liderar a economia nacional. Assim, desde os primórdios, quando a burguesia nacional começou a se formar, esteve submetida ao capital estrangeiro, ou seja, à burguesia imperialista, portanto, nunca irá cumprir uma tarefa democratizante (Fernandes, 2020; Lenin, 1979).

Assim sendo, caracteriza o imperialismo, o capital monopolista com duas demandas básicas, a necessidade de exportação de capital e a expansão territorial. Esses elementos demonstram o novo momento do capital monopolista, qual seja, a junção do capital financeiro ao capital bancário como dominação sobre o processo industrial e a necessidade de exportação de capitais. Esse processo levou a uma nova expansão colonial e a uma reconfiguração da dominação naqueles países que já eram colônias. Nesse momento monopolista foi necessário dar vazão ao capital estrangeiro e um dos caminhos foi a colônia: no caso do Brasil, Portugal saiu de cena e a Inglaterra começa uma nova forma de dominação nacional com uma relação propriamente de dependência, de um capitalismo dependente (Fernandes, 2020; Lenin, 1979).

É importante ressaltar quatro exteriorizações do capitalismo monopolista para situá-lo historicamente, haja vista o monopólio marcar a transição do regime capitalista para uma fase superior do capitalismo (Lenin, 1979).

Primeiramente, o monopólio tem sua origem na centralização⁹ do capital, a exemplo de grupos monopolistas cartéis, sindicatos patronais, trustes. Nos países centrais, esses elementos obtiveram uma supremacia total, em vista das tarifas protecionistas que propiciaram a cartelização (Lenin, 1979).

Em segundo lugar, o monopólio oportunizou o controle de matérias-primas, o que aumentou o poder do grande capital (Lenin, 1979). Depois, em terceiro lugar, o desenvolvimento do monopólio se deu através dos bancos, unindo capital industrial e bancário formando uma oligarquia financeira que liderava uma rede de relações de dependência de instituições econômicas e políticas, uma manifestação proeminente desse monopólio (Lenin, 1979).

Por fim, em quarto lugar, fundamental para entender a formação de nossa sociabilidade periférica dependente, “os monopólios resultaram da política colonial” (Lenin, 1979, p. 123).

⁹ A centralização resulta no aumento de capital pela fusão, união, de capitais existentes, a exemplo de cartéis, trustes, *holdings* (Netto & Braz, 2012).

Dessa forma, o final do século XIX, assistiu a partilha do mundo conhecido, e a irrupção da era monopolística da posse das colônias, o que resultou em “‘repartilhas’ do globo” (Lenin, 1979, p. 123). Nessa época, a meta dos detentores do capital financeiro era, principalmente, a luta pelas fontes de matéria-prima e pelo território econômico.

Ao invés de pender para a liberdade, se verificou a exploração crescente de nações por outras ricas e poderosas, originando monopólios, oligarquias com um capitalismo estelionatário que se desenvolveu de maneira desigual e veloz, usufruindo da posse das colônias nem sempre por meios pacíficos (Lenin, 1979). “A superexploração da força de trabalho e dos povos oprimidos da periferia dependente constitui um fenômeno que tem sido reproduzido de forma ampliada ao longo dos anos e das décadas posteriores, até aos dias de hoje” (Kohan, 2022, p. 21). Contudo, vale destacar a resistência dos povos de economias dependentes contra a violência das burguesias imperialistas: as rebeliões nativas, abafadas pelas incursões militares; a perene ocupação militar nas colônias, em razão do antagonismo entre o capitalismo e as economias que funcionam como barragem à sua acumulação, e que teve por consequência a violência, instrumento e método de silenciamento e aniquilação de tais resistências (Luxemburg, 1970).

Neste ponto, verificamos a importância do sistema colonial para a acumulação primitiva e gênese do capitalismo industrial europeu e da violência como mantenedora do velho, do arcaico, que vem a se configurar como moderno, fomentando a dialética arcaico-moderno (Costa & Mendes, 2021b). O novo é reprimido por meio de violência exacerbada, expressa pela estrutura autocrática de nossa formação social, que nada mais é que a autocracia como mantenedora do velho, um processo de contrarrevolução permanente (Costa & Mendes, 2021b). Vimos que a violência econômica e extraeconômica figura na gênese do capitalismo, a partir da classe burguesa e, por consequência, do Estado, através de sua força monopolizadora, pois, direta e indiretamente, garante a reprodução do capital (Castelo, Ribeiro, & Lima, 2016). A metrópole, utilizando a valorização mercantil, bem como a acumulação primitiva de capital, lançou mão de mecanismos de violência, apoiados na ação estatal: o próprio sistema colonial, se utilizando da extorsão de valores de uso das colônias, transformando-a em mercadoria para o mercado global; o protecionismo, forma de capitalização dos meios de produção e subsistência pela usurpação do trabalho excedente; as riquezas apropriadas da escravização e do roubo; o sistema da dívida pública, pelo qual credores do Estado tinham autorização para receber valores dos impostos às custas da riqueza produzida socialmente; e o sistema tributário, em que os ônus dos pagamentos dos impostos eram lançados sobre os meios de subsistência (Castelo *et al.*, 2016).

A violência imposta pela Metrópole às colônias se faz notória na produção da fome, visando a revenda com aumento demasiado de preços, e nas marcas da opressão imposta em solo colonial (Castelo *et al.*, 2016). Enfim, com a participação ativa do Estado, metamorfoseando-se constantemente, “a violência como potência econômica se expressa na ampliação das condições básicas da exploração e [na] conquista de novos espaços de acumulação capitalista, que se reproduzem no tempo e no espaço desde a fase clássica do imperialismo até hoje” (Castelo *et al.*, 2016, p. 11).

No próximo capítulo, analisarei o caráter autocrático da formação social brasileira e o capitalismo dependente decorrente desta formação. Esse debate é importante para entender as transformações capitalistas nas economias dependentes, de forma especial no Brasil, estas estão longe de ser um estágio no desenvolvimento capitalista periférico, portanto, uma vez compreendidas suas particularidades, elas nos ajudarão a entender os limites da autocracia burguesa (Tótor, 1999) e suas consequências. Veremos que o domínio e a concentração do poder político constituíram a burguesia uma classe econômico-social, mas, em contrapartida excluíram a classe trabalhadora e a população empobrecida, o que, “configura-se, assim, um despotismo burguês.” (Fernandes, 2020, p. 299).

CAPÍTULO 5 – DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E DEPENDÊNCIA

Depois de analisar o processo de acumulação primitiva e as fases de dominação externa do sistema colonial ao imperialismo, passo ao estudo da teoria do desenvolvimento capitalista, que divide o processo do capitalismo em etapas: modelo colonial escravista, neocolonialismo e capitalismo dependente, com o intuito de desvelar a realidade brasileira. Nesse item, utilizo majoritariamente os estudos de Florestan Fernandes, visto que esse autor se debruçou sobre as determinações econômico-sociais, culturais e políticas das sociedades latino-americana e brasileira para compreender essas realidades, particularmente a brasileira, na totalidade do sistema capitalista e das relações sociais por ele engendradas (Souza, 2017).

Previamente à exposição do estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, passo a mostrar os dados sobre a violência policial brasileira, destinada a manter a naturalidade do Estado autocrático e as relações de poder (Costa & Mendes, 2021c). O Estado capitalista é o detentor dos meios de coerção e da força e esse monopólio se materializa nas forças de segurança, que proporcionam ao Estado sua capacidade de coerção e de violência institucionalizada, o uso dessa coerção e violência junto a outros mecanismos, que não de coerção direta, tem funcionalidade na dominação de classes (Osório, 2014).

Passemos aos dados. O número de mortes em ações policiais no Brasil aumentou 190% em menos de uma década, passando de 2.212, em 2013, para 6.416, em 2020 (Quando a morte veste farda, 2021), ou seja, em 2020, o número de pessoas mortas por intervenções policiais civis e militares na ativa (em serviço e de folga) foi de 6.416 (números absolutos), um aumento de 8,4% em relação a 2019, que foi de 6.351 (números absolutos) mortes. A taxa de mortes pela polícia, em 2020, ficou em 3,0 a cada 100 mil habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). O estado com mais pessoas mortas no primeiro semestre é o Rio de Janeiro: 775. Mesmo diante da alta incidência de Covid-19 e das medidas de isolamento social (G1, 2020b), as polícias dos estados brasileiros produziram, em média, 17,6 mortes para cada dia do ano de 2020 (Quando a morte veste farda, 2021). Ainda em 2020, os negros foram as maiores vítimas das forças de segurança, correspondendo a 78,9% das 6.416 pessoas mortas por policiais. O número de mortos por agentes de segurança aumentou em 18 das 27 unidades da Federação (Mello, 2021).

Por outro lado, o relatório de 2019, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), divulgou: um aumento sistemático da violência contra os 305 povos indígenas, em 2019; 16 das 19 categorias de agressões, que incluem racismo, expropriação de terras indígenas

e omissão do poder público, se agravaram naquele ano. Entre 2018 e 2019, as categorias que mais chamam a atenção são invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, com um crescimento de 109 para 256 casos. As ocorrências atingiram 151 terras indígenas e 143 povos, em 23 estados. Ainda, foram contabilizados 1.120 casos de violências contra terras indígenas. Destes, 829 casos foram de morosidade e omissão na regularização de terras; 35 casos de conflitos relacionados a direitos territoriais e 256 relativos a invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio. O relatório revelou, ainda, que, das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado que impede a finalização do processo demarcatório (Fundo Brasil, 2020). Em 2020, foram registrados 182 indígenas assassinados no país, número 61% maior do que o registrado em 2019; houve, ainda, 900 mortes de indígenas por Covid-19. Além disso, foram 304 casos de violência praticados contra a pessoa indígena em 2020, 10% a mais do que o apontado no relatório anterior, que compreendia o ano de 2019, aponta o Cimi, instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Veiga, 2021). Segundo o Atlas da Violência 2021, a violência contra os povos indígenas aumentou na última década e 2.074 pessoas indígenas foram assassinadas entre 2009 e 2019. Isso representa um aumento de 21,6% na taxa de homicídios, na contramão dos homicídios em geral no país, que registraram queda de 20%, no mesmo período (Assunção, 2021).

O governo federal omitiu dados sobre violência policial em relatório sobre direitos humanos no Brasil em 2022: quanto ao cumprimento das recomendações internacionais – 46% de todas as recomendações ultrapassaram o não cumprimento e estão em retrocesso. Somando os 35% que estão em constante pendência, chega-se ao total de 80% de pontos descumpridos. 17% dos tópicos estão parcialmente em implementação e apenas 1 (uma) das 242 recomendações estava sendo, de fato, cumprida (Chade, 2022).

À vista disso, é possível afirmar que, sob o comando da burguesia, capital e Estado formam uma unidade dialética. Amparado por uma ideologia e um sistema legal que lhe é propício, o Estado se utiliza de uma violência sistemática para amparar os interesses das classes dominantes e espoliar os subalternos, destacando-se o número de mortes em ações policiais, o aumento sistemático da violência contra os povos indígenas e negros no Brasil, além da expulsão de comunidades quilombolas, camponesas e ribeirinhas (Castelo *et al.*, 2016). Ou seja, essa violência diversificada, imposta pelo Estado sobre a população, é um dos importantes fatores para a sobrevivência do modo de produção capitalista (Marx, 1867/2017).

5.1 Autocracia burguesa e forma autocrática de Estado

A teoria do capitalismo dependente está relacionada à teoria da Revolução Burguesa e, de forma particular, à teoria do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina. Não se trata de um modo obsoleto do desenvolvimento europeu (Fernandes, 2020), contudo, para entender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, faz-se necessário partir dos agentes de transformação relativos aos mecanismos externos que influenciaram a instalação do capitalismo (Fernandes, 2020). Tal fenômeno é mundial e se espalha do centro para as periferias, onde cada país passa por processos próprios; diante disso, Fernandes (2020) busca diferenciar os agentes da resistência à mudança e os agentes da mudança.

Florestan Fernandes, em seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, introduz um questionamento basilar para quem pretende apreender a questão do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina. Ele pergunta: “[...] existe ou não uma ‘Revolução Burguesa’ no Brasil?” (Fernandes, 2020, p. 33).

Essa é uma questão complexa, porque alguns autores só aceitavam como Revolução Burguesa as que tinham similitude com as revoluções clássicas (Fernandes, 2020), e ela – a Revolução Burguesa brasileira – não foi uma revolução clássica. Para o autor, não seria um bom caminho se partíssemos para a revolução burguesa no Brasil a partir das suas vias clássicas, como se deu na Inglaterra, desvinculando as “alterações estruturais e dinâmicas condicionadas pela irradiação externa do capitalismo maduro” (Fernandes, 2020, p. 288), ou mesmo a partir das vias não clássicas, como ocorreu na Alemanha e no Japão.

A versão clássica da revolução burguesa não encontra paralelo no Brasil e na América Latina, pois a dependência e o subdesenvolvimento não são etapas passageiras. Esses países periféricos não repetirão a história dos países centrais, visto que a revolução anticolonial e a transição inicial neocolonial não aconteceram (Fernandes, 2020). Dito de outra maneira, a revolução burguesa clássica não é um modelo que possa ser internalizado. Por outro lado, a burguesia no processo colonial, de neocolonização, na constituição do capitalismo dependente, não surgiu de um processo revolucionário, e sim do aburguesamento de uma oligarquia que dominava as relações de poder no Brasil e na América Latina. Importa ressaltar que sempre em conjunto com a metrópole, que se encarregava de remodelar sua expansão capitalista através da dinamização das economias centrais e do mercado mundial (Fernandes, 2020).

Lembra-se Fernandes (2020) de que o desenvolvimento capitalista autônomo tem como pré-requisito a ruptura com a dominação externa, ou seja, mantida a dominação, a consequência é um desenvolvimento capitalista dependente, no qual há uma aceleração no acúmulo do capital

paralelo, uma expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento. O capitalismo dependente é a maneira como o Brasil se integra a uma estrutura de poder global (Fernandes, 2020).

De acordo com Fernandes (2020), a fragilidade da burguesia latino-americana aconteceu quando optou por se fortalecer em detrimento de outros atores sociais. Segundo o autor, as classes mais abastadas se juntaram a parceiros externos, compondo uma burguesia híbrida que induziu o crescimento econômico e a modernização dependente. Impediu-se, então, o “[...] ‘salto histórico’ que nunca deu, na direção do modelo clássico de ‘capitalismo maduro’” (Fernandes, 1975, p. 57).

Esse retrocesso obstaculizou a integração da classe trabalhadora “dentro da ordem social” (Fernandes, 1975, p. 57) competitiva. Fernandes (1975) aponta que a aristocracia dos países que importaram a economia de mercado moderna se aburguesou e, no caso da América Latina, instigou a proletarização, além de recusar a democratização da ordem social competitiva, limitando ou anulando a participação das classes trabalhadoras, se enfraquecendo e rejeitando seu protagonismo como agente histórico revolucionário.

Assim sendo, o Brasil transita para uma sociabilidade burguesa, a qual Fernandes (2020) chamou de sociedade competitiva, economia capitalista, ou, ainda, capitalismo competitivo dependente. Ele afirma que os processos básicos do desenvolvimento capitalista centrais se reproduziram em uma alta burguesia, enraizada em uma economia capitalista sólida, bem como em uma burguesia capaz de preencher os espaços de comando de tal economia e, ainda, em uma pequena burguesia ávida de poder, prestígio e riqueza, responsáveis pelo desenvolvimento econômico sob um capitalismo competitivo dependente, perenemente, acomodado a setores econômicos internos e externos apesar de interesses divergentes. Segundo o autor, do ponto de vista da transformação capitalista se forma um agente econômico débil, que não consegue levar qualquer revolução econômica a uma ruptura com o padrão de dependência. E sentencia: “[...] como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais.” (Fernandes, 2020, p. 251).

Dessa forma, o caminho da revolução burguesa no Brasil foi diferente por um motivo, essencial e central: não havia uma burguesia no Brasil (Iasi, 2017). Diante desse fato, ela não repetiu o processo clássico e quem assumiu o papel da burguesia foi uma “[...] *congiere* social, literalmente um amontoado de setores sociais que assumiram como seus os valores da ordem burguesa e constituíram uma ação social nessa direção” (Iasi, 2017, p. 281), rumo aos valores

urbanos do individualismo, da acumulação de dinheiro, da acumulação de capitais, da economia competitiva, ou seja, o universo de valores burgueses (Iasi, 2017).

O Brasil não era uma formação social que passara por uma ordem feudal. Como afirmou Fernandes (2020, p. 31), “não tivemos um ‘feudalismo’, tampouco tivemos o ‘burgo’ característico do mundo medieval”. Para Iasi (2017), esse ser social específico que – na dissolução da ordem feudal – se constitui sujeito político realizou uma série de revoluções nos países baixos, na guerra de independência norte-americana, na revolução inglesa e em outras revoluções similares pela Europa, mas não existiu no Brasil, porque ele seria o resultado da decomposição de uma ordem feudal inexistente no ambiente brasileiro:

As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder (Fernandes, 1975, p. 42).

Não obstante, como afirma Marx (1867/2017) em seu livro *O capital*, a dissolução e a decadência da ordem feudal produziram classes sociais como a burguesia, que se constituiu como classe proprietária dos meios de produção, evoluindo do arrendatário capitalista fixado no campo ao da cidade, da dissolução dos ofícios às manufaturas, e à consequente grande indústria, compradora da força de trabalho, para extrair mais-valor e acumular capital. Nesse sentido, conforme Fernandes (2020), temos uma contradição: uma ordem burguesa que se consolidou sem a dissolução de um antigo regime, uma burguesia, uma classe social, que não foi o sujeito de um processo histórico, de uma revolução no país.

A questão estaria mal colocada, de fato, se se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos. Mas não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? (Fernandes, 1975, p. 20).

Assim, afirma Fernandes (2020) que a figura existente no Brasil foi um regime colonial, uma ordem oligárquica que não formaria uma classe burguesa no sentido da repetição do processo clássico, “uma via não clássica da via não clássica” (Iasi, 2017, p. 282). Fernandes (2020) está se referindo à oligarquia do café, no final do período colonial, e ao fato de que esse segmento vai produzir uma ordem urbana própria, resistente à nova ordem competitiva. O café necessitava de importação e exportação, bancos, que tinham como cenário um universo urbano diferente do universo original da oligarquia rural brasileira. Nessa perspectiva, o segmento dessa oligarquia se urbaniza, se aburguesa. “Sem o saber (e também sem o desejar de forma

consciente), o fazendeiro acabou compartilhando o destino burguês” (Fernandes, 2020, pp. 113-114).

Vale ressaltar que, antes de se tornar uma burguesia, irá se somar a uma série de segmentos, por exemplo, de imigrantes vindos da Europa, não do tipo que vem nos navios para trabalhar, mas do tipo que veio para montar empresas. Esse segmento de empresários imigrantes e a oligarquia se unem e “o fazendeiro teve de precipitar-se pelos caminhos que eram trilhados pelo imigrante, coincidência responsável pelo fato de ambos aparecerem como os construtores pioneiros do Brasil moderno” (Fernandes, 2020, p. 114).

Dessa aliança surgiu algumas implicações. Primeiramente, esse segmento não estava em contradição com a antiga ordem colonial, nem mesmo com a escravista, já em transição como força de trabalho livre (Iasi, 2017):

O fazendeiro de café, de início, quase não se afasta do protótipo do senhor rural, para o qual ele tendia, como participante da aristocracia agrária. No entanto, aos poucos ele é apanhado na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista (Fernandes, 2020, p. 114).

Seus negócios dependiam, em grande parte, do bom desenvolvimento dessa estrutura agrária, portanto, não é uma nova burguesia em contradição com o antigo regime, é um segmento do antigo regime que se especializa em outra direção, que aponta para outra sociabilidade, outra via de organização econômica (Iasi, 2017).

A segunda constatação é que essa aliança, por cima e pelo alto, exclui os trabalhadores, novos assalariados, os ex-escravos, a força de trabalho livre instalada no campo, os segmentos médios, e estes integram a maioria da população excluída desse núcleo oligárquico que formava os interesses dominantes no Brasil (Iasi, 2017).

A terceira constatação é que essa aliança sedimentou tanto na economia como nas relações sociais, culturais, ideológicas, o conteúdo original e clássico da revolução burguesa, e, dessa forma, a revolução burguesa no Brasil é uma revolução que se completa sem o aspecto nacional e democrático (Iasi, 2017).

Classicamente, a revolução burguesa é uma aliança da nascente burguesia com o povo contra os estamentos feudais e, portanto, é uma revolução com duas características essenciais: é nacional, aponta para a ideia de nação, e a ideia de povo (inseparável da ideia de nação) e implica, portanto, o conteúdo democrático (Iasi, 2017). Uma revolução burguesa, portanto, é uma revolução nacional e democrática (Iasi, 2017).

[...] as burguesias associadas e dependentes são incapazes de fomentar e dirigir as três grandes revoluções (a nacional, a industrial e a democrática) que definiram o significado construtivo do chamado “capitalismo clássico” na história das civilizações e da Humanidade (Fernandes, 1980, p. 62).

No caso do Brasil, claro está o divórcio entre a revolução burguesa, a implementação de uma ordem competitiva e a revolução nacional e democrática. Essa última revolução permanecerá suspensa enquanto se realiza a revolução burguesa no Brasil, por uma aliança com os antigos estratos dominantes oligárquicos, excluindo-se a maioria do povo (Iasi, 2017).

Podemos concluir que, para Fernandes (2020), a revolução burguesa no Brasil está completa de uma maneira atípica, é uma **democracia restrita típica** ou uma **democracia de cooptação**, na qual se combina uma reciclagem da **autocracia burguesa** ou, ainda é possível dizer, um entrelaçamento entre **autocracia burguesa** e **democracia de cooptação**. A classe dominante não tem interesse em romper com esse modelo dependente, já que ela se consolidou no poder mantendo os laços de dependência, inclusive com o processo de apropriação dual do excedente: uma parte do excedente fica com a burguesia nativa e a maior parte dele vai para fora, para as burguesias centrais do imperialismo (Fernandes, 2020). Por conseguinte, para esse autor, a revolução burguesa se realizou, está consolidada e o capitalismo dependente é o capitalismo possível no Brasil.

Florestan Fernandes, segundo Iasi (2017), chama a atenção para a forma autocrática do estado, sendo este um elemento central na obra do autor. A forma autocrática do estado do Brasil não é algo conjuntural, não é algo que deriva de correlação de forças, portanto, não diz respeito à forma do Estado, mas ao seu caráter (Iasi, 2017).

Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (Fernandes, 2020, p. 294).

Em outras palavras, a aliança deste segmento que constituiu a burguesia brasileira, com a oligarquia contra o povo, faz com que a ordem burguesa no Brasil, desde o seu nascedouro, seja uma ordem que interessa a um círculo pequeno de interesse que precisa manter sua unidade, sua aceitação nos estreitos limites desse cerco (Iasi, 2017). “Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (Fernandes, 2020, p. 215).

Tal burguesia não precisa se legitimar perante a sociedade, ela estabelece seu poder no estrito círculo de interesse de beneficiados por uma ordem excludente, pois a autocracia é uma condição de estado que se legitima a si mesma (Iasi, 2017). Logo, Fernandes (2020) mostra um problema crônico de hegemonia da burguesia brasileira, referido no que o autor entende por capitalismo dependente, uma formação social de origem colonial-escravista, inserida

subalternamente na ordem do capitalismo competitivo mundial monopolista. Assim sendo, a burguesia brasileira que não rompe com seu caráter oligárquico se alia ao capitalismo para poder apropriar de sua forma específica de existência, acirrando o caráter autocrático do Estado (Iasi, 2017).

No Brasil e na América Latina, de acordo com Iasi (2017), existe uma ordem burguesa consolidada internamente com a aliança oligárquica e externamente com o imperialismo, portanto, nos termos do movimento do capitalismo dependente, por consequência o Estado próprio é, desse modo, o Estado autocrático. O autor exemplifica, em vista da atualidade, que a autocracia na sua forma do governo militar é apenas a expressão militar de uma característica estrutural, ou seja, o segmento militar é uma camada que compõe o Estado, que ocupa o lugar da universalidade que a burguesia não pode devido a suas características limitantes determinadas pelo capitalismo dependente.

Fernandes (2020) elabora uma teoria que demonstra como a autocracia, mantendo sua substancialidade, pode assumir, inclusive, formas “democráticas”, contudo, com um perfil limitado, de uma **democracia restrita**, “[...] versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa.” (Fernandes, 2020, p. 267).

Tal autocracia burguesa, como veremos a seguir, garantirá a parceria e a subordinação às burguesias centrais, bem como a exploração e a sobre-expropriação do trabalho e dos trabalhadores, excluídos do acesso e da permanência ao mercado, assegurando, assim, no Brasil, um capitalismo dependente e uma democracia autocrática na economia dependente que conjuga miséria, exclusão e ausência de direitos.

5.2 Interlocução entre Estado e violência no capitalismo dependente

Marx e Engels exprimem, no manifesto comunista, o Estado com precisão através de uma imagem: “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx & Engels, 2007, p. 42).

Em sua análise da revolução burguesa no Brasil, Fernandes (2020) afirma que nossa via particular de desenvolvimento capitalista foi heteronômica (dependente-nacional-estrangeira), ou seja, com a finalidade de gerar riquezas apossadas primeiramente pelos colonizadores e depois pelos capitalistas estrangeiros, “drenar as riquezas de dentro para fora” (Fernandes, 2020, p. 37). Com a burguesia local subsumida aos senhores de engenho e aos europeus, curvaram-se aos primeiros sob a égide do poder político e, aos segundos, sob a égide do poder

econômico (Campos, 2021). Tais processos econômicos, marcados pela heteronomia e por um capitalismo comercial de origem europeia, deram causa e incremento à colonização nacional; tal modelo lançou as bases que posteriormente estruturaram a economia de dependência (Campos, 2021).

Nesse ponto, vale destacar a importância do estudo de Miriam Limoeiro-Cardoso acerca do capitalismo dependente em Florestan Fernandes, o qual nos guiará mais facilmente na compreensão do tema.

É importante recordar que “Florestan não formula uma ‘teoria da dependência’. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista” (Limoeiro-Cardoso, 2013, p. 2). É importante destacar que Limoeiro-Cardoso (2013) enumera duas observações relevantes para entender a expressão **capitalismo dependente** nos estudos de Florestan Fernandes. Na primeira, explicita a autora que, quando Florestan fala de heteronomia ou dependência, se refere ao capitalismo em determinado momento histórico – o capitalismo monopolista – e uma de suas especificidades nesse momento da história do capital é ser “parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista” (Limoeiro-Cardoso, 2013, p. 2).

Continua a autora explicando que, dentro da teoria do desenvolvimento do capitalismo, o foco de Florestan está nas classes sociais que incitam esse desenvolvimento. Para Florestan, o Estado figura na análise, mas não como agente histórico (Limoeiro-Cardoso, 2013). As classes e suas relações ocupam um espaço privilegiado nos estudos de Florestan (Limoeiro-Cardoso, 2013), visto ser “falsa a idéia de que **a história se faz**, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial” (Fernandes, 1980, p. 62, grifos nossos). A partir desses pressupostos, Florestan entende, dentro da lógica do capitalismo, a articulação das burguesias “entre os mecanismos ‘de fora para dentro’ (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e ‘de dentro para fora’ (da periferia para os centros hegemônicos).” (Limoeiro-Cardoso, 2013, pp. 2-3). Os dois fatores externo e interno se potencializam. Tais relações não se resumem entre estados ou burguesias hegemônicos ou dependentes, mas em relações de dominação externa/interna sobre o trabalho e a população (Limoeiro-Cardoso, 2013).

Assim, para Florestan,

[...] o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina [...] possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores

sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. (Fernandes, 1975, p. 45).

Contudo, alerta:

De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas (Fernandes, 1975, p. 45).

Dessa forma, a dominação externa direciona, controla, apropria e expropria as economias dependentes. Estas, por sua vez, super-exploram e dominam a massa trabalhadora e os agrupamentos sociais, excluída e oprimida, com o objetivo de garantir seus privilégios e a partilha do excedente com os países hegemônicos (Limoeiro-Cardoso, 2013).

Há um padrão de acumulação de capital típico dessa parceria desigual entre centro e periferia, como afirma Limoeiro-Cardoso (2013), e a autora complementa afirmando que Florestan indica duas dimensões para a continuidade e o funcionamento da dependência: 1) a parceria e a subordinação da burguesia nacional; 2) a exploração e a sobreexpropriação do trabalho e dos trabalhadores, excluídos do acesso e da permanência ao mercado. A partir da autocracia, padrão de dominação da burguesia brasileira, essa superexploração trata-se de uma violência agravada que, para se reproduzir, requer uma violência extraeconômica sistêmica e acentuada (Costa & Mendes, 2021b). Ficam, portanto, determinados os marcos da sobreexploração capitalista, sendo que “sobre-apropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo” (Fernandes, 1975, p. 54).

A expropriação do trabalho e a democracia autocrática na economia dependente são exacerbadas, conjugando miséria e exclusão, ausência de direitos para os subalternos:

[...] massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade sócio-econômica, à exclusão cultural e política etc. (Fernandes, 1975, p. 37).

Fernandes (2020) vincula a condição autocrática burguesa ao caráter de classe e de uma “[...]–contrarrevolução preventiva, que [...] dissipa ao nível histórico [...] formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal” (Fernandes, 1976, p. 362). Pois a posição do Estado é de intervir para garantir a reprodução da sociedade burguesa, para tanto, a mediação da violência é fundamental.

De acordo com Iasi (2017), a burguesia estaria muito menos preocupada em garantir uma ordem mais consolidada ou que permitisse uma hegemonia mais sólida; se trabalhadores porventura ocupassem um espaço de relacionamento político, isso potencializaria o vetor da revolução socialista, e assim seu foco se concentraria em impedir esse processo em potencial. Em consequência disso, Fernandes (2020) cunhou o conceito de **contrarrevolução preventiva**. O golpe de 1964 foi uma contrarrevolução, pois o que estava colocado no ambiente imediato de ação dos trabalhadores brasileiros era uma democracia, eram reformas de base e, dessa forma, os trabalhadores, ao realizarem a revolução democrática, abririam espaço para uma alternativa socialista. Desse modo, as diferentes frações da classe dominante se anteciparam e abortaram o processo (Iasi, 2017).

Por outro lado, alerta Campos (2021) para as debilidades estruturais do Estado dependente, as quais são compensadas pelo autoritarismo estatal e governamental dissimulado em feições democráticas. Ademais, a dimensão autoritária está ligada ao elemento político que materializa o capitalismo, às classes, à hegemonia burguesa na economia dependente e subdesenvolvida.

O capitalismo dependente é um terreno fértil para a barbárie, onde o poder político é exercido recorrentemente com mãos de ferro, se utilizando de variados meios coercitivos. Esse panorama expressa a particularidade do capitalismo dependente e a dialética de expropriação-opressão que marca a violência extraeconômica como força produtiva (Campos, 2021).

Ianni (2019), ao falar da violência produzida pela autocracia estatal/burguesa, refere-se à Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), em que o emprego de repressão por militares e policiais, da prisão, tortura, favoreceram o projeto nacional de desenvolvimento econômico (Campos, 2021). “O planejamento e a violência estatais fizeram com que a classe operária produzisse um volume muito maior de mais-valia do que estava produzindo sob as condições políticas e econômicas da democracia burguesa, de cunho populista, vigente antes de 1964” (Ianni, 2019, p. 146-147).

Essa violência estatal/burguesa, na verdade, é econômica, visto que incide na exploração da força de trabalho e na expropriação dos meios de produção e consumo, a serviço da acumulação monopolista (Ianni, 2019).

O Brasil se integra de maneira subalterna à estrutura do capitalismo global hegemônico, se incorpora ao sistema de poder imperialista mundial em um período em que se dá uma batalha de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, radicalizando o caráter reacionário das burguesias imperialistas e das burguesias dependentes. A classe dominante brasileira lida com

essa realidade através de uma contrarrevolução prolongada, que combina formas mais ou menos explícitas de poder autocrático (Iasi, 2017).

Fernandes (2020) atribui ao estado brasileiro o protagonismo para operar uma **contrarrevolução** não só **preventiva**, mas **permanente**, que não só impede a possibilidade de revoluções democráticas, como está preparado para interromper processos quando a **democracia restrita** parece sair do controle e garantir a ordem. Manifesta na atualidade sua forma através de contrarreformas neoliberais, não requerendo quebra do regime como em 1964. De fato, “as [contra]reformas neoliberais, introduzidas no país a partir de 1990, determinaram o aprofundamento do caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro” (Costa & Mendes, 2021b, p. 78).

Dito isso, fica evidente o caráter do Estado brasileiro, que tem como característica histórica uma formação social do capitalismo dependente, sobretudo por um período em que a luta de classe opera no terreno democrático, saindo de uma ditadura aberta do capital para uma democracia, primeiro limitada, restrita e, no máximo do seu desenvolvimento, uma **democracia de cooptação**, que, quando necessário, reverte para a forma abertamente autoritária (Fernandes, 2020; Iasi, 2017). O estado brasileiro se mostrou capaz de se fortalecer e garantir o poder da pequena parcela que se beneficia da ordem capitalista no Brasil, mesmo na transição democrática, que, na melhor das hipóteses, se aproximou de uma **democracia de cooptação**, para depois se reverter à forma autoritária (Fernandes, 2020; Iasi, 2017), como, por exemplo, com uma agenda econômica de “retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundando a superexploração da força de trabalho e a transferência de fundos públicos, serviços monopolizados pelo Estado e empresas estatais para o controle da acumulação privada” (Mattos, 2020, p. 234).

No final do livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes (2020) indica o que poderia acontecer depois do afrouxamento da ditadura civil militar, e como isso poderia nos levar a uma **democracia restrita típica**, que também pode ser designada como **democracia de cooptação**. É uma democracia que não consegue atender aos anseios das massas populares, mas que busca cooptar algumas lideranças das classes populares para manter a ordem, o *status quo*. Isso criaria os vínculos orgânicos que deveriam entrelaçar os mecanismos da **democracia de cooptação** com a organização e o funcionamento do estado autocrático. Não há uma ruptura com o poder militar, a tutela militar permanece sobre o estado (Iasi, 2017). Isto posto, facilita o entendimento da ação ostensiva dos corpos de segurança sobre a população. Como vimos no início do capítulo, as mortes em ações policiais aumentaram 190% de 2013 a 2020, onde negros foram as maiores vítimas. Não há uma ruptura definitiva com o passado. A classe dominante,

os monopólios, o imperialismo, o latifúndio, continuam sendo predominantes nessa correlação de forças e vão fazer valer os seus interesses.

Isto posto, a seguir veremos que a condição autocrática foi fundamental para a manutenção dos privilégios da burguesia e sua modernização conservadora, bem como do ideal autocrático de poder, alimentado por um exército de reserva despossuído, desocupado, segregado, famélico.

5.3 De frente para o passado: condição autocrática e modernização conservadora

Quando analisamos a situação agrária no Brasil, percebemos o que significa modernização conservadora, pois, ao verificarmos a manutenção e o aprofundamento da concentração de terra e do latifúndio, nos deparamos com dados de 2010, em que 130 mil proprietários concentravam 318 milhões de hectares (Oliveira, 2011). O fato de haver modernização da produção no campo, de existirem assalariados agrícolas, e não só camponeses, não elimina a concentração de terra e a estrutura do latifúndio, porque é justamente na dialética entre o novo e o velho que acontece a modernização conservadora, tendo como pilares o capitalismo dependente e a dominação imperialista (Perlatto, 2014).

Levantando alguns dados atuais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Neder, 2019), os desempregados (desocupados), no primeiro trimestre de 2022, chegaram a 11,9 milhões, a taxa de desemprego (desocupação) a 11,1% e a informalidade atingiu, no mesmo período, 40,4% dos trabalhadores no País, demonstrando como a integração na ordem social competitiva ainda é restrita. Um grande percentual da classe trabalhadora está desprotegida e vivemos uma sociabilidade que até o momento atual restringe a participação efetiva dos trabalhadores dentro de uma ordem social competitiva ou moderna do capitalismo (Fernandes, 2020). Outra característica da frágil integração dos trabalhadores na sociabilidade capitalista dependente é a forma de poder que prevaleceu na América Latina, ou seja, o caráter autocrático da dominação burguesa. O século XX foi marcado por profundas intervenções do imperialismo, que desaguaram em ditaduras militares e governos autoritários, representantes desse ideal autocrático de poder.

As forças organizadas, segundo Fernandes (2018), defendem projetos de reformas democráticas, que o autor chamou de revoluções democráticas, dentro da ordem ou do contexto do capitalismo dependente. A recorrência das ditaduras militares nos governos autoritários e as diversas formas como a democracia se estabelece nesses países determinam uma condição ritualística de domínio econômico, na qual a classe trabalhadora não está inserida. Em

consequência, fica explícita a intervenção do imperialismo nos países da América Latina, uma intervenção que se utiliza das estruturas construídas pelo imperialismo total, muitas vezes estruturas jurídicas, educacionais, de grandes corporações, que, de dentro para fora, construíram processos de ruptura democrática (Fernandes, 1980).

No entanto, quem a faz a revolução são as massas proletárias, alerta Florestan Fernandes. O autor ressalta o potencial que têm esses elementos históricos identificados por Karl Marx. Ademais, ao se constituir em classe para si e conquistar o poder político, o proletariado tem condição de construir uma nova sociabilidade. Em seu livro *O que é revolução*, o autor preleciona:

Em suma, **quem faz a revolução** é a grande massa proletária e **quem lhe dá sentido** é a grande massa proletária. Não se trata de uma categoria social como “povo” – mas da parte proletária do povo e daqueles que, não sendo proletários, identificam-se politicamente com o proletariado na destruição das formas burguesas de propriedade e de apropriação social. Em suma, a maioria descobrindo por seus próprios meios que a ordem burguesa não é a única possível e tentando, também por seus próprios meios, a conquista do poder e de uma nova forma de democracia, a democracia proletária (Fernandes, 2018, p. 29).

Em outras palavras, quem pode superar essa condição dependente na América Latina é a classe trabalhadora, que precisa se apropriar de muitas das tarefas que a burguesia nacional não cumpriu e está impossibilitada de cumprir dentro do capitalismo dependente (Fernandes, 2018). As demandas da revolução democrática são, em geral, para Fernandes (2018), necessidades históricas a serem resolvidas fora dessa sociabilidade, por sua impossibilidade estrutural, histórica, principalmente em relação ao imperialismo. Tais demandas, ao mesmo tempo em que estão no campo de revolução democrática nacional, também devem gravitar o seu eixo para uma transformação revolucionária da ordem, para a construção de uma nova sociabilidade.

O autor se utiliza de uma relação dialética, a revolução dentro da ordem e a revolução contra a ordem, e sua análise deixa evidente o movimento da luta real da classe trabalhadora: “Temos, pois, uma guerra civil latente e uma eclosão revolucionária aberta. As transformações seguem as linhas dos equilíbrios e desequilíbrios de forças nas relações antagônicas da burguesia com o proletariado.” (Fernandes, 2018, p. 28-29).

Segue o autor, argumentando:

Enquanto a guerra civil é latente, a transformação revolucionária se equaciona dentro da ordem, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado; quando a guerra civil se torna aberta, a transformação revolucionária se equaciona contra a ordem, envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade e a formação de uma sociedade sem classes, destituída de dominação

do homem pelo homem e de elemento político (portanto, de uma ordem sem sociedade civil e sem Estado) (Fernandes, 2018, p. 30).

Enfim, o capitalismo se desenvolve e moderniza, mantendo a estrutura do passado; ele se aproveita dos laços negativos desses elementos do passado para lucrar mais e esse fato se relaciona com o papel dos países periféricos na ordem global imperialista (Fernandes, 2018). No Brasil, podemos falar tanto de elementos estruturais quanto de elementos ideológicos, como a manutenção do autoritarismo, da violência, da segregação e, por que não, do próprio patriarcado, do machismo, e assim por diante, marcas negativas herdadas do passado colonial, refuncionalizadas e reintegradas a esse processo de modernização conservadora (Fernandes, 1975, 2020; Iasi, 2017). Essas questões estruturais – como a dependência, o latifúndio, a ausência de uma revolução ou reforma urbana e a manutenção de alguns elementos estruturais do passado – não significam negar a consolidação da revolução burguesa. A verdade é que o capitalismo se moderniza, e se desenvolve, de maneira particular, refuncionalizando e reintegrando esses laços negativos (Iasi, 2017).

Vale destacar que Fernandes (2020) se aprofunda no tema da superexploração, pois a sociedade escravista é substituída por uma sociedade de mercado baseada na força de trabalho livre, mas o capital submete a classe trabalhadora a uma exploração chamada pelo autor de **nova variação da escravidão**. Isso vai ter uma função importante no mecanismo de apropriação do excedente econômico, porque, para manter essa dominação, será necessário fazer um repasse considerável para os sócios majoritários do grande capital; portanto, tem de haver uma superexploração (Fernandes, 1975, 2020).

Isto posto, destaco que a relação entre superexploração e dependência se assenta no projeto das burguesias dependentes em acumular o máximo possível do capital, destinando o excedente econômico às burguesias hegemônicas. A exploração excedente e a expropriação típica do capitalismo implicam na restrição dos direitos da maioria da população e na ampliação da dependência (Limoeiro-Cardoso, 2013). A exploração agregada à opressão, à exclusão de direitos e à impossibilidade de acesso ao poder é a garantia da “integração, [d]a estabilidade e [d]a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes.” (Fernandes, 1975, p. 35). Assim, a sociedade de classes estruturada pelo capitalismo dependente na periferia conflita diretamente com a universalidade dos direitos humanos, pois está ancorada em uma “**democracia restrita** e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.” (Fernandes, 1980, p. 77, grifo do autor). Dessa forma, o que define a burguesia dependente é sua relação com a

exploração econômica e a opressão política com os sublaternizados, oprimidos e explorados, bem como o ressentimento histórico pela expropriação dos trabalhadores e depossuídos à base de violência e exclusão (Limoeiro-Cardoso, 2013).

Diante disso, percebemos que a modernização conservadora está, então, diretamente relacionada às possibilidades históricas da modernização das relações de produção no capitalismo dependente. A imposição do que é obsoleto das forças produtivas europeias à nossa realidade latino-americana é um exemplo e uma constante de nossa sociabilidade. Além disso, vários são os limites enfrentados por inúmeros capitalistas para desenvolver um projeto autônomo, como relata Fernandes (2020, p. 33), a exemplo do “infortúnio de Mauá”, um industrial que idealizou uma possibilidade de construir um projeto autônomo e foi interdito pelas relações imperiais daquele período histórico a partir da intervenção que a Inglaterra tinha no comércio interno. De acordo com o autor, esses elementos estão relacionados à forma como o Brasil se modernizou ao superar o regime escravista, colocando frações inumeráveis da classe trabalhadora em condições precaríssimas. Esses elementos reforçam o controle imperialista.

Procurando traçar uma retrospectiva do capítulo, começamos a partir dos questionamentos de Florestan Fernandes sobre se existiu ou não uma Revolução Burguesa no Brasil. Como dito, a burguesia colonial brasileira não surgiu de um processo revolucionário, mas do aburguesamento de uma oligarquia que dominava as relações de poder, sempre em conjunto com a metrópole. No caso brasileiro, como no desenvolvimento capitalista, não houve uma ruptura com a dominação externa, assim, a consequência foi o desenvolvimento capitalista dependente. Na verdade, quem assumiu o papel e os valores da ordem burguesa no Brasil foi uma junção de setores sociais. A revolução burguesa no Brasil se completa sem o aspecto nacional que aponta para a ideia de povo, nação e democracia. Assim sendo, para Fernandes, a revolução burguesa no Brasil se completou de maneira atípica e, portanto, é uma democracia restrita típica, que combina autocracia burguesa e democracia de cooptação. Logo, o capitalismo dependente é possível no Brasil.

A seguir, discutimos o tema estado e violência no capitalismo dependente. Abri a discussão mostrando que a colonização brasileira foi heteronômica ou dependente, uma burguesia submetida aos senhores de engenho pelo poder político e aos países centrais pelo poder econômico, cuja finalidade era gerar riquezas apossadas pelos colonizadores; esse modelo foi constituindo as bases de uma economia de dependência. Florestan se refere a um momento histórico em que se apresenta a heteronomia ou dependência como especificidade do capitalismo monopolista.

O capitalismo instalado no Brasil reproduz formas de apropriação, expropriação e acumulação de capital e produz uma espoliação de fora para dentro, resultando na divisão do excedente. A economia capitalista dependente está sujeita a uma desidratação permanente de suas riquezas, que acontece às custas das relações de dominação sobre o trabalho (setores assalariados) e a população (setores empobrecidos) e às custas de uma sobreapropriação e sobre-expropriação permanentes.

Vimos que a expropriação do trabalho e a democracia autocrática na economia dependente são exacerbadas, conjugando miséria e exclusão, uma massa de despossuídos, em níveis inferiores à subsistência, desempregados, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural, educacional, política e da saúde. Assim, o estudo aponta para o desbaratamento das formas diretas de luta de classes através do mecanismo da contrarrevolução permanente, cujo golpe civil-militar de 1964 é sua expressão.

O pseudorrompimento com o sistema colonial e a harmonização entre modernização e Estado nacional independente iniciaram um processo de neocolonialismo caracterizado pela incorporação e subordinação ao capitalismo central. Além disso, enquanto, no âmbito global, a acumulação primitiva de capital criava condições para a hegemonia do modo de produção capitalista, contraditoriamente, no Brasil, a escravidão ocupava um espaço privilegiado na economia nacional.

Na contradição entre uma descolonização mínima e uma modernização máxima começa a fase monopolista no Brasil. Isso acabou desaguando em um regime de exceção, que, desgastado diante da pressão popular, criou a estratégia de redemocratização, na qual a mesma burguesia permaneceu no poder e impediu uma revolução social. Acontece, então, uma reciclagem da dominação autocrática. A noção de dependência é peculiar ao imperialismo, atribuída às colônias exploradas pelas metrópoles em conjunto com as burguesias nacionais, realidade reproduzida até os dias de hoje.

Finalmente, comentei que o capitalismo dependente e a dominação imperialista são os pilares da modernização conservadora e dialética entre o novo e o velho. Florestan chamou de revoluções democráticas dentro da ordem ou do contexto do capitalismo dependente os projetos de reforma democrática. Assim, a modernização conservadora está diretamente relacionada às possibilidades de atualização de produção dentro do capitalismo dependente.

Isso posto, no próximo capítulo inauguro um diálogo com Martín-Baró acerca do tema violência. No intuito de melhor compreender o assunto, sistematizei a discussão do autor com o escopo de organizar as ideias, obtendo, como resultado, uma linha de raciocínio mais didática. Assim, informo os tipos de ações violentas na concepção do autor, depois, apresento o quadro

de realidade herdado pelo autor em El Salvador e passo à análise semântica dos termos violência e agressão para encontrar suas raízes. A partir das ações violentas, o autor deduz níveis de violência que possibilitam vislumbrar suas dimensões constitutivas. Chego, então, às causas que produzem o ato violento e procuro entender o sentido da violência a partir do ponto de vista psicossocial, bem como a espiral de violência que traz em si uma dinamicidade própria. Enfim, destaco alguns elementos que constituem o trauma psicossocial para Martín-Baró, o que dará suporte à reflexão.

CAPÍTULO 6 – CAOS E ORDEM: DESORDEM ORGANIZADA. DIÁLOGOS COM MARTÍN-BARÓ SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência [...] é uma potência econômica (Marx, 1867/2017, p. 370).

Como apresentado, o escopo deste trabalho é investigar as determinações e implicações da violência na saúde mental, ligado aos fatores sociais e culturais, de uma sociedade de condição periférica dependente.

Martín-Baró tem duas grandes temáticas em sua obra: a pobreza e suas expressões e a violência (Blanco & de la Corte, 2003). Neste capítulo, pretendo investigar, nos estudos de Martín-Baró, como foi se configurando sua análise sobre a “Psicologia Social da Violência” (Lacerda Júnior, 2017, p. 18), pois o tema violência, de acordo com comentadores de sua obra, é uma das grandes contribuições do autor (Blanco & de la Corte, 2003; Lacerda Júnior, 2017). Para esta pesquisadora sem dúvida é a mais interessante.

Lacerda Júnior (2017) ressalta que, devido ao compromisso social de Martín-Baró, cada vez mais o autor se dedicou ao aprofundamento do tema em debate, cunhando categorias de análise que serão discutidas neste capítulo, as quais auxiliarão no entendimento da realidade do autor e de nossa própria realidade.

Para Martín-Baró (2017c), o real concreto é um processo que se desenrola dentro da história de um povo. Assim sendo, no intuito de melhor entender a Psicologia Social da Violência, desenvolvida pelo autor, e as categorias que se desdobraram de seus estudos e análises da realidade do povo salvadorenho, inicio este capítulo apresentando o cenário vivido por Martín-Baró: uma guerra civil de doze anos de duração, além de uma existência marcada pela pobreza e riqueza, divididas em extremos por uma maioria esmagadora e uma minoria oligárquica, empobrecimento de grande parte da população e acumulação por um grupo cada vez mais restrito. Isso propiciou um poderoso movimento revolucionário, que, consoante Sue-Montgomery e Wade (2006), não foi capaz de mudar a situação de El Salvador, país onde Martín-Baró aprofundou seus estudos e militou contra a opressão. Neste apanhado não será possível desenvolver todos os elementos que compuseram o cenário histórico de El Salvador, o propósito é oferecer *flashes* sobre eventos importantes que possivelmente instigaram o pensamento do autor.

A pobreza de El Salvador, segundo as autoras, foi herdada de seu passado colonial, logo, sua história tem quatro momentos importantes: a ocupação das terras comunitárias indígenas para exportação de café, quando milhares de camponeses foram expropriados e

forçados a trabalhar nas fazendas. Por sua vez, o sistema de trabalho se estruturou no débito perpétuo dos trabalhadores e o confisco das propriedades comunitárias se revelou uma forma de controlar o custo e a disponibilidade da mão de obra (Sue-Montgomery & Wade, 2006). A manutenção desses expedientes possibilitou o estreito relacionamento entre as elites latifundiárias e o exército. A crise econômica e política, que coincidiu com a depressão mundial de 1929, como segundo momento, resultou na formação de um regime militar protetor da elite cafeeira, situação que perdurou por 60 anos. Em um terceiro momento, visualizamos a oportunidade para instalação de repressões de toda sorte e reformas. Por fim, chegamos ao quarto momento, onde a oposição eleitoral ocupa um lugar contrário aos interesses da classe dominante, o que levou o exército a um controle violento dos votos e dos dissidentes (Sue-Montgomery & Wade, 2006).

Esse panorama produziu um movimento militante expressivo, iniciado no Congresso Centro-americano dos Trabalhadores, em São Salvador. Posteriormente, foi organizado um movimento revolucionário em El Salvador, por volta de 1930, ao mesmo tempo em que se constituía o partido comunista salvadorenho. Entre os comunistas de expressão estava Augustin Farabundo Martí, cuja trajetória foi bastante conturbada. O governo era de coalizão entre militares e a oligarquia, que se revezou em meio a conflitos internos (Sue-Montgomery & Wade, 2006).

A Conferência Latino-americana dos Bispos Católicos, em Medellín, na Colômbia, em 1968, foi uma influência capital para a revolução salvadorenha (Sue-Montgomery & Wade, 2006). Tal evento mudou a maneira de pensar e a práxis pastoral desenvolvida a partir da Teologia da Libertação. A mensagem pastoral dos bispos na Conferência de Medellín centrou-se na convocação da Igreja para três ações específicas: denunciar as injustiças, defender os oprimidos e fazer uma opção preferencial pelos pobres (Sue-Montgomery & Wade, 2006). Desse quadro surge Pe. Ignacio Martín-Baró, imbuído dessa convocatória, trazendo um repertório importante como filósofo e teólogo, posteriormente, em 1975, como psicólogo.

Nesse momento da história muitos vincularam a teologia da libertação ao marxismo, tidos como comunistas pelos setores de direita de El Salvador. Essa alcunha tornava a pessoa alvo certo dos setores militares e de segurança, bem como dos esquadrões da morte e, em razão disso, muitos padres, seminaristas, pastores e freiras foram assassinados ou desapareceram (Sue-Montgomery & Wade, 2006).

O preço de a Igreja se posicionar diante da realidade opressiva e desumanizante foram as vidas de vários religiosos comprometidos com a justiça social. Sue-Montgomery & Wade (2006) listaram vários tombamentos, dentre eles, em 1980, de D. Oscar Romero, Arcebispo de

São Salvador, assassinado enquanto presidia uma Missa. Esse evento impulsionou uma aliança que resultou na criação da Frente Democrática Revolucionária (FDR), a qual unificou as forças de oposição, e, posteriormente, o assassinato dos líderes da FDR levou a liderança da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) a se decidir pela luta. Iniciar-se-ia, assim, a guerra civil, que duraria doze anos.

A chacina derradeira aconteceu em 16 de novembro de 1989, quando membros do batalhão Atlacatl treinados pelos militares norte-americanos entraram na Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas e mataram:

Seis jesuítas – o reitor Ignacio Ellacuría, o vice-reitor Ignacio Martín-Baró, fundador e diretor do Instituto Universitário de Opinião Pública (Iudop) da UCA, Segundo Montes, fundador e diretor do Instituto de Direitos Humanos da UCA (IDHUCA), Joaquim López y López, Anando López e Juan Ramón Moreno – além de Elba e Celina Ramos a governanta dos jesuítas e sua filha (Sue-Montgomery & Wade, 2006, p. 101).

Esses assassinatos chamaram a atenção do mundo sobre o exército salvadorenho e sobre a incapacidade do governo em controlá-lo. Sue-Montgomery & Wade (2006) lembram que os Estados Unidos, à época, suspenderam a ajuda, já aprovada, de 42,5 milhões de dólares para os militares em El Salvador, e não houve outra alternativa para o exército salvadorenho e a FMLN que acordarem negociar o fim da guerra.

Nesse cenário de mais de uma década de lutas, foram produzidos o estudo e a obra de Martín-Baró, religioso, militante e revolucionário que, a partir da realidade conflituosa e violenta em que estava inserido, com objetivo de ajudar seu povo, propôs e utilizou categorias de análise da realidade e a possibilidade de superar o sofrimento psíquico para um povo massacrado por violência e opressão. Tal legado se estende aos povos hodiernos. Sobre sua aplicabilidade debatarei, em linhas futuras, com o intuito de oferecer ao estudioso interessado pela Psicologia Social da Violência uma investigação acerca da possibilidade de a violência determinar e implicar na saúde mental.

A obra de Martín-Baró, sem dúvida, apresenta uma grande contribuição para a teoria psicossocial da violência, visto que abordou, histórica e criticamente, os modelos dominantes de violência em El Salvador, onde o autor vivia. O envolvimento com essa realidade foi de grande importância no desenvolvimento e na evolução do conceito de violência em sua obra, a qual contribui para a corporificação da Psicologia Social da Violência no que diz respeito, principalmente, à América Latina (Martins & Lacerda Jr., 2014).

No estudo do fenômeno da violência, Martín-Baró apropriou-se de temas caros ao marxismo, como a relação entre indivíduo e sociedade dentro da divisão de classes e a crítica ao individualismo a partir da dialética do real no processo histórico-social (Martins & Lacerda

Jr., 2014). Para o autor, a violência é um elemento estrutural do capitalismo, visto implicar a divisão de classes. Contudo, vai além, sendo legitimada por uma legislação que cria mecanismos de distribuição desigual da riqueza e coage a maioria a obedecer a tal ordenamento (Oliveira, 2018).

Dessa forma, partindo da compreensão da ordem social capitalista, é possível entender a violência, pois a divisão social em classes gera, primeiramente, uma violência estrutural. Essa desigualdade social se sustenta recorrentemente por ela e se pode dizer que desenvolve outros tipos (Campos, 2021).

Vale destacar a advertência de Martín-Baró sobre a impossibilidade de entender a violência fora do contexto social onde ela é produzida, porque possui um caráter histórico; ademais de sua vinculação com a justificção, como veremos adiante, impõe o exame do ato violento a partir dos interesses e valores de uma sociedade ou grupo em determinado momento histórico (Martín-Baró, 1990a). Desvincular a violência do contexto histórico é tornar sua análise superficial sem referenciá-la à totalidade social no que diz respeito aos efeitos produzidos. Isso seria, por exemplo, colocar no mesmo plano uma tortura e uma chinelada (Martín-Baró, 1990a).

Côncio disso, o autor identifica três tipos de ações violentas em sua realidade salvadorenha, as quais podem ser identificadas, também, em outras realidades da América Latina na atualidade, quais sejam, a violência criminal, a violência da repressão sociopolítica, a violência do confronto bélico. Nesse último caso, o autor chama a atenção para os esquadrões da morte (Martín-Baró, 2017c). Trago estas constatações do autor a título introdutório, pois serão analisadas no item Examinando a Violência a Partir da Leitura Baroniana.

Tabela 9

Exame da violência

Três tipos de ações violentas	Particularizaram três níveis de violência
Criminal	Delinquência
Repressiva	Sócio-política, poder político por coerção
Bélica	Guerra suja – esquadrões da morte
	Militarização da vida cotidiana e das mentes

À parte de leis locais ou internacionais, a violência da delinquência vai se constituindo um estilo de vida, a violência repressiva sociopolítica, mediante a coação, se tornando controle político, e, por fim, a violência bélica se estruturando como guerra suja (Martín-Baró, 2017c). Tal performance orienta forças e interesses sociais dentro de um conflito estrutural de classes, com o intuito de ocultar as determinações dessas forças e interesses. É preciso, portanto, conhecer alguns elementos para desvendar o vínculo do ato violento com o favorecimento de interesses sociais. Isso significa questionar quem realiza o ato violento, em que circunstância

ele é realizado e quais são as consequências produzidas (Martín-Baró, 2017c). Vários são os tipos de justificativa e, segundo o autor, elas são necessárias para manter a situação estrutural de injustiça, como a segurança nacional e os conflitos de baixa intensidade, que levam à guerra psicológica. Esta produz uma aceitação das exigências da ordem dominante, no sentido de naturalizar a violência como necessária à sua manutenção (Martín-Baró, 2017c).

Martín-Baró, em sua busca pelo conceito de violência e agressão, se depara com um forte obstáculo:

O termo violência é demasiadamente genérico e é um termo guarda-chuva sob o qual estão processos e comportamentos muito diferentes. [...] O termo violência cobre tanto a agressão física quanto o ataque moral, tanto a repressão política quanto a coerção educativa, tanto a destruição militar em grande escala quanto o conflito passional entre amantes, então o seu significado se torna muito abstrato e vago. As abstrações – que não é o mesmo que teorizações – muitas vezes, ao invés de desvelarem, tendem a ocultar a realidade. (Martín-Baró, 2017c, p. 290).

Dito isso, o autor, preocupado em compreender o que constitui a violência, atravessa seu estudo procurando deixar clara a conceituação de violência e agressão (Martín-Baró, 1990a). Ressalta, ademais, o equívoco na utilização desses termos tanto no ambiente de senso comum quanto científico, e sua manipulação nos meios de comunicação, e opta por “manter o sentido etimológico dos termos violência e agressão”¹⁰ (Martín-Baró, 1990a, p. 368). Dessa forma, explica que a violência trata-se de um “conceito mais amplo que expressa aqueles fenômenos ou atos que se aplica um excesso de força”¹¹ (Martín-Baró, 1990a, pp. 368-369). Já no que diz respeito à agressão, seu conceito é “mais limitado se refere àqueles atos de violência com os quais se busca causar algum dano a outrem”¹² (Martín-Baró, 1990a, p. 369). Para além da conceituação, que tem sua importância pedagógica, o autor sugere que fixemos nossa mirada “nas formas concretas de violência que ocorrem em nossos países” (Martín-Baró, 2017c, p. 291).

Tabela 10

Conceituação

Violência	Excesso de força – violência estrutural/institucional
Agressão	Intencionalidade – agressão/violência institucional

A partir dessas conceituações, o autor levanta uma questão interessante, da intencionalidade da agressão, e interpela se todo comportamento gerador de lesão a uma pessoa é agressivo ou se é necessário existir uma intenção na ação de causar o dano para se tornar um

¹⁰ Tradução livre de “mantener el sentido etimológico de los términos violencia y agresión”.

¹¹ Tradução livre de “concepto más amplio que expresa aquellos fenómenos o actos en los que se aplica un exceso de fuerza”.

¹² Tradução livre de “más limitado que se refiere a aquellos actos de violencia con los que se busca causar algún daño a otro”.

ato agressivo (Martín-Baró, 1990a). É o próprio autor que esclarece quando confronta violência e agressão, afirmando: “a agressão, ao contrário, somente seria uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional”¹³ (Martín-Baró, 1990a, p. 365).

Partindo desse pressuposto, o autor sustenta a possibilidade de falar sobre violência estrutural ou institucional em uma sociedade, pois as estruturas sociais têm a faculdade de aplicar uma dose de força excessiva; por outro lado, é “difícil provar que uma estrutura social pretende fazer dano a alguém”¹⁴ (Martín-Baró, 1990a, p. 366), o que torna mais difícil falar em agressão estrutural. O conceito exposto, todavia, permite falar de agressão institucional “quando uma instituição executa uma ação ofensiva contra alguém para lhe causar dano”¹⁵ (Martín-Baró, 1990a, p. 366).

De outra sorte, o senso comum pode falsear o entendimento da ideia de agressividade como sinônimo de dinamicidade e competência, que, segundo o autor, já impregnou boa parte dos indivíduos, se “um ‘executivo’ é agressivo, portanto, é elogiado”¹⁶, e tal mistificação oculta ações verdadeiramente destrutivas de abuso e exploração (Martín-Baró, 1990a, p. 367). Martín-Baró (1990a) critica, contudo, o caminho tomado pela Psicologia Social quando esta afirma que violência e agressão devem ser explicadas em âmbito individual ou intraindividual, em detrimento da violência como expressão de forças sociais e de interesses de classes historicamente materializados. O autor adverte ser preciso um exame de quem e para que se aproveitam as investigações de tal psicologia, que não leva em conta o papel dos grupos e das instituições, se atendo no sentido de a violência ser um prejuízo à ordem social estabelecida, ou que é válido controlar, reduzir e reprimir a violência em vista do bem comum (Martín-Baró, 1990a). Assim, aponta para a necessidade de determinar se o fenômeno da violência e da agressividade é um simples dado ou se, por outro lado, exige uma valoração das suas raízes e consequências no âmbito pessoal ou grupal, bem como do contexto social onde foi produzido nas estruturas históricas de uma sociedade particular (Martín-Baró, 1990a).

Preocupado que as abstrações possam gerar ocultamentos enquanto deveriam desvelar a realidade, o autor insiste em delimitar o campo semântico da palavra violência, pois ele abrange processos e comportamentos que podem ir de um bombardeio a um murro, da repressão política ao crime passional (Martín-Baró, 2017c). Diante disso, Martín-Baró, ao buscar o significado da violência, adverte que ela precisa ser substantivada, é preciso ir às suas raízes,

¹³ Tradução livre de “la agresión, en cambio, sólo sería una forma de violencia: aquella que aplica la fuerza contra alguien de manera intencional”.

¹⁴ Tradução livre de “difícil probar que una estructura social pretende hacer daño a alguien”.

¹⁵ Tradução livre de “cuando una institución [...] acomete a alguien para causarle daño”.

¹⁶ Tradução livre de “un ‘ejecutivo’ es agresivo resulta así una alabanza”.

conhecer sua natureza, alcance, concretude histórica, enfim, à realidade, antes de fazer abstrações teóricas (Martín-Baró, 2017c).

Quando afirma que a violência precisa ser substantivada, o autor faz um paralelo com a necessidade de conceituar democracia a partir de uma análise sobre seu conteúdo e orientação, desvendando o que existe de real e verdadeiro, ou seja, sem ocultar as formas de dominação e o empenho intelectual e prático em desarticular as lutas populares. Afirma que não há violência abstrata, mas formas concretas de atuar com violência. Isso exige um exame individualizado dos atos e do caso, pois, a exemplo do termo democracia, tomar o vocábulo violência abstratamente resultaria apenas em aplicá-la aos atos violentos dos oponentes à ordem social estabelecida (Martín-Baró, 2017c).

Com a advertência para substantivar a violência, o autor quer chamar a atenção para o uso do termo violência, afirmando que este não pode ser entendido abstratamente e que empregamos um caráter mistificador à violência quando a condenamos abstratamente. Além disso, seu caráter deve ser julgado analisando cada ato violento, caso a caso, em cada forma de atuação violenta (Martín-Baró, 2017c).

O próximo tópico apresentará as dimensões constitutivas da violência, o que nos ajudará a entender seu alcance e concretude.

6.1 Examinando a Violência a Partir da Leitura Baroniana

Martín-Baró (1990a, 2017c) expõe múltiplas formas de violência que se relacionam mutuamente, interferindo, afetando e se produzindo entre si, como componente estruturante das dinâmicas e relações da estrutura social capitalista (Oliveira, 2018). A ordem social se sustenta na violência gerada pela cisão de interesses irreconciliáveis. Nesse sentido, a violência tem suas raízes na injustiça e desigualdade; ademais, constitui as estruturas da sociedade e suas instituições, e superar tais estruturas pode ser um caminho para solucionar a violência (Martins & Lacerda Jr., 2014).

O grave conflito social em El Salvador, desde o início da década de 1970, sinalizava um desfecho trágico para o país, já que, depois do golpe de estado de 1979, eclodiu a guerra civil (Martín-Baró, 2017c). Diante disso, Martín-Baró (2017b) buscou compreender, a partir de uma situação naturalizada como uma única possibilidade histórica, os pressupostos psicossociais de relações desumanizadas e desumanizantes, resultantes de mais de uma década de conflitos armados e guerra civil. Ao perseguir essa meta, identificou três tipos de ações violentas: criminal, bélica e repressiva (Martín-Baró, 2017b, p. 234).

O primeiro desses níveis, “violência dos comportamentos delinquentes” (Martín-Baró, 2017c, p. 291), é frequente em qualquer sociabilidade, referindo-se à El Salvador, agravando-se em “proporções desmesuradas: seja por fome, desemprego, desespero ou simples oportunismo, as taxas de roubo, assalto, sequestro e homicídio cresceram aceleradamente” (Martín-Baró, 2017b, p. 234). É um negócio com um *modus operandi* ilícito, o qual fomenta operações de combate marginais ao sistema legal (Martín-Baró, 2017c).

O segundo, “violência do confronto bélico” (Martín-Baró, 2017c, p. 291), diz respeito à violência da guerra, cuja maioria de vítimas eram os salvadorenos da classe trabalhadora, as maiorias populares (Martín-Baró, 2017d). Nesse nível, afirma Martín-Baró (2017d), se encontra parte da guerra alimentada pelos “esquadrões”, denominada guerra “suja”:

Está orientada contra todos os setores e indivíduos que constituem a base de apoio, material ou intelectual, real ou potencial, dos insurgentes. Porém, como não existe uma justificativa, política ou legal, para dirigir todo um exército ou as forças de segurança de um país contra a população civil, a tarefa é deslocada para grupos clandestinos, os famosos “esquadrões da morte”. Dessa forma, pode-se realizar um programa de eliminação sistemática de inimigos, reais e potenciais, sem manchar publicamente a imagem das forças que a realizam (Martín-Baró, 2017d, pp. 273-274).

O terceiro, “violência da repressão sociopolítica” (Martín-Baró, 2017c, p. 291), gera vítimas da repressão do exército e de forças paramilitares, ligadas ou apoiadas pelos Corpos de Segurança, originárias dos mais diversos setores da sociedade, principalmente trabalhadores e camponeses (Martín-Baró, 2017b). Nesse nível, o inimigo não eram forças militares opostas ou estrangeiras, mas o próprio povo salvadorenho: o objetivo era o poder político não por consenso, mas por coerção (Martín-Baró, 2017c).

Em um primeiro momento de seu estudo, o autor destacou a predominância da violência repressiva. Contudo, como a realidade é processual, percebeu o avanço “qualitativo e quantitativo” (Martín-Baró, 2017c, p. 291) do nível bélico de violência não apenas em El Salvador, mas nos estados centro-americanos (Martín-Baró, 2017c).

Lembra-se de que, antes de fixar-se em abstrações e/ou conclusões do senso comum, é preciso “dirigir o olhar para as formas concretas de violência que ocorrem em nossos países no momento atual” (Martín-Baró, 2017c, p. 291). Partir da realidade material é o caminho para compreender verdadeiramente o processo que observamos, no caso deste estudo, a violência, para intervir e transformar o mundo em que estamos inseridos (Oliveira & Paiva, 2016; Tonet 2013; Yamamoto, 2016).

Enfim, a violência majoritariamente repressiva tornou-se preponderantemente bélica, resultando na militarização da vida cotidiana e das mentes (Martín-Baró, 2017d).

Ao observar esses três níveis de violência em El Salvador, o autor buscou alcançar o sentido dessa realidade tomando como base três hipóteses: na primeira, a violência possui variadas formas, com relevantes diferenças; na segunda, somente pode ser compreendida dentro de seu contexto histórico; por fim, na terceira, não basta conhecer sua gênese para interromper seu curso, ela goza de uma dinâmica autogerenciadora.

O tripé que forma as hipóteses sobre a violência e os níveis de violência materializados na realidade salvadorenha possibilitaram ao autor visualizar as dimensões constitutivas da violência, partindo do pressuposto que a violência é múltipla em suas formas e, para conhecê-la, é importante diferenciá-las (Martín-Baró, 2017b). Utilizo a palavra dimensão por sua utilidade, em vista da possibilidade de abarcar os termos “fatores” (Martín-Baró, 1990a, p. 372) e “aspectos” (Martín-Baró, 1990a, p. 373), utilizados pelo autor no que diz respeito às causas e à aparência da violência. Dessa maneira, é possível dizer que o autor distinguiu quatro dimensões que constituem “todo ato de violência” (Martín-Baró, 1990a, p. 372). São elas: estrutura formal do ato, equação pessoal, contexto possibilitador e fundo ideológico^{17,18} (Martín-Baró, 1990a, p. 372; Martín-Baró, 2017b, p. 237).

A primeira das dimensões é a **estrutura formal do ato**, ou seja, “a ‘conduta’ externa, bem como a formalidade do ato como uma totalidade de sentido”¹⁹ (Martín-Baró, 1990a, p. 372). A estrutura formal responde se o ato se trata ou não de violência ou agressão (Martín-Baró, 1990a). Assim sendo, Martín-Baró lembra-se de que é preciso diferenciar as características do ato violento para compreendê-lo, e faz a seguinte distinção: atos de violência instrumental são um meio para se atingir um fim, alcançar um objetivo, é uma ação instrumental medida pela sua eficácia (Oliveira, 2018), enquanto os atos de violência terminal ou final são um fim em si mesmos. Essa distinção é importante para o autor, visto que por ela é possível separar a intenção do agente do ato executado, o que muitas vezes torna a violência uma prática impessoal, técnica, preservada de envolvimento pessoais (Martín-Baró, 1990a, Martín-Baró,

¹⁷ Tradução livre de “la estructura formal del acto, la ‘ecuación personal’, el contexto posibilitador y el fondo ideológico”.

¹⁸ “Das sínteses feitas por Martín-Baró [1990a] em *Acción e Ideología*, podemos analisar a atribuição de dois significados ao termo ideologia. O primeiro e mais explícito lhe concebe o significado de falsa consciência que ofusca a compreensão das relações sociais de classe, naturalizando-as como universais e consensuais para esconder os interesses das classes dominantes e reproduzir o sistema social de dominação. O segundo sentido dado ao termo expressa a ideia de visão de mundo de um grupo ou classe social, perspectiva de classe, a qual pode ou não corresponder aos interesses objetivos desse segmento social. Enquanto ideologia, no primeiro caso, tem uma função negativa, criticada e condenada por Martín-Baró, no segundo, o sentido não necessariamente o tem. Somente quando a visão de mundo das classes populares não corresponde aos seus interesses objetivos que se tem um processo indesejado, pois, neste caso, visão de mundo e falsa consciência são combinadas.” (Mendonça, Souza, & Guzzo, 2016).

¹⁹ Tradução livre de “la ‘conducta’ como forma extrínseca, pero también de la formalidad del acto como totalidad de sentido”.

2017b), ou seja, a opressão gera um protagonismo expresso em dispositivos impessoais e comportamentos naturalizados (Martín-Baró, 2017b, Oliveira, 2018).

A vileza de tal comportamento, para Martín-Baró, está na possibilidade de separar a intenção do agente do ato violento, desmembrando sua execução, onde a vários sujeitos cabe a realização do ato e seu encadeamento não é imediatamente visível, portanto, afasta o executor da responsabilidade da totalidade do ato, a exemplo das redes hierárquicas de comando (Martins & Lacerda Jr., 2014).

Apesar da possibilidade de separar a intenção do agente do ato executado e de, como foi dito, muitas vezes tornar-se a violência uma prática impessoal, fatores pessoais do agente podem estabelecer o caráter da agressão ou do ato violento (Martín-Baró, 1990a).

Dito isso, continuo a discussão com a segunda dimensão do ato de violência, denominada “**equação pessoal**”. De acordo com o autor, características pessoais podem, em alguns casos, ser a causa primária do ato agressivo ou violento; ressalta ainda que transtornos de personalidade, “desde tendências reprimidas ou frustradas e comportamentos reforçados (inclusive vicariamente) até os traços patológicos e as inclinações sádicas” (Martín-Baró, 2017b, p. 238), podem ser responsáveis por uma parte menor dos atos violentos. Afirmo, porém, que problemas particulares de determinados sujeitos, com certas patologias não indicadas no texto do autor, conduzem à realização de agressões e atos violentos (Martín-Baró, 1990a). Inclusive, quando as organizações públicas atingem um nível de naturalização dentro da ordem social, a violência de agentes pode se tornar uma ação calculista e metódica (Martín-Baró, 2017b).

Já a terceira dimensão do ato de violência é o **contexto possibilitador**. É possível verificar que o ato violento ou agressivo precisa de um ambiente propício e o autor diferencia dois contextos: o social e o imediato. O primeiro, social, estimula ou autoriza a violência, é marcado por valores e normas, revestidos ou não de formalidade, que normaliza ou requeira o ato violento ou agressivo, como, por exemplo, o machismo, ainda que existam normas com sanção, como é o caso da Lei Maria da Penha, no Brasil²⁰.

Martín-Baró cita o experimento de Milgram, em 1974²¹, o qual chega à conclusão de que é requerido o tipo de ato violento ou agressivo, anteriormente citado, em um contexto social

²⁰ Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

²¹ Stanley Milgram (1974) realizou uma série de estudos experimentais sobre o poder da autoridade, no sentido de levar os subordinados a realizarem uma infração administrativa ou burocrática. Um grupo de voluntários

hierarquizado, como na sociabilidade capitalista. Desse modo, entende-se que a lógica capitalista apresenta um contexto possibilitador da violência (Oliveira, 2018).

No segundo contexto, imediato, situacional da ação violenta, Martín-Baró (1990a) aponta para a situação de alguém que está sob o controle direto de outrem, como é o caso de filhos e pais, alunos e professores.

Quando, em um ambiente, a violência “se converteu em normas, rotinas e meios materiais” (Martín-Baró, 2017b, p. 237), a consequência plausível é que as pessoas envolvidas nesse meio optem por resolver suas questões interpessoais se utilizando de meios violentos (Martín-Baró, 1990a).

Fortalecer os corpos armados, multiplicar seus instrumentos mortíferos, espalhar guardas públicos e privados por todo lugar são fatores que resultam, cedo ou tarde, em corpos armados que utilizam seus instrumentos mortíferos e suas armas e em guardas que fazem uso de seu poder. Com isso, em última análise, se torna impossível diferenciar o que é defesa e o que é ataque, o que é proteção e o que é agressão (Martín-Baró, 2017b, p. 237).

Finalmente, a quarta e última dimensão do ato violento é o **fundo ideológico** esboçado pelos interesses de classe, subscritos por valores e racionalizações que determinam a justificação da violência. Esta, por sua vez, tem sua racionalidade historicamente referenciada no real. Tal realidade concreta produz e é afetada pela violência, simultaneamente, e seus resultados dão sentido ao seu existir, ou seja, a violência exige uma justificação originária de uma racionalização a partir do sistema estabelecido, que se origina do poder e tem um ato violento que o legitima (Martín-Baró, 1990a).

O autor argumenta “que a violência se enraíza na estruturação dos interesses sociais e sua consequente elaboração ideológica” (Martín-Baró, 2017b, p. 237), assim sendo, é possível desdobrar essa categoria de análise em duas importantes temáticas: **da justificação** e **da violência institucionalizada** (Martín-Baró, 1990a; Martín-Baró, 2017b).

No que diz respeito à primeira temática, Martín-Baró chama a atenção para um elemento basilar no debate da violência e da agressão, que é a justificativa social. Tal elemento produz, desenvolve e oculta a própria violência; justificada como sanção, ela se perpetua. A

adultos da cidade de New Haven foi ao laboratório de psicologia da Universidade Yale, onde foram informados de que participariam de um experimento sobre os efeitos da punição na aprendizagem. Quando cada pessoa chegou ao laboratório, encontrou o experimentador e outra pessoa adulta, que na verdade era um colaborador secreto do experimentador. O experimentador disse a ambos que um deveria atuar como professor e o outro como aluno. A pessoa sempre se apresentava como professor e sua tarefa era pedir pares de palavras; cada vez que o aluno cometesse um erro, ele deveria dar-lhe um choque elétrico com um dispositivo especial em ordem crescente de intensidade. A máquina tinha trinta alavancas, cada uma para um tipo de descarga, de 15 volts a 450, com uma etiqueta indicando seu caráter: de suave e moderada a muito forte e perigosa. As duas últimas alavancas tinham apenas as letras XXX. A prova consistia em verificar até que nível de descarga elétrica as pessoas dariam aos alunos, sob indicação da autoridade. (Martín-Baró, 1990a, pp. 417-418, tradução informal).

intenção pessoal ou a valoração social são aparências que podem confundir e, consoante o autor, é preciso ir além, às raízes históricas, tanto das estruturas sociais como dos interesses de classe, de pessoas ou grupos envolvidos (Martín-Baró, 1990a).

Anteriormente foi mencionado que a violência tem uma racionalidade com escopo de determinado resultado. Contudo, não podemos afirmar ser sempre racional ou razoável (Martín-Baró, 1990a), mas é fato que precisa de uma justificação perante a realidade de violência que está posta. Dessa forma, “todo ato de violência é, invariavelmente, acompanhado por sua justificação” (Martín-Baró, 2017c).

A justificação é o ambiente onde a racionalidade da violência se encontra com a legitimidade de seus resultados ou com a legitimação de quem responde pelos interesses do poder vigente (Martín-Baró, 1990a).

Para que um mesmo ato seja considerado como ação criminosa ou cívica, como manifestação de terrorismo ou de patriotismo, só pode ser entendido à luz do poder social que estabelece o marco de legalidade e justiça às ações de violência por sua relação como os interesses dominantes²² (Martín-Baró, 1990a, pp. 375-376).

Assim sendo, a violência estruturada nos interesses de uma classe fomenta a justificação ou a condenação a partir de sua utilidade para tal classe (Martín-Baró, 1990a).

O autor afirma que são as “forças sociais que levam o indivíduo a apreender de uma forma ou de outra a realidade” (Martín-Baró, 2017a, p. 120). Além disso, ressalta o caráter ideológico da violência e menciona duas teses que podem nos ajudar a compreender esse comportamento: “(1) a tese de que apenas se considera como ruim e injustificável o comportamento violento do outro e não o próprio; e (2) a tese de que a justificação social da violência engendra a proliferação tanto das justificações quanto da violência” (Hacker, 1973 citado em Martín-Baró, 2017c, p. 295).

Isso posto, argumenta-se que, em uma análise abstrata, a violência não pode ser considerada boa ou má, pois essa sua qualidade provém do significado social do ato violento e do que produz historicamente, mesmo porque a justificação não pertence à sua estrutura em si (Martín-Baró, 2017c). Afastando-se da análise adotada pela Psicologia de sua época acerca da violência, propõe outra forma de examinar o tema: “a violência enquanto meio de superação de situações negativas, enquanto geradora de novas possibilidades históricas, enquanto parteira de melhores condições vida²³” (Martín-Baró, 1990a, p. 377).

²² Tradução livre de “Que el mismo acto sea considerado como acción criminal o acción cívica, como manifestación de terrorismo o de patriotismo, sólo se entiende a la luz del poder social que establece el marco de la legalidad y justifica las acciones de violencia por su relación con los intereses dominantes”.

²³ Tradução livre de “la violencia en cuanto medio para superar situaciones negativas, en cuanto generadora de nuevas posibilidades históricas, en cuanto partera de mejores condiciones de vida”.

A condição humana distanciou-se da harmonia relacional e aproximou-se do império do conflito interpessoal e intergrupal, instalando a violência na história da humanidade. Dessa forma, o autor acredita ser necessária e possível uma nova forma de violência e explica haver uma diferença entre o ato de violência que escraviza e o ato de violência pelo qual o escravo se liberta (Martín-Baró, 1990a). Ao citar seu influenciador Frantz Fanon, que revelou com maestria a questão da violência libertadora dos escravos, propõe que, a partir do produto desumanização, fruto da violência, é possível inverter a justificação e romper com o véu ideológico que recobre os interesses de uma classe dominante (Martín-Baró, 1990a).

Citei, anteriormente, a possibilidade de desdobrar a categoria de análise **fundo ideológico** em duas importantes temáticas: da justificação e da violência institucionalizada (Martín-Baró, 1990a). Realizada a discussão sobre a primeira, passemos à segunda temática da **violência institucionalizada**.

Já comentei que a violência está estruturalmente entranhada nos interesses de classe que oportunizam a sua justificação. Assim, é possível falar em violência institucionalizada, que o autor estende à América Latina como um todo, argumentando que esse tipo de violência está normatizada no ordenamento jurídico dos governos, bem como amalgamada no ordenamento social, sendo mantida e justificada pelas instituições sociais (Martín-Baró, 1990a).

A exploração dos trabalhadores, especialmente camponeses e indígenas, a contínua repressão de seus esforços organizativos, o incontestável bloqueio à satisfação de suas necessidades básicas e às demandas de seu desenvolvimento humano, e tudo isso como parte do funcionamento “normal” das estruturas sociais, constitui uma situação em que a violência contra as pessoas é incorporada à natureza da ordem social, chamada com propriedade de “desordem organizada” ou “desordem estabelecida”²⁴ (Martín-Baró, 1990a, p. 376).

O caráter de classe da ordem social, está alicerçado no consenso da sociedade e no domínio exercido por uma classe. Ao definir o que é benéfico aos interesses da classe dominante, se elege a justificativa da violência empregada para tal. Esse caráter de classe da ordem social e a justificativa da violência empregada para a manutenção de seus interesses causa, no polo oposto – ou seja, naqueles que possuem interesses diversos ou antagônico –, uma rejeição, onde a violência delituosa transmuda-se em sanção legal (Martín-Baró, 1990a).

A natureza das instituições opressoras, colocadas a serviço dos interesses da classe dominante em cada situação histórica, pode explicar a agressão massiva de populações inteiras e a participação de centenas de pessoas nessas ações, não

²⁴ Tradução livre de “La explotación de los trabajadores, sobre todo del campesino y del indígena, la continua represión a sus esfuerzos organizativos, el bloqueo factual a la satisfacción de sus necesidades básicas y a las exigencias de su desarrollo humano, y todo ello como parte del funcionamiento ‘normal’ de las estructuras sociales, constituye una situación en la que la violencia contra las personas está incorporada a la naturaleza del orden social, bien llamado ‘desorden organizado’ o ‘desorden establecido’”

como reflexo de seus problemas pessoais, mas como cumprimento frio e responsável de suas obrigações cotidianas²⁵ (Martín-Baró, 1990a, p. 420).

Sem pretender incorrer em reducionismos sociopolíticos, no sentido de sumarizar a ação violenta unicamente a problemas estruturais da luta de classes, o autor reitera que, ao realizar atos de violência com o objetivo de preservar as estruturas hegemônicas, se pretende responder aos interesses sociais da classe dominante; ademais, sua formalização como negativa depende de seu executor e dos beneficiários de sua execução. Logo, ao questionar o motivo do comportamento violento ser recorrente nas sociedades latino-americanas, o autor constata que a razão prioritária para sua eleição é sua utilidade instrumental com vistas a alcançar um fim (Martín-Baró, 2017c). Em suma, a violência é eficaz.

Nesse diapasão, como dito anteriormente quando explorávamos a conceituação de violência, é possível falar em violência estrutural ou institucional em uma sociedade, visto que decorrem da luta de classes, da opressão de uma maioria por uma minoria (Martín-Baró, 1990a).

Uma vez que a ordem social é o produto e o reflexo do domínio de uma classe social sobre as demais, a conclusão mais importante que dela decorre é também a mais óbvia; a violência já está presente na própria ordem social e, portanto, não é arbitrário falar em violência estrutural.²⁶ (Martín-Baró, 1990a, p. 406).

É fato que a **violência estrutural** é empecilho para que as majorias satisfaçam suas necessidades primárias e reproduzam dignamente a própria existência, até mesmo porque instala um aparato normativo que assegura uma distribuição desigual da riqueza através de forças opressivas capazes de garantir a adesão do subalternos (Martín-Baró, 1990a).

Martín-Baró (1990a) pôde observar, em sua realidade salvadorenha, que, interiorizado o aparato legal, a consequência é a subssunção das pessoas a uma ordem alientante e desumanizadora: “nessa medida[,] o processo de socialização constitui um mecanismo de violência institucional”²⁷ (Martín-Baró, 1990a, p. 408). Por outro lado, a normalização dessa situação opressiva no cotidiano social constitui “um claro indício psicossocial de violência estrutural internalizada”²⁸ (Martín-Baró, 1990a, p. 408). Portanto, afirma o autor que o fato de a utilização instrumental da violência ser a causa mais considerada para seu emprego “abre uma janela para a intervenção psicossocial.” (Martín-Baró, 2017c, p. 300).

²⁵ Tradução livre de “la naturaleza de instituciones opresivas, puestas al servicio de los intereses de la clase dominante en cada situación histórica, puede explicar la agresión masiva sobre poblaciones enteras y la participación de cientos de personas en estas acciones, no como reflejo de sus problemas personales, sino como desempeño frío y responsable de sus obligaciones cotidianas”.

²⁶ Tradução livre de “Puesto que el orden social es producto y reflejo del dominio de una clase social sobre el resto, la conclusión más importante que de ahí se sigue es también la más obvia; la violencia ya está presente en el mismo ordenamiento social y, por tanto, no es arbitrario hablar de violencia estructural.”

²⁷ Tradução livre de “en esa medida el proceso de socialización constituye un mecanismo de violencia institucional”.

²⁸ Tradução livre de “un claro indicio psicossocial de una violencia estructural interiorizada.”

Por fim, vale destacar a chamada espiral de violência, que, segundo o autor, uma vez iniciada, desencadeia um processo cuja tendência é torná-la autônoma e criar em si uma dinamicidade própria (Martín-Baró, 1990a), ou seja, desencadeia um ciclo que se torna autônomo em suas estruturas, se retroalimentando (Oliveira, 2018). Somente sua processualidade histórica pode indicar seus limites, apesar da visibilidade de suas fronteiras só se revelar posteriormente (Martín-Baró, 1990a).

Combinados, interesses sociais dominantes e processos de racionalização darão solidez à violência em uma sociedade marcada pelo conflito de classes, que lhe proporcionarão qualidade de legítima, capilarizando-a na dinâmica social (Oliveira, 2018).

Assim, matar uma pessoa migra de delito penal para a necessidade social: a vítima é inimiga da pátria e o assassinato é apoiado pela autoridade. Esse comportamento é justificado pelos interesses dominantes de classe onde a violência se estrutura (Martín-Baró, 1990a). No âmbito individual, apesar do comportamento violento levar características de seu executor, em função dos interesses dominantes e da normalização da violência, há o predomínio do distanciamento profissional, da racionalização tecnocrata na ação, que muitas vezes marcam requintes de crueldade a inúmeros atos de violência. Tais características são precedidas pela justificação da violência, ou seja, pela deterioração da imagem da vítima, que é um artifício extremamente eficaz da justificação. Desse modo, o agressor a desvaloriza, desumaniza, bestializa, superando suspeições morais (Martín-Baró, 2017c).

Recordando, a **violência institucional** mantida pelas instituições sociais encontra-se justificada legalmente pelo arcabouço jurídico estatal, por seu turno, “o dinamismo que impulsiona a espiral da violência encontra-se na sua justificação social”²⁹ (Martín-Baró, 2003, p. 79).

É dirigida à maioria da população, afigura-se na exploração dos trabalhadores e das minorias, na repressão de iniciativas de organização social, no boicote da satisfação de suas necessidades e desenvolvimento humano (Martín-Baró, 1990a). Tal violência contra a população majoritária, peculiar ao capitalismo, está integrada à ordem social pelas instituições, naturalizando a violência como prática sociopolítica (Oliveira, 2018). A essa incorporação da violência ao ordenamento social contra cidadãos comuns, como já vimos, Martín-Baró (1990a) chamou de **desordem organizada** ou **desordem estabelecida**, “**como parte do funcionamento ‘normal’ das estruturas sociais**, constitui uma situação em que a violência

²⁹ Tradução livre de “el dinamismo que impulsa la espiral de la violencia se encuentra en su justificación social”.

contra as pessoas é incorporada na natureza da ordem social” (Martín-Baró, 1990a, citado em Campos, 2021, p. 23, grifos nossos).

Assim sendo, vimos como o autor sugere alguns aspectos do tema (Martín-Baró, 1990a): **violência estrutural**, onde os interesses sociais da classe dominante demarcam o campo de ação das instituições sociais. Nessa perspectiva, estes expressam a **violência estrutural institucionalmente**, além de visibilizarem a **violência repressiva** contra as iniciativas libertárias da injustiça e desigualdades sociais (Martins & Lacerda Jr., 2014). Ao mesmo tempo, o autor ressalta a necessidade de ter presente a amplitude dos atos de violência e agressão, que trazem, em essência, diferenças capitais (Martín-Baró, 1990a).

A análise de Martín-Baró sobre a Psicologia Social da Violência no que diz respeito às agressões institucionais é muito significativa em sua época e para a atualidade. Dessa maneira, o autor traça um “plano psicossocial contra a eficácia da violência” (Martín-Baró, 2017c, p. 300), a partir das contribuições da Psicologia de sua época, destacando duas vertentes: agressões individuais e agressões institucionais (Martín-Baró, 2017c).

Nesse sentido, é possível desmembrar a estrutura formal do ato, que é uma das dimensões que constituem o ato de violência:

[...] de tal maneira que o comportamento, enquanto materialização da ação, fica separado de seu sentido: cada sujeito não assume mais do que uma parte da totalidade do ato e, portanto, a responsabilidade pessoal fica limitada à precisão técnica do elo específico, mas não é relacionada com o que produz o conjunto do ato ou da atividade (Martín-Baró, 2017c, p. 304).

Vale destacar que esse é um ponto nevrálgico para a proliferação da violência na América Latina, visto que a cisão entre a materialização do ato e o sentido do comportamento violento limita a responsabilidade do perpetrador, resultando em sua impunidade inclusive sob a proteção legal (Martín-Baró, 2017c).

O autor chama a atenção para a promoção de uma tomada de consciência “sobre a corresponsabilidade coletiva e uma profunda revisão dos sistemas de justiça” (Martín-Baró, 2017c, p. 305), possibilitando o reconhecimento do sentido do ato violento e da responsabilidade pessoal e social que emana de seu executor (Martín-Baró, 2017c).

O sistema social, institucionalmente, permite que funções sejam exercidas com violência, de maneira despersonalizada ou desindividualizada, sem responsabilização do perpetrador. Diante disso, é preciso buscar a história psicossocial da violência latinoamericana para entender sua manifestação pessoal e social, bem como sua tradução institucional em funções e normas e sua validação societária (Martín-Baró, 2017c).

O problema de violência generalizada vivido atualmente na América Central não é primária e nem fundamentalmente um problema psicológico, mas um problema

econômico, político e social. **Todavia, e por isso mesmo, é também um problema psicológico** (Martín-Baró, 2017c, p. 308, grifo nosso).

Tabela 11

Quatro dimensões constitutivas da violência

Estrutura formal do ato	Se o ato se trata ou não de violência ou agressão Possibilidade de separar a intenção do agente do ato violento executado, afastando-o da responsabilidade da totalidade do ato (cadeias de comando) Atos de violência instrumental são um meio para se atingir um fim, um interesse (separar a intenção do agente do ato violento executado) – (ex.: tortura) Atos de violência terminal ou final são um fim em si mesmos (ex.: passionais)
Equação pessoal	Características pessoais podem ser a causa (representam uma pequena parte)
Contexto possibilitador	Ambiente propício Social – valores e normas, com formalidade ou não, que normalize o ato violento ou agressivo (ex.: machismo), apesar de regras protetivas como a Lei Maria da Penha (proíbe todas as formas de discriminação) Imediato – controle direto de outrem (ex.: pais e filhos)
Fundo ideológico	Interesse de classe que determina a justificação da violência Justificação – nasce do poder e é sustentada por um ato de violência que a legitima (sanção – coação) e por um sujeito que representa os interesses do poder. Violência institucionalizada – normatizada no ordenamento jurídico dos governos e no ordenamento social. Mantida e justificada pelas instituições sociais

Por se tratar de um assunto tão vasto e complexo, Martín-Baró se utilizou do estudo de Haber e Seidenberg (Martín-Baró, 1990a, p. 376) para entender as raízes da violência. De acordo com os autores, seu processo de construção é social, assim sendo, cada ordem social estabelece condições pelas quais é possível justificar a produção da violência (Martín-Baró, 1990a). Esse processo está estruturado no próprio ato de violência, que está sujeito a quatro causas: “o agente da ação, a vítima, a situação que produz o ato de violência e o grau do dano causado à vítima³⁰” (Haber e Seidenberg, 1978 citado por Martín-Baró, 1990a, p. 376).

Cada ordenamento social em particular condiciona a produção da violência, criando justificativas, e esse processo está sujeito a fatores que estão nuclearmente no ato de violência. Nessa perspectiva, Martín-Baró (1990a) analisa esses elementos, tomando como base os estudos do reconhecimento e controle social da violência. Esse estudo estabelece que atos de violência são justificados, ou seja, o agente da ação, quem pode realizar a violência, tem seu ato violento como legítimo, já que as instituições de poder lhe deram este “direito” (Haber y Seidenberg, 1978, citado em Martín-Baró, 1990a, p. 376). A vítima, contra quem se pode realizar a violência, por sua vez, aceita seu rebaixamento, naturalizando a violência contra si. No tocante à situação que produz o ato de violência, em que circunstância a violência pode ser executada, se diferencia em qualidade na justificação da violência em cada sociedade. Um ato de violência no sentido de defesa de uma agressão pode ser mais bem justificado que um ato em que a violência seja um fim em si mesma ou uma ferramenta para se atingir algum objetivo

³⁰ Tradução livre de “el agente de la acción [...], la víctima [...], la situación en que se produce el acto de violencia [...], el grado del daño producido a la víctima”.

determinado. Já o grau do dano causado à vítima, isto é, em que medida pode ser executada a violência, requer uma justificação simétrica; quanto maior o dano, superior deve ser a justificativa (Martín-Baró, 1990a).

Conforme o autor, esses elementos determinam, em cada sociedade, quais atos de violência serão justificados. A justificação está fortemente vinculada à racionalidade, que mantém e viabiliza os interesses do poder hegemônico. Portanto, é natural, ao opressor, usar de violência com o oprimido, pois ela está internalizada na dialética opressor-oprimido: “A diferenciação das pessoas ou grupos que podem ser vítimas de violência de forma justificada mostra claramente que se trata de um julgamento de classe, uma expressão dos interesses sociais dominantes.”³¹ (Martín-Baró, 1990a, p. 376-377).

Isso posto, contemporânea ao autor, a perspectiva que parece ter sido adotada, no interior da ordem social por ele vivenciada, estabelecida como violência justificada, é aquela que favorece os interesses da classe dominante e expressa a violência estrutural do capitalismo institucionalmente.

Uma vez que a ordem social é produto e reflexo do domínio de uma classe social sobre as demais, a conclusão mais importante que se segue daí é também a mais óbvia: **a violência já está presente na mesma ordem social** e, portanto, não é arbitrário falar de violência estrutural. [...] é uma violência da sociedade como um todo (Martín-Baró, 1990a, citado em Campos, 2021, p. 23, grifos nossos).

O reverso da violência pode se apresentar, contudo, como meio de superação de situações negativas, irreconciliáveis, produtora de possibilidades e melhores condições para se reproduzir a vida, isso em uma realidade onde a violência é veículo para alguns utilizarem outros como instrumentos a serviço de seus interesses (Martín-Baró, 1990a).

Diante disso, pode irromper uma nova forma de violência com escopo de controlar abusos e possibilitar a produção equânime da vida social, a violência revolucionária (Martín-Baró, 1990a). Friso que, para Martín-Baró, a violência do oprimido não é uma violência originária, trata-se de uma violência secundária, em que categoriais sociais dominadas de maneira violenta “**recorrem** à violência para conseguir sua libertação³²” (Martín-Baró, 1990a, p. 407, grifo no original).

³¹ Tradução livre de “La diferenciación de las personas o grupos que pueden ser víctimas de la violencia en forma justificada muestra las claras que se trata de un juicio clasista, expresión de los intereses sociales dominantes”.

³² Tradução livre de “**recurren** a la violencia para lograr su liberación”.

6.1.1 Trauma psicossocial

Como analisado neste estudo, Martín-Baró desenvolveu suas pesquisas em um ambiente de guerra civil. A guerra é um processo preponderante sobre os demais, altera e conforma as relações sociais, e foi a partir dessa observação que o autor desenvolveu uma categoria, a qual entendo como central de seu trabalho, o **trauma psicossocial**. Assim sendo, é possível dizer que constitui a síntese do trabalho do autor sobre violência, portanto, sua análise é muito relevante.

A desigualdade leva à violência, que, por sua vez, na realidade do autor, assumiu uma forma militarizada, e por consequência a militarização da vida social, que redundou no que Martín-Baró chamou de **trauma psicossocial**, ou seja, a materialização em pessoas e/ou em grupos humanos de relações sociais desumanizantes e desumanizadoras (Martín-Baró, 2017d). Ou seja, o **trauma psicossocial** pressupõe uma vida social militarizada.

Diante disso, é importante a reflexão: podemos nos apoiar na categoria **trauma psicossocial** para entender a dinâmica subjetiva no Brasil e na América Latina, ainda que Martín-Baró tenha desenvolvido essa categoria na década de 1980, a partir de uma situação de guerra civil em seu país El Salvador? É possível cogitar a existência de militarização da vida social na realidade brasileira?

Em vista de perscrutar uma possível resposta, é preciso analisar como Martín-Baró compreendeu o conflito em si a partir de sua realidade histórica.

O autor (2017d, p. 318) chama a atenção para um aspecto da guerra muito importante e que precisa ser evidenciado, o seu caráter totalizador, pois “[a guerra] define a totalidade social”. Na visão do autor, a guerra é um processo dominante sobre os demais, dentre eles, os sociais, os econômicos, os políticos e os culturais, direta e indiretamente (Martín-Baró, 2017d).

Ao analisar o impacto da guerra sobre a saúde mental do povo salvadorenho, aponta para seus elementos que modificam e moldam as relações sociais, pois a noção de saúde mental se refere à natureza das relações sociais em que a pessoa está inserida, não se reduzindo ao seu funcionamento individual (Martín-Baró, 2017d).

A concepção adotada por Martín-Baró incide sobre o caráter alienante ou desumanizador das relações sociais. Logo,

[...] o autor propõe mudar a perspectiva sobre a saúde mental e os transtornos mentais focando não o movimento de dentro para fora, mas de fora para dentro; não como encarnação do funcionamento individual interno, mas como a materialização, na pessoa ou no grupo, do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas (Martín-Baró, 2017d, p. 251).

Não se trata, portanto, de um funcionamento satisfatório do indivíduo; versa, sim, sobre o caráter básico das relações humanas, que define as possibilidades de humanização disponíveis para os membros de cada sociedade e grupo (Martín-Baró, 2017d). Em termos mais diretos, a saúde mental é muito mais o resultado da articulação das relações entre as pessoas e os grupos do que um estado individual, ainda que nessa dimensão lance raízes, “de maneira diferente no organismo de cada um dos indivíduos envolvidos nas relações, produzindo diversas manifestações (‘sintomas’) e estados (‘síndromes’)” (Martín-Baró, 2017d, p. 254).

Com o escopo de discorrer sobre o tema a partir da contribuição de Martín-Baró, explorei sua compreensão crítica da realidade social, com o propósito de utilizar suas categorias para entender a realidade brasileira. A importância dessa escolha se fundamenta, como aponta Lacerda Júnior, no desejo de superar epistemologismos frequentes na Psicologia, e, ainda, transpor

[...] a busca por legitimar uma Psicologia verdadeiramente científica por meio do desenvolvimento de métodos verdadeiramente científicos. Esse debate nasce juntamente com a Psicologia, se expressando, por exemplo, nos debates inaugurados pelo veto kantiano de que a Psicologia tinha um componente empírico, mas carecia de um componente racional (Lacerda Júnior, 2016, p. 263).

Tal superação pretende colocar em foco a realidade social e psicossocial, com o intuito de que dialoguem em uma perspectiva psicossociológica. Desse modo, Martín-Baró (2017a) afirma que “em uma perspectiva psicossocial, a guerra salvadorenha pode ser definida por três características: **polarização social, mentira institucionalizada, violência**” (Martín-Baró, 2017a, p. 312) preponderantemente bélica, a qual teve por consequência a **militarização do país**.

A violência é o mais imediato, a guerra significa um confronto de interesses sociais e o armamento bélico é o recurso para resolver tais conflitos. O autor ressalta que a razão não é levada em conta, mas a força do poder militar, assim sendo, nas relações entre os grupos a razão, segundo ele, é substituída pela agressão e por operações militares. Dessa forma, com o prolongamento da guerra, a violência se torna um hábito que adquire valor instrumental para se alcançar um objetivo: “uma sociedade em que o uso da violência se torna habitual para resolver tanto os grandes quanto os pequenos problemas é uma sociedade em que as relações humanas estão infectadas desde a sua raiz” (Martín-Baró, 2017d, p. 257).

A violência bélica na guerra em El Salvador, de acordo com o autor, possui duas vertentes: o confronto militar aberto e a repressão paramilitar encoberta. Esta última, majoritária, se posiciona contra grupos da população que apoiam ou são suspeitos de insurgência (Martín-Baró, 2017f). Com o passar da guerra, os confrontos militares aumentaram

e a repressão foi reduzida. Esse fato provocou uma inversão na ordem social, passando de “uma ordem mantida pelo terrorismo de Estado para uma ordem militarizada” (Martín-Baró, 2017f, p. 324), produzindo, então, uma militarização da sociedade e da vida.

Martín-Baró divide a militarização da ordem social em dois ângulos de análise: “os oficiais militares tendem a ocupar a maior parte das posições mais importantes do ordenamento institucional, e, a instância militar é o critério de validade e de possibilidade de qualquer atividade” (Martín-Baró, 2017f, p. 324). Podemos notar que o sentido é estrito, visto estar vinculado a uma situação particular de guerra civil com excessiva presença das forças armadas no cotidiano da vida social de El Salvador. Dessa forma, para o autor, existe militarização quando militares ocupam postos-chaves e quando os empreendimentos sociais passam pela aprovação das instâncias militares (Martín-Baró, 2017f).

No tocante à **polarização social**, esta provoca uma fratura na convivência grupal e há um movimento para os extremos, onde os grupos são caracterizados por bons e maus, pois os defeitos de uns podem tornar-se virtudes do outro (Martín-Baró, 2017f).

Os núcleos já polarizados buscam e exigem que todos se definam em termos partidistas, de modo que o não comprometimento com um é interpretado como compromisso com os outros e a ausência de definição por alguns dos lados significa correr o risco de ser tomado como inimigo por ambos (Martín-Baró, 2017d, p. 258).

Para o autor, a polarização mantém o país de sua época num ambiente permanente de atenção que não é apenas bélica, mas psicossocial, onde o antagonismo impede caminhos de acordo e de solução (Martín-Baró, 2017d). Assim, a “polarização social [...] é o deslocamento dos grupos para extremos opostos com o conseqüente endurecimento de suas posições ideológicas e a pressão para que as diversas instâncias sociais se alinhem com ‘nós’ ou com ‘eles’” (Martín-Baró, 2017a, p. 319). O movimento de polarização não é uniforme sofre influência das atividades militares, bem como dos revezes políticos. A radicalização da polarização contamina pessoas e espaços políticos, criando um ambiente de tensão bélico e psicossocial (Martín-Baró, 2017a).

Discutindo o prolongamento da guerra o autor analisa que a “despolarização foi, parcialmente, o resultado necessário de um clima de terror imposto pela maquinaria repressiva: era difícil [...] manter uma postura de oposição política quando seu resultado, quase que inevitavelmente, é a própria morte ou o ‘desaparecimento’” (Martín-Baró, 2017h, p. 38). Sumarizando, afirma Martín-Baró (2017b) a real polarização social que ocorria em El Salvador estava constituída de uma contradição entre a necessidade e interesses da população explorada, expropriada e destituída do básico para sobreviver, e os interesses de uma oligarquia minoritária

dominadora e exploradora, corroborada por uma atuação governamental que visava a proteção dos interesses dominantes e que optou pela repressão ostensiva às organizações representativas populares.

Desta forma, “a experiência aguda de polarização pode se enraizar, e com frequência, no próprio corpo” (Martín-Baró, 2017f, p. 329). Com isso não quer dizer que a polarização bélica se estabeleça em todo o organismo ou transtorno psicossomático (Martín-Baró, 2017f), contudo, grupos e pessoas possivelmente mais propensas a serem atingidas pelas rupturas da polarização são aquelas permanentemente sob o controle de outros, ou expostas “ao bombardeio ideológico” (Martín-Baró, 2017f, p. 329), ou que não possam expressar suas posturas, ou, ainda, que tenham de assumir posições radicais pela causa.

O último elemento aventado pelo autor é a **mentira institucionalizada**, que vai desde a corrupção de organismos estatais até a manipulação pelo discurso de dirigentes, onde vigoram as narrativas oficiais incontestáveis, com afirmações e práticas divorciadas, criando um ambiente de medo no qual as pessoas têm posições dúbias, não revelam suas verdadeiras opiniões e temem optar por coisas que possam ser tidas como subversivas à ordem reinante (Martín-Baró, 2017d). Martín-Baró sumariza citando a afirmação de Friedrich Hacker, cujo ambiente desequilibrado de institucionalização da mentira e manipulação abre espaço para o estabelecimento da violência, pois a realidade é velada pela “história oficial”, capaz de criar elementos fictícios que se tornam fulcrais na sociabilidade (Moreira & Guzzo, 2015): “chegasse a pensar que a violência é a única solução para o problema da própria violência.” (Hacker, 1973 citado por Martín-Baró, 2017d, p. 259).

Ela graça soberana e negativamente na sociabilidade e atravessa a identidade das pessoas. O obscurecimento do pensamento frente à realidade, que engendra distanciamento e desinteresse geral pelos relacionamentos sociais, gera um divórcio entre subjetividade e vida social, contribuindo para a insegurança nas opções políticas e sociais (Martín-Baró, 2017f). As convicções e experiências não são validadas. Tal situação é agravada na atuação clandestina, onde se atua em dois planos, que, de acordo com o autor, geram uma “confusão ética e vivencial” (Martín-Baró, 2017f, p. 330). Isso porque é um estilo de vida muito desgastante, que desvaloriza a autoimagem, gera um sentimento de culpa em relação às convicções, à causa e aos companheiros de luta (Martín-Baró, 2017f).

Tabela 12

Três características das relações sociais de guerra que vão se cristalizando na população

Militarização da vida social	Progressiva militarização da mente Violência compulsiva Violência bélica Militares ocupam postos-chaves Uso político da força para dominação
Polarização	Grupos e pessoas sob o controle de outros, expostas a um bombardeio ideológico, não podem expressar suas posturas, têm que assumir posições radicais Fratura na convivência grupal Movimento para extremos Antagonismo impede acordos e soluções
Mentira institucional	Ambiente de medo Pessoas têm posições dúbias Realidade é velada pela “história oficial” Insegurança nas opções políticas e sociais

Observando a realidade do Brasil e da América Latina, a partir das experiências históricas, percebemos que nessas sociabilidades não é possível produzir a vida sem produzir a violência. Ela é inerente ao modo de produção capitalista, dito de outra forma, a sociabilidade capitalista, ao se produzir, o faz atravessada pela violência e por suas consequências, desde a sua gênese (Marx, 1867/2017). Em vista disso, a partir dos elementos de estudo de Martín-Baró, podemos observar a existência de violência, militarização e desumanização nessas sociabilidades capitalistas periféricas dependentes e nos apoiar na categoria **trauma psicossocial**, buscando uma compreensão qualificada da materialização de relações desumanizadoras nessas realidades periféricas intrinsecamente ligadas a determinado uso da violência sobre a forma militarizada das mentes, dos corpos, enfim, da vida (Martín-Baró, 2017d).

Tendo como ponto de partida a afirmação do autor de que “a saúde mental de um grupo humano reside primordialmente no caráter de suas relações sociais” (Martín-Baró, 2017d, p. 259), é possível verificar, duplamente, o dano psíquico do povo salvadorenho diante da guerra civil e a eclosão de síndromes individuais. Ao mesmo tempo, é factível estender tal conclusão às sociabilidades periféricas, pois, historicamente, podemos encontrar presentes nelas os elementos apontados pelo autor em sua trama social (Martín-Baró, 2017d). Isso significa que Martín-Baró (2017d), ao explicar que o prolongamento da guerra em El Salvador teve um impacto sobre a forma de ser e agir do povo, define esse impacto como **trauma psicossocial**.

Diante disso, é de grande valia para o presente trabalho desenvolver os elementos estudados pelo autor sobre o **trauma psicossocial**. Primeiramente, é de fundamental importância estabelecer os vínculos entre saúde mental, danos ou transtornos psíquicos e a história particular de guerra que se desenvolveu em El Salvador.

Martín-Baró (2017d, p. 259) alerta que, ao entender a saúde mental ou os transtornos psíquicos a partir “do todo para as partes, da exterioridade coletiva para a interioridade individual”, é legítimo verificar que o dano psíquico pode afetar distintas dimensões como a individual, a familiar, a grupal, ou mesmo a organizativa e, ainda, a sociedade. O autor completa essa ideia mostrando que, na sociedade objeto de sua investigação, a resolução de diferenças interpessoais e intergrupais estava baseada na violência, era uma sociedade em que as raízes da convivência social estavam degeneradas (Martín-Baró, 2017d). Trata-se, portanto, de um grave transtorno social, pois agrava o distanciamento coletivo para o trabalho e as realizações conjuntas, fratura a identidade individual e a ação comunitária na história. O “efeito mais deletério da guerra sobre a saúde mental do povo salvadorenho deve ser buscado na fragilização das relações sociais” (Martín-Baró, 2017d, p. 261).

Eu não posso entender a saúde mental simplesmente como um bem-estar que aflora de dentro para fora, quer dizer, como um estado de equilíbrio, não sei a partir de quais estruturas internas da personalidade. Entendo que a saúde mental é primeiramente e fundamentalmente um estado de relações, um estado de convivência humanizadora, ou seja, dinamizadora do que existe de mais humano, porque considero que o mais profundo de nossa realidade humana apoia-se precisamente em produzirmos mutuamente, construirmos mutuamente (Lira e Luco, 1989, citados por Oropeza, 2016, p. 201)³³.

A saúde mental pressupõe processos e lutas em busca da transformação das realidades que oportunizam desumanização, dominação e sofrimento, se afirmando em ações transformadoras e organizativas dessas realidades, buscando, assim, as possibilidades de construção de subjetividade e intersubjetividade (González, 2010 citado por Oropeza, 2016).

Logo, a categoria **trauma psicossocial** enuncia que o dano não se apresenta apenas no indivíduo, ou no contexto coletivo isonomicamente, mas nas relações sociais desgastadas, adoecidas (Oropeza, 2016). Diante disso, Martín-Baró (2017d) alerta para o fato de que a guerra afeta diferentemente a população e, a partir desse marcador, propõe três coordenadas de análise no que diz respeito à **classe social**, ao **envolvimento no conflito** e a **temporalidade**.

Quanto à **classe social**, o autor argumenta que são os mais humildes da sociedade, os mais pobres, os camponeses, que sofrem mais o impacto do conflito bélico, uma vez que assistem a suas casas serem destruídas, suas plantações devastadas, tendo de enfrentar o desemprego e a repressão através dos setores militares (Martín-Baró, 2017f). Um

³³ Tradução livre de “Yo no puedo entender la salud mental simplemente como un bienestar que aflora de adentro afuera, es decir, como un estado de equilibrio, yo no sé desde qué estructuras internas de personalidad. Me parece a mí que la salud mental es primero y fundamentalmente un estado de relaciones, un estado de convivencia humanizadora, es decir dinamizante de lo que hay de más humano, porque considero que lo más profundo de nuestra realidad humana estriba precisamente en este hacernos mutuamente, construirmos mutuamente”.

questionamento relevante proposto pelo autor diz respeito ao fato de que as relações sociais não seriam a única fonte geradora de traumas, mas a persistência de relações desumanizantes (Oropeza, 2016), apontando para a máxima de que um povo incapaz de assegurar sua sobrevivência não desfrutará de saúde mental (Martín-Baró, 2017f).

Por outro lado, setores médios e altos da sociedade também são impactados pela guerra, na insegurança de sua posição social e da manutenção de seu estilo de vida, em última análise, segundo o autor, construído a partir da miséria das maiorias (Martín-Baró, 2017d).

A outra coordenada de análise proposta é o **envolvimento dos grupos e pessoas na guerra em si**. Aqueles grupos da sociedade diretamente afetados por ações bélicas, que participaram nos combates, sofreram um efeito diferente daqueles que, estando no mesmo espaço geográfico, enfrentaram a guerra enquanto cidadãos não implicados diretamente no confronto (Martín-Baró, 2017d).

Soldados e militantes incapacitados fisicamente, desestruturados psicologicamente, têm sua saúde mental afetada de forma mais severa, inclusive seus familiares e pessoas próximas, já com a população em geral os efeitos não são menos importantes, pois a “experiência de vulnerabilidade e de perigo, de indefesa e terror, pode marcar profundamente o psiquismo das pessoas, [...] estupros ou torturas, [...] assassinatos ou execuções massivas, [...] bombardeios e arrasamento de povoados inteiros” (Martín-Baró, 2017d, p. 263). A tais situações de anormalidade tão aguda a resposta tida como “anormal” deve ser considerada como a única via de normalidade possível:

[...] não em poucas ocasiões, um certo grau de mal-estar psicológico e uma certa “dose” permanente de sintomas psiquiátricos expressam o máximo de saúde mental e de bem-estar possível em uma determinada situação de esclerose das relações humanas, de extremas dificuldades materiais, de miséria, de solidão e de marginalização social. (Jervis, 1979 citado por Martín-Baró, 2017d, p. 263).

Martín-Baró exemplifica com a experiência de desalojamento de grupos expulsos e de refugiados em função da guerra. Essas pessoas largaram casas, família e cultura, passando longos períodos se escondendo, com privação de alimento, água, remédios. Tal experiência, segundo o autor, afeta o psiquismo das pessoas, e milhares de salvadorenhos estiveram nessa condição (Martín-Baró, 2017d).

Passamos, então, à última categoria de análise dos efeitos da guerra sobre a saúde mental dos salvadorenhos, a **temporalidade**. Seus efeitos podem ser a curto, médio e longo prazos e podem se manifestar “em uma anormal normalidade, misturada com vínculos alienadores e despersonalizantes” (Martín-Baró, 2017d, p. 264). Isso porque a sociabilidade em tempo de

guerra se alicerça na violência, na polarização entre grupos, no temor à verdade, que impõem uma vida adaptada para a sobrevivência (Martín-Baró, 2017d).

Estabelecidas as interlocuções entre guerra e os danos psíquicos ao povo nela implicado, é pertinente aprofundar a definição da categoria **trauma psicossocial**.

Martín-Baró (2017f) desenvolve didaticamente o significado de trauma explicando sua origem etimológica, a definição dos termos trauma psíquico, depois trauma social, e, finalmente, desenvolve o termo **trauma psicossocial**.

Trauma, explica o autor, é uma ferida, uma vivência que deixa marcas permanentes, que afeta negativa e, por conseguinte, desfavoravelmente a vida da pessoa (Martín-Baró, 2017f). Quanto ao trauma psíquico, o autor se refere a uma ferida em particular, de uma experiência pessoal específica e dolorosa (Martín-Baró, 2017f).

Já no que diz respeito ao trauma social, o autor explica que o termo é utilizado para descrever um processo histórico que possivelmente atingiu toda uma população (Martín-Baró, 2017f). Apesar de interessante e pedagógico traçar esquemas, é preciso atentar para a separação de termos, cuja divisão pode gerar ideia de oposição entre eles, como é o caso dos termos psíquico e social.

Por fim, o autor utiliza o termo **trauma psicossocial** para enfatizar “o caráter essencialmente dialético da ferida provocada pela experiência prolongada de uma guerra” (Martín-Baró, 2017f, p. 325). A exemplo da realidade vivida em El Salvador, o fato de ser produzida pela sociedade e determinada pelo tipo de relação existente em tal sociedade, e, portanto, seu caráter histórico, ainda pode se tornar, excepcionalmente, oportunidade de superação (Oropeza, 2016).

O **trauma psicossocial** é uma categoria que Martín-Baró desenvolveu mais tardiamente, “a década de 1980 foi o período de intensificação do conflito armado em El Salvador.” (Lacerda Júnior, 2017, p. 18). Isso posto, o autor entende o **trauma psicossocial** como a solidificação de relações sociais desumanizadoras (Martín-Baró, 2017f). Logo, faz notar que esse trauma tem relação fundamental com a estrutura social e com a estratificação da sociedade, contudo, vai além das classes sociais, atravessa as frações de raça, gênero, idade, dentre outras dimensões da vida social. Há uma relação fundamental intrínseca entre trauma psicossocial e relações desumanizantes, ou seja, o eixo é a materialização de relações sociais desumanizadoras (Martín-Baró, 2017f).

Dessa maneira, é possível sustentar a existência de tais relações desumanizadoras e desumanizantes na realidade brasileira, pois, como dito anteriormente, são relações que evidenciam aspectos estruturais e institucionais da violência, como Martín-Baró apontou,

influenciado pela obra de Frantz Fanon, que inviabilizam o desenvolvimento multidimensional do ser humano, reveladoras das relações sociais de produção capitalistas (Martín-Baró, 1990a, 2017c, 2017f; Martins & Lacerda Jr., 2014).

À vista disso, o autor pretende debater a dialética que constitui o **trauma psicossocial** e mostra que o efeito do impacto da guerra sobre determinada população dependerá dos indivíduos, de sua experiência configurada por sua classe social, do nível de participação no conflito bélico e, ainda, dos elementos que caracterizam a sua personalidade em um determinado lapso de tempo (Martín-Baró, 2017d).

Assim, Martín-Baró (2017a, p. 328), como visto, sustenta, em sua análise, que a melhor compreensão do **trauma psicossocial** vivenciado pela população de El Salvador é como “cristalização ou materialização nas pessoas das relações sociais de guerra vividas no país”. Nesse diapasão, está implícito um ser humano produto e produtor de uma história específica, que se concretiza nas relações sociais, e nesse lócus atua ativa ou passivamente, por comissão ou omissão. Desse modo, as características das relações sociais se expressam nas pessoas, então, reconhece o autor que “o que será afetado pela vivência de relações de guerra é a pessoa como um todo.” (Martín-Baró, 2017a, p. 328). Defende que a forma como a guerra age em cada indivíduo está diretamente ligada à sua posição social e à forma com que participa nos processos de guerra (Martín-Baró, 2017d).

Além do mais, para Martín-Baró, o **trauma psicossocial** expressa relações sociais alienantes, o inimigo é despido de humanidade, a personalidade da pessoa “é afetada pela desumanização do outro, frente ao qual, dialeticamente, ela se constrói” (Martín-Baró, 2017f, p. 329).

A criação de um inimigo público é uma política fundamental, pois fornece uma justificativa ideológica (Martín-Baró, 1990a). Nos casos brasileiro e latino-americano, a guerra às drogas é funcional e pode ser um bom exemplo, pois a militarização exige um cenário de guerra para justificar o exercício da violência no combate à desigualdade, segregação, exclusão e tombamento de corpos, com estigma de raça, sexualidade, posição econômica e gênero, desfavorecidos ideologicamente pela desigualdade estrutural.

Isso posto, à guisa de exercitar o pensamento do autor, é possível dizer que a disparidade nas relações concebe a violência que assume uma forma militarizada; esta, a seu turno, é uma maneira particular de exercício da violência, utilizada para combater tal desigualdade. Esse círculo vicioso engendra o trauma psicossocial, e o trauma psicossocial afeta a pessoa como um todo (Martín-Baró, 2017f).

Relembrando, partir da especificidade da guerra salvadorenha, o autor procurou demonstrar como tal situação histórica marcou grupos e pessoas, como se cristalizou em um **trauma psicossocial**, e, para tanto, desenvolveu um raciocínio de que tal conflito é caracterizado “por polarização social, mentira institucionalizada e militarização da vida social” (Martín-Baró, 2017f, p. 329).

A militarização da vida social se manifesta numa polarização social ideológica, em que as pessoas são classificadas em boas e más, um grupo social tem todas as virtudes e o outro tem todos os defeitos, os detentores dos vícios devem ser eliminados para que reine o equilíbrio (Martín-Baró, 2017f). Importa, também, na realidade salvadorenha, levar em conta a polarização presente no antagonismo marcante, provocada pela influência norte-americana entre os setores populares (Moreira & Guzzo, 2015).

A variação das implicações do conflito bélico no corpo social, pois a repressão e o medo desembocam em ações bélicas (Moreira & Guzzo, 2015), resulta na variação dessas implicações no âmbito pessoal e somático, o que poderá, segundo o autor, atingir “formas complexas de alienação psicótica” (Martín-Baró, 2017f, p. 329).

Logo, “a militarização da vida social pode resultar em uma progressiva militarização da mente” (Martín-Baró, 2017f, p. 330). Esta, por sua vez, leva a uma violência compulsiva que se apodera das relações interpessoais, “a destrutividade sociopata que demonstram alguns membros ou ex-membros das forças militares está intrinsecamente relacionada com a preponderância crescente das formas de pensar, sentir e agir dos militares na vida social.” (Martín-Baró, 2017f, p. 330).

Nesse sentido, é possível levantar alguns elementos, dentro de uma noção mais ampla de militarização, que apontam na direção do processo de militarização da vida social nas realidades brasileira e latino-americana, pois, a partir do contexto social do autor, é possível entender o cerne da militarização como o uso político da força para dominação. Partindo-se dessa ideia e do exposto no trabalho de Martín-Baró, é provável que, na atualidade, se apresentem sob a forma de outras variantes, através de escolas e igrejas, de uma progressiva hierarquização do trabalho, do estado, do crime, que se encontram cada vez mais organizados sob uma forma militar, só para mencionar algumas dimensões da vida social.

Enquanto esse *status quo* subsistir, produzirá e reproduzirá relações sociais que inviabilizam o desenvolvimento humano. Isso porque a classe dominante não tem interesse em romper com os laços de dependência, como debatido em capítulos anteriores, visto ter optado pela apropriação dual do excedente, lembrando, uma parte para burguesia nativa e a maior parte para as burguesias centrais do imperialismo (Fernandes, 1975), uma política que prioriza

lucros e não a vida, que produz um conjunto de relações sociais desumanizantes, manifestas em forma de **trauma psicossocial**.

Para Martín-Baró (2017f), a militarização psicossocial apresenta aspectos mais graves quando se torna uma realidade normal, atravessada nos processos de socialização.

Dessa forma, alerta o autor que a guerra prolongada tem como resultado a normalização de relações sociais desumanizantes, que vão desde o sofrimento somático até a estruturação mental, citando a personalidade que não encontra afirmação de sua identidade (Martín-Baró, 2017f). As pessoas se constituem nesse clima de guerra pela naturalização do desprezo à vida, tendo a corrupção como estilo de vida e a lei do mais forte como critério (Martín-Baró, 2017f). Esses elementos precipitam a sociabilidade num círculo vicioso que contribui para a perpetuação da guerra objetiva e subjetivamente, assim sendo, caso não se produza uma mudança significativa, nas relações sociais estruturais, grupais e interpessoais, tratar suas consequências será apenas um artifício, mera perfumaria (Martín-Baró, 2017f).

Isto posto, vale destacar que a ênfase dos estudos psicossociais de Martín-Baró sobre violência está na relação entre violência e ideologia, bem como em sua articulação com o debate sobre o **trauma psicossocial**, visto que conecta com o projeto de Psicologia Social defendido pelo autor. A ideologia na/pela violência expressa, nos conflitos, os interesses de classe; ao mesmo tempo, oculta aqueles interesses e forças que a determinaram, traduzindo-se em alicerce para relações violentas cotidianas (Martín-Baró, 2017c). De acordo com o autor, o sujeito age através da ideologia, mas não se reduz a ela, pois pode ser superada pela tomada de consciência. Nesse diapasão, a ideologia pode ser entendida como proposições triviais ou essenciais para os interesses de um grupo dominante. Nessa medida, uma ação ideológica é influenciada por interesses de grupos, nos quais adquire sentido e significado social (Martín-Baró, 1990a).

A ideologia cumpre uma série de funções: oferecer uma interpretação da realidade, fornecer esquemas práticos de ação, justificar a ordem social existente, legitimar essa ordem como válida para todos, ou seja, imputar natural o que é simplesmente histórico, exercer na prática a relação de dominação existente e reproduzir o sistema social estabelecido³⁴ (Martín-Baró, 1990a, p. 18).

É de interesse da classe dominante a ideia de que toda violência é negativa, o que gera uma aparência enganadora de neutralidade, ocultando esses mesmos interesses de classe, transformando-a em uma questão moral. A dissimulação de interesses de classe nos atos violentos, na maioria das vezes, se aplica, contudo, àqueles que contrariam a ordem, enquanto

³⁴ Tradução livre de “la ideología cumple una serie de funciones: ofrecer una interpretación de la realidad, suministrar esquemas prácticos de acción, justificar el orden social existente, legitimar ese orden como válido para todos, es decir, dar categoría de natural a lo que es simplemente histórico, ejercer en la práctica la relación de dominio existente y reproducir el sistema social establecido.”

a violência que arrima a ordem hegemônica segue legitimada (Martín-Baró, 2017c). Esse juízo moral sobre a violência “patologiza as reações dos oprimidos às situações desumanizadoras que fortalece as estruturas capitalistas” (Martins & Lacerda Júnior, 2018, p. 229) e engendra o **trauma psicossocial**. Essa concepção tem sua utilidade, por exemplo, ao ocultar a violência estatal, principalmente através de seus órgãos de segurança, visto ser praticada por uma autoridade legítima e legitimada socialmente, cujo ato de violência é desferido contra os acusados de agirem contra a ordem.

Além da violência explícita da guerra bélica, Martín-Baró destacou, em sua realidade, outro tipo de violência, que foi se desenvolvendo para assegurar a ordem a favor da classe dominante, a guerra psicológica, produzida através da manipulação sobre os acontecimentos de guerra, bem como

[...] por meio da desqualificação ou [...] inutilização da mente. Tal como no caso da tortura, os métodos psíquicos substituem os físicos, mas, em ambos os casos, o foco é quebrar a pessoa, acabar com sua autonomia e sua capacidade de oposição, não dar espaço para sua liberdade e suas opções (Martín-Baró, 2017d, p. 277).

Isso intensificou as políticas repressivas e o conseqüente **trauma psicossocial** da população salvadorenha. Expedientes como a guerra psicológica evidenciam a instituição de uma normativa político-social para ocultar interesses e conflitos entre as classes tendenciosamente no sentido de fortalecer a classe dominante. “Os homens interiorizaram aquela norma social que responde aos interesses da classe dominante, impõem-se como estrutura inconsciente e orientam o processo de alienação e desumanização das pessoas.”³⁵ (Martín-Baró, 1990a, p. 29).

Martín-Baró, ao afirmar que todo ato de violência tem fundo ideológico, evidencia seu caráter histórico e seu enraizamento à luta de classes. Ao mesmo tempo, alerta para o fato das ocultações, tendo em vista os interesses que constituem os atos violentos dentro de uma realidade de antagonismo de classes. Assim, a cristalização de relações desumanizantes no seio da população acontece com o suporte de mecanismos ideológicos, que, para o autor, segundo Mendonça, Souza e Guzzo (2016, p. 31), tem dois significados: primeiro, falsa consciência, como ocultamento da realidade sob interesses e visão de mundo das classes dominantes, com dois processos – alienação e conscientização na contramão da ideologia –; segundo, visão de mundo como expressão de diferentes perspectivas de classe, concepções políticas e visões sobre o mundo, que, para o autor, é a visão de mundo das classes populares de sua sociabilidade.

³⁵ Tradução livre de “Los hombres llevan interiorizada esa norma social que responde a los intereses de la clase dominante, se imponen como una estructura no consciente y guía el proceso de alienación y deshumanización de las personas.”

Desse modo, Martín-Baró, ao verificar as consequências dessa trama, que resulta no **trauma psicossocial**, convoca os implicados a não se paralisarem, mas a mirarem as possibilidades que estão além deles, de forma particular, a violência revolucionária.

Martín-Baró alerta que a violência deve ser analisada a partir do contexto histórico-social em que é produzida e, nesse diapasão, como vimos, produziu sua teoria psicossocial sobre a violência; a seguir veremos como o autor, a partir do contexto em que estava engajado, recorre à história de seu povo para entender as nuances da violência e suas repercussões psicossociais.

6.2 Perspectiva psicossocial sobre a violência a partir da história

Observar a perspectiva psicossocial sobre a violência nos aproximará de diversos enfoques teóricos dentro da Psicologia, que destacarão algumas de suas características, contudo, a violência traz, em seu bojo, uma complexidade que não permite absolutizar nenhum ponto de vista ofertado (Martín-Baró, 1990a). Como dito anteriormente, é preciso buscar a história psicossocial da violência em nossas sociabilidades, e Martín-Baró (1990a) propõe alcançar o sentido da violência a partir do ponto de vista psicossocial, recorrendo-se à história de seu povo. De forma pedagógica dispõe o estudo da seguinte forma: “(1) abertura humana à violência e à agressão; (2) institucionalização da violência (3) contexto social; (4) elaboração social da violência; e (5) causas imediatas”.³⁶ (Martín-Baró, 1990a, p. 403).

Martín-Baró (1990a, p. 405) inaugura com o tema: (1) abertura humana à violência e à agressão, afirmando que os seres humanos estão abertos à violência e à agressão como possibilidades comportamentais fundadas na configuração de seu próprio organismo. Afirma, ainda, que sua materialização dependerá das circunstâncias sociais em que os indivíduos se encontram e das demandas particulares que cada pessoa tem de enfrentar em sua própria vida.³⁷ Tal assertiva pode causar estranheza, mas é preciso lembrar que os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelo confronto com concepções hegemônicas da Psicologia Social, particularmente pela correlação entre ordem e positivismo. Diante disso, é importante salientar que o autor, apesar de crítico da psicologia tradicional de sua época, cursou mestrado e doutorado na Universidade de Chicago, sendo influenciado pelos modelos estadunidenses predominantes

³⁶ Tradução livre de “(1) apertura humana a la violencia y a la agresión; (2) el contexto social; (3) la elaboración social de la violencia; (4) las causas inmediatas; y (5) la institucionalización.”

³⁷ Tradução livre de “el ser humano es un ser abierto a la violencia y a la agresión como posibilidades comportamentales que tienen su base en la configuración de su propio organismo. Que estas posibilidades se materialicen dependerá de las circunstancias sociales en que se encuentren los individuos y las exigencias particulares que cada persona tenga que confrontar en su propia vida.”

(Mendonça, Souza, & Guzzo, 2016). Dessa forma, encerro o capítulo com a análise do autor acerca da violência a partir da história, pois é relevante conhecer os caminhos de pesquisa por ele percorridos e apreender suas contribuições que se aproximam de nossa realidade, sem perder de vista o conjunto proposto na obra.

Sobre a (2) institucionalização da violência, podemos recorrer ao tópico anterior, pois foi discutido neste item. Segue o estudo discorrendo sobre o (3) contexto social: a luta de classes (Martín-Baró, 1990a, p. 405). A importância da referência ao contexto social está sobretudo no fato de entender o sentido da justificação da violência e, portanto, determinar suas características. Ao falar da sociedade salvadorenha, o autor mostra a cisão entre grupos, cujos interesses são irreconciliáveis. Ademais, de forma ampliada, a raiz dessa situação está no antagonismo entre burguesia e proletariado, produzindo uma oscilação entre forças sociais e, por consequência, a possibilidade de um equilíbrio (Martín-Baró, 1990a). Dessa forma, a configuração de El Salvador, a exemplo da América Latina, se expressa em uma violência opressora sobre muitos por poucos: “esta situação foi descrita como violência estrutural e tem sido denunciada como uma ‘desordem estabelecida’.”³⁸ (Martín-Baró, 1990a, p. 405). Logo, em uma ordem social de classes, o conceito de ações em benefício da sociedade se torna impreciso, visto estar identificado com os interesses dominantes, ao mesmo tempo que suas forças são canalizadas para sua própria conservação e reprodução da ordem imperante; é o tipo de ordem social que define como violentas as forças que tentam transformar as estruturas opressoras (Martín-Baró, 1990a).

No que diz respeito à (4) elaboração social da violência, tendo como referência a desordem estabelecida, é possível que indivíduos e grupos no processo de socialização se apropriem das exigências da ordem dominante e, na medida que acontece a internalização do ordenamento preponderante, “as exigências sociais apropriadas determinam a submissão das pessoas a uma ordem opressiva que os aliena e desumaniza, e nessa medida o processo de socialização constitui um mecanismo de violência institucional.”³⁹ (Martín-Baró, 1990a, p. 408). Observa o autor que “o ‘controle social’ constitui esta violência internalizada por cada pessoa, o que a leva a canalizar seu desenvolvimento por alguns caminhos e não por outros.”⁴⁰ (Martín-Baró, 1990a, p. 408). Sendo assim, apesar do desenvolvimento humano ser marcado

³⁸ Tradução livre de “esta situación es la que ha sido calificada de violencia estructural y que ha sido denunciada como un ‘desorden establecido’”.

³⁹ Tradução livre de “las exigencias sociales apropiadas requieren la sumisión de las personas a un orden opresivo que los enajena y deshumaniza, en esa medida el proceso de socialización constituye un mecanismo de violencia institucional.”

⁴⁰ Tradução livre de “el ‘control social’ constituye esa violencia interiorizada por cada persona, que le lleva a encauzar su desarrollo por unos caminos y no por otros.”

por certa coerção, requer escolhas que implicarão, conseqüentemente, no descarte de outras opções (Martín-Baró, 1990a).

Ao discorrer sobre os valores que implicitamente norteiam a vida cotidiana, o autor destaca que o individualismo, desde sua época, prefigura o critério acerca do bem e do mal; tal critério atravessa as necessidades e os interesses do indivíduo, e não da sociedade (Martín-Baró, 1990a). O individualismo se alia à competência, outro valor presente na sociabilidade capitalista, e torna-se um meio para a satisfação individual; quando o bem individual tem mais importância sobre o coletivo se estimula a violência e a agressão, ou seja, “o sucesso de um requer a derrota dos outros”.⁴¹ (Martín-Baró, 1990a, p. 409). É possível observar, então, que “a abordagem da competição como uma arena para a maioria das atividades da vida social leva quase que naturalmente ao uso da força, à violência estratégica e à agressão tática contra rivais reais ou potenciais.”⁴² (Martín-Baró, 1990a, p. 409).

Martín-Baró (1990a) considera que na raiz dos valores individualismo e competência se situa a propriedade privada, onde o sistema capitalista reforça a violência e a agressão que possibilita a acumulação. No caso de El Salvador, situado em um ambiente de recursos escassos, a propriedade privada era um obstáculo à realização das necessidades básicas da grande maioria; à época do autor, a acumulação capitalista era alcançada mediante a violência, “exercida na distribuição dos benefícios do trabalho produtivo”⁴³ (Martín-Baró, 1990a, p. 410).

Concluindo com as (5) causas imediatas, verificamos que por meio da internalização do ordenamento dominante, vista no item anterior – (4) elaboração social da violência –, as causas mediatas do comportamento violento são colocadas pelos valores que justificam e amparam a violência através da sua prática. Nessa parte do estudo, o autor adverte sobre a importância de se analisar as causas imediatas, ou seja, “aqueles elementos que precipitam ou desencadeiam os comportamentos violentos, a agressão”⁴⁴ (Martín-Baró, 1990a, p. 412).

Desses elementos retirados de diferentes modelos teóricos da Psicologia Social, ressalta dois tipos que revelam causas do comportamento violento. Em primeiro lugar, são destacados a raiva e o ressentimento, a partir da ótica de procura pela raiz de algumas formas de violência, de maneira especial aquelas socialmente reivindicativas e que apontam para uma privação injusta ou violação de direitos fundamentais. Ainda, cita como exemplo, a repressão policial

⁴¹ Tradução livre de “el éxito de uno requiere la derrota de los demás.”

⁴² Tradução livre de “El planteamiento de la competencia como arena para la mayor parte de las actividades propias de la vida social desemboca casi connaturalmente en la utilización de la fuerza, en la violencia estratégica y la agresión tática contra los rivales reales o posibles.”

⁴³ Tradução livre de “ejercida en la distribución de los beneficios del trabajo productivo.”

⁴⁴ Tradução livre de “aquellos elementos que precipitan o desencadenan los comportamientos violentos, la agresión”.

em uma manifestação pacífica, frequente em sua realidade e, por vezes, atual em nossa sociabilidade, como causa de frustração a objetivos concretos e ideais, desencadeando raiva e ressentimento e, por consequência, a violência (Martín-Baró, 1990a).

Em segundo lugar, alguns “estímulos ambientais”⁴⁵ (Martín-Baró, 1990a, p. 413). Ressalta-se que a influência de determinados objetos são capitais pelo seu significado para pessoas e grupos na configuração de determinada sociedade. É possível falar, portanto, em “cenários comportamentais”⁴⁶ (Barker, 1968 citado por Martín-Baró, 1990a, p. 413) configurados socialmente, que devem ser entendidos a partir de “situações continuamente geradas por uma mistura dinâmica de atores, objetos e simbolismos sociais”⁴⁷ (Martín-Baró, 1990a, p. 413).

Martín-Baró (1990a, p. 413) entende “a imitação e a pressão grupal”⁴⁸ como importantes elementos desencadeadores da violência, visto ser o ato violento realizado pela importância outorgada pelo grupo ao executor: a estrutura possibilita e reforça o sujeito da ação. O mesmo acontece com situações de poder, reais ou simbólicas, e o autor cita, como exemplo, um jovem soldado investido de autoridade por um uniforme e um rifle, situação fértil para comportamentos violentos, de quem se requer um controle por vezes ausente (Martín-Baró, 1990a).

Na maior parte do tempo, de acordo com o autor, a violência é um processo assumido consciente e racionalmente para se alcançar um fim. Citando o caso de El Salvador, os assassinatos entre 1980 e 1982 revelam finalidade, planejamento e execução racional, com requintes de crueldade objetiva. Em contrapartida a esse cenário, é possível verificar que

[...] a violência insurgente é, pelo menos nos seus primórdios, a consequência de uma decisão racional em promover a mudança social uma vez que todas as outras opções foram negadas ou ficou provado que os caminhos pacíficos não constituem uma alternativa que possa competir com a violência instituída (Martín-Baró, 1990a, p. 414).

Resumindo, para facilitar a apreensão do capítulo, vou elencar os temas-chaves. Como ideia central, percebemos que a violência somente pode ser entendida a partir dos interesses e valores de uma sociedade em determinado contexto histórico. Assim sendo, Martín-Baró concebe seu estudo acerca da violência a partir da realidade salvadorenha em que estava inserido. Entendo que o proveito de seu estudo, para os dias atuais, é o fato de suas teorias poderem ser apropriadas em outras realidades latino-americanas.

⁴⁵ Tradução livre de “estímulos ambientales”.

⁴⁶ Tradução livre de “escenarios comportamentales”.

⁴⁷ Tradução livre de “situaciones continuamente generadas por una mezcla dinámica de actores, objetos y simbolismos sociales”.

⁴⁸ Tradução livre de “emulación y presión grupal”.

De início, o autor identifica três tipos de ações violentas ligadas ao contexto social de sua época: delinquência, repressão sociopolítica e confronto bélico. Tais ações violentas são estruturadas e orientadas por forças e interesses políticos e, para uma melhor análise, se faz necessário prescrutar o cenário vivido pelo autor. Dessa forma, foi apresentada, sumariamente, a realidade experimentada por Martín-Baró. Feito isso, passei à análise semântica das palavras violência e agressão e ressaltai a necessidade de encontrar seu significado e, para tanto, é imprescindível ir às suas raízes, natureza e contexto histórico.

A partir da leitura baroniana dos atos violentos se inferem três níveis de violência: criminal, bélica e repressiva. Os níveis de violência possibilitaram ao autor visualizar as dimensões constitutivas da violência, quais sejam, estrutura formal do ato, equação pessoal, contexto possibilitador e fundo ideológico. Vale lembrar que este último se desdobra em importantes temáticas da justificação e da violência institucionalizada e, a partir dele, é possível visualizar o desmembramento da estrutura formal do ato violento.

Vimos, também, que cada ordenamento social é produtor de violência e das justificativas que garantem sua manutenção e que o processo de produção social da violência está ancorado no próprio ato violento, que se submete a quatro causas: o agente da ação, a vítima, a situação que produz o ato de violência e o grau do dano causado à vítima. Diante desse cenário, é possível surgir, por derivação, da parte dos oprimidos, uma violência visando coibir os abusos e alcançar a libertação.

Vimos, também, que o autor procurou demonstrar como uma situação histórica de guerra pode marcar grupos e pessoas, como se cristaliza através de relações desumanizantes em um trauma denominado por ele de psicossocial. Olhando a realidade brasileira, que vive uma situação de relações desumanizadoras, o trauma psicossocial é materializado nas pessoas através da forma autocrática de gestão, pois quanto mais se produz sofrimento, menos o estado consegue oferecer os recursos para a redução da produção desse sofrimento, mesmo porque a distribuição da saúde mental está vinculada à distribuição da riqueza produzida e o país é marcado pela desigualdade social, como bem apresentado nos dados estatísticos expostos ao longo do trabalho. Ademais, a classe dominante segregou as massas subalternas da riqueza produzida, da contribuição nas decisões sobre as políticas públicas, dos direitos sociais constitucionais, como a saúde.

Lembro, ainda, o tema proposto por Martín-Baró para entender o sentido da violência a partir do ponto de vista psicossocial. Com esse fim e visando um propósito didático, o autor apresentou a realidade história da seguinte maneira: (1) abertura humana à violência e à agressão; (2) institucionalização da violência; (3) contexto social; (4) elaboração social da

violência e (5) causas imediatas. Para finalizar, destaquei a espiral de violência que, segundo o autor, possui a tendência de se tornar autônoma e criar, em si, uma dinamicidade própria.

No próximo capítulo discorro sobre uma fonte de relevância para o estudo da violência realizado por Martín-Baró: trata-se do escritor, militante e psiquiatra Frantz Fanon, que, com seu trabalho, além do autor, influenciou internacionalmente estudiosos da violência, reforma psiquiátrica e luta antimanicomial.

CAPÍTULO 7 – SOFRIMENTO PSÍQUICO A PARTIR DA COLONIZAÇÃO: DIÁLOGOS COM FANON

A colonização, em sua essência, se apresentava já como uma grande fornecedora dos hospitais psiquiátricos (Fanon, 1968, p. 212).

E, portanto, qualquer esforço de **emancipação psíquica** seria inútil, caso não se desmantelasse a realidade colonial (Fanon, 1980 citado em Faustino, 2015, p. 56).

No capítulo anterior, discuti a violência a partir dos estudos e das categorias levantadas por Martín-Baró, bem como mencionei a importante influência de Frantz Fanon em sua obra. Em vista disso, nesse ponto pretendo investigar acerca do tema violência na obra de Frantz Fanon, entendendo que, ao analisar como o autor desenvolveu o tema, será possível visualizar as influências no estudo de Martín-Baró.

A obra de Fanon se apoia em muitas de suas referências aos artigos do *El Moudjahid*⁴⁹. Em tais textos, ancora o papel da luta na constituição de um novo ser liberto e a crítica ao neocolonialismo. Esse tema é tratado, particularmente, no livro *Condenados da Terra*, texto da maturidade do autor, última colaboração antes de sua morte (Lippold, 2021).

Os textos elaborados por Fanon, em sua obra, retratam sua experiência encarnada no desenrolar da história e seguem seu movimento. O autor dirige sua obra aos desfavorecidos, por isso é possível vermos, em seus escritos, o debate de questões inerentes a dominação à economia, à política e à cultura no sistema colonial, bem como a contradição entre cultura e indivíduo (Lippold, 2021).

No encontro entre o militante e o cientista social é concebida a teoria que revela a linguagem violenta do colonizador para “domesticar” (Lippold, 2021, p. 145) o colonizado. Nesse sentido, a Revolução Argelina foi a fonte experiencial e inspiradora da teoria de Fanon sobre a violência colonial que desarticula a vida do colonizado, bestializando-o, além de sua militância combatendo o nazismo na II Guerra Mundial (Lippold, 2021).

A Guerra da Argélia ocupou um lugar de destaque na demolição do imperialismo, contudo, o colonialismo francês na região arregimentou as forças militares, econômicas e políticas, que enriqueceram a barbárie imposta pela guerra. No entanto, o povo argelino estava

⁴⁹ O jornal *El Moudjahid* era um centro de difusão intelectual de ideias revolucionárias e o “rosto” internacional da Frente de Libertação Nacional – FLN (Lippold, 2021, p. 75). Articulou e reelaborou os fundamentos das Revoluções Argelina e Africana, esta última no que se conecta ao pan-africanismo, onde é possível detectar a influência de Fanon (Lippold, 2021). “Fanon, participa da rede intelectual conectada na produção dos textos anônimos do *El Moudjahid*” (Lippold, 2021, p. 84).

ciente da importância da luta para o continente africano, “desde 1954 ele tem como palavra de ordem a libertação nacional da Argélia e a libertação do continente africano” (Fanon, 2021a, p. 216). A Guerra da Argélia desvelou, de maneira crítica, a questão do colapso do império, tendo em vista a importância da implantação colonialista, onde as forças francesas reagiram ao confronto com uma violência perturbadora (Fanon, 2021a). A Argélia, tornou-se “ponta de lança do colonialismo ocidental na África” (Fanon, 2021a, p. 214), apesar disso, os detalhes divulgados sobre a repressão e o heroísmo dos argelinos, na guerra, estimularam o continente africano e abalaram o equilíbrio colonial na África (Fanon, 2021a). No livro *Sociologie d'une révolution: L'an V de La Révolution Algérienne*, Fanon descreve o processo revolucionário em curso na Argélia, a ida das mulheres para a frente de batalha, mostrando que a via revolucionária era o caminho privilegiado para a queda da França colonialista, como ele próprio afirma:

A tese que afirma que os homens se transformam no momento em que mudam o mundo, nunca foi tão evidente como na Argélia. Esta prova de força não só remodela a consciência que o homem tem de si mesmo, mas a idéia que tem de seus antigos dominadores e do mundo, finalmente ao seu alcance. Essa luta em diferentes níveis renova os símbolos, mitos, crenças e emoções de um povo. Na Argélia, participamos do colocar-se em marcha. [...] **O colonialismo perdeu definitivamente o jogo na Argélia, enquanto os argelinos ganharam definitivamente.** Este povo, perdido na história, que encontra uma bandeira e um governo, e que já foi reconhecido por muitos Estados, não pode voltar agora. Este povo analfabeto que escreve as mais belas e emocionantes páginas da luta pela liberdade não pode retroceder nem calar⁵⁰ (Fanon, 1976, pp. 15-16, grifos nossos).

Fanon colaborou decididamente com a revolução argelina. Na obra *Os condenados da terra*, o autor discute a problemática da colonização, bem como os conflitos entre brancos e negros em diversos níveis psicossociais, o racismo gerador de uma cultura e a luta antirracista, dando destaque à violência revolucionária (Fanon, 1976).

A violência na Argélia se manifestou no corpo e nas relações do colonizado com tal intensidade, que, segundo Lippold (2021), Fanon propõe uma releitura da base material e da superestrutura defendida pelos marxistas ortodoxos:

Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas cada vez que abordamos o problema colonial. Não há nem mesmo o conceito de

⁵⁰ Tradução livre de “La tesis que afirma que los hombres se transforman en el momento mismo en que modifican el mundo, no ha sido nunca tan evidente como en Argelia. Esta prueba de fuerza no solamente remodela la conciencia que el hombre tiene de sí mismo, sino la idea que tiene de sus antiguos dominadores y del mundo, por fin a su alcance. Esta lucha a niveles diferentes renueva los símbolos, los mitos, las creencias y la emoción de un pueblo. En Argelia asistimos a la puesta en marcha del hombre. [...] *El colonialismo ha perdido definitivamente la partida en Argelia, mientras que los argelinos la han ganado en forma absoluta.* Este pueblo, perdido para la Historia, que encuentra una bandera y un gobierno, y que ha sido ya reconocido por muchos Estados, no puede retroceder ahora. Este pueblo analfabeto que escribe las páginas más bellas y más emotivas de la lucha por la libertad no puede retroceder ni callar.

sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, que não exigisse ser repensado aqui (Fanon, 1968, p. 29).

O autor ainda chama a atenção para o fato de que a agressividade do colono se volta contra a sociedade colonizada, pois não se direciona contra o colonizador. A “autodestruição coletiva bastante concreta nas lutas tribais – tal é, portanto, uma das vias por onde se libera a tensão muscular do colonizado” (Fanon, 1968, p. 41), pois Fanon (1968, p. 40) já afirmava, alhures, que “[a] tensão muscular do colonizado libera-se periodicamente em explosões sanguinárias”. Por outro lado, a violência do colonizador introjetada no colonizado torna-se contraviolência atingindo o colonizador, pois a *praxis* é causa de libertação do colonizado, engendrando um novo ser.

Fanon não nega a psiquiatria, ou as ciências *psi* de forma geral, e sim seu caráter colonizador, que não vê o Norte-africano em sua totalidade, além de desconsiderar sua singularidade, cujo método se baseia em transladação de métodos e teorias incongruentes à cultura do mulçumano do Magrebe. Também questiona as descontextualizações de uma ciência devotada à reprodução de um sistema que aprisiona e desumaniza (Costa & Mendes, 2020a).

Ao visitar a prática de Fanon como psiquiatra, se faz indispensável entendê-la a partir da realidade onde estava imerso. Era empregado do Estado francês no tempo que tratava de militares, militantes, torturadores e torturados; ao pedir demissão, rompeu com Estado e se radicou na Tunísia, já que sua segurança corria risco (Lippold, 2021).

Na Tunísia, consoante Lippold (2021), Fanon assume três funções importantes para a revolução argelina: médico psiquiatra, primeiro no hospital La Manouba e, depois, no hospital Geral Charles-Nicolle, enquanto seguia com suas pesquisas antimanicomiais, atendia combatentes argelinos feridos ou com transtornos mentais; embaixador argelino junto aos países magrebins e da África subsaariana, seu trabalho foi fundamental para o fortalecimento de parcerias pan-arabistas e pan-africanas; e, finalmente, colaborador do Jornal *El Moudjahid*.

Através do jornal, Fanon insere o leitor na conjuntura histórica, ou seja, da revolução argelina (Lippold, 2021). A seguir, descrevo alguns acontecimentos que foram cenário e laboratório para a construção da prática e do pensamento fanoniano.

Acompanhando a descrição de Lippold (2021), os acontecimentos da invasão e da ocupação francesa em 1830 revelam a “invenção de um povo” (Lippold, 2021, p. 39):

O projeto de nação ainda estava pouco claro. Parte da população não tinha o árabe por língua materna, a exemplo dos habitantes da Cabília que participavam ativamente na guerra. Além disso, a Argélia nunca tinha tido existência territorial, o que tornava a unidade cultural o único fundamento possível da nova nação. A cultura era encarada também como instrumento para provar que o país possuía história e civilização próprias, reunindo os principais atributos de uma nação,

segundo a própria definição francesa. A transformação da revolta em revolução se fundamentava na exaltação de diferença linguística, religiosa, cultural (Araujo, 2017, p. 413).

De acordo com Lippold (2021), o território da Argélia era do Império Turco e, depois de sua conquista, aconteceram várias insurgências. As diversas iniciativas de resistência tiveram por consequência um aumento expressivo no número de tropas francesas – segundo o autor, de 37 para 108 mil soldados, cuja tática privilegiava o genocídio.

Alguns anos depois, em 1865, se deu a anexação oficial da Argélia, subsumida ao colonialismo francês, que, como afirma o autor, passa a um processo de “(des)povoamento” (Lippold, 2021, p. 39), com expropriação violenta de terras para benefício dos colonos, “criação de um estado de exceção e inferiorização pelo racismo” (Lippold, 2021, p. 39).

Segue o autor expondo a “carnificina” (Poerner, 1966 citado por Lippold, 2021, p. 40) ocorrida em 8 de maio de 1945, na cidade de Sétif, com o intuito de silenciar o clamor dos argelinos por independência, levante malgrado com baixa de milhares de vidas: “Então, os argelinos saíram às ruas para comemorar o Dia da Vitória de 8 de maio de 1945. A demonstração a princípio pacífica foi interrompida pela intervenção inesperada do exército francês, auxiliado pelos soldados senegaleses.” (Poerner, 1966 citado por Lippold, 2021, p. 40).

A luta colonial acontece eivada de contradições. A formação de Fanon foi decisiva para sua jornada como médico-militante revolucionário, portanto, é necessário destacar elementos, na Martinica, que contribuíram para seu desenvolvimento intelectual e humano. Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, Fanon se alista em uma brigada antinazista do Exército Francês, lutando contra a invasão alemã, na África do Norte e na Europa; nesse momento, se deparou com a dura realidade de como eram vistos os franceses não brancos pelos franceses continentais, ou seja, como um preto, simplesmente. Promovido a cabo em 1945, retorna à Martinica como veterano condecorado. Engaja-se na campanha política de Aimé Césaire para prefeito do *Fort de France* pelo partido comunista e, a partir de então, sua relação com seu mestre Césaire e com a esquerda marxista marcaram sua forma de pensar os problemas sociais. Em 1947, começa a se preparar para sua vida acadêmica na França (Faustino, 2015).

Ortiz (2014) nos apresenta, de maneira sumária e realista, o engajamento de Fanon, as implicações dessa luta em sua profissão, bem como em sua vida pessoal, e seus desdobramentos:

Fanon completa seus estudos médicos em 1951. Após trabalhar durante alguns anos na clínica de Saint Alban La Losère, em 1953 parte para Blida (Argélia), onde dirige o hospital psiquiátrico local. A mudança irá transformar-lhe a vida. Na Argélia ele entra em contato com o movimento de libertação, engajando-se na luta revolucionária. Devido a sua posição política, é expulso de Blida em 1957.

Fanon parte então para a Tunísia, juntando-se aos militantes argelinos da Frente de Libertação Nacional. Ao lado do trabalho médico, desenvolvido no hospital psiquiátrico de Tunis, torna-se membro da equipe editorial de *El Moudjahid*, jornal que difunde as diretrizes políticas da FLN. (Ortiz, 2014, p. 434).

Completa o autor:

O processo de politização tem implicações substantivas para seu pensamento. Os escritos desse período refletem o clima da guerra anticolonialista e em parte, mas não inteiramente, afastam-se das premissas fenomenológicas anteriores. Fanon aproxima-se do marxismo, e uma nova problemática emerge em seus textos: a questão nacional. O tema integra o “espírito da época”, pois os anos 1950 caracterizam-se sobretudo pela descolonização dos povos africanos e asiáticos. Dien-Bienphu e Bandung são datas-símbolo do declínio do colonialismo tradicional. A guerra da Argélia insere-se dentro deste movimento mais amplo. O nacionalismo árabe não se circunscreve ao mundo argelino; outros países, como a Síria, a Tunísia, o Egito de Nasser, firmam-se como nações independentes diante das antigas metrópoles. Dentro deste quadro, a questão nacional adquire toda sua relevância (Ortiz, 2014, pp. 434-435).

A guerra da Argélia inaugura a formação de uma rede de intelectuais, da qual Fanon foi protagonista, nesse momento histórico em que eram fundados os alicerces de um processo de libertação nacional a unir as lutas da África e da Ásia contra a realidade cruenta do colonialismo (Lippold, 2021). Fanon, além de um ícone da revolução africana, colaborou na circulação de ideias a partir de uma “produção intelectual periférica”, também influenciou as lutas anticoloniais na América Latina, Caribe, bem como nos “guetos dos Estados Unidos” (Lippold, 2021, pp. 157-158). O jornal *El Moudjahid*, como órgão oficial de comunicação da FLN, era uma fonte privilegiada de reflexões sobre a conjuntura e de informações (Lippold, 2021).

Fanon foi um grande defensor da unidade africana, da superação da oposição Magreb e da África subsaariana. Assim, depois da independência a Argélia abrigou revolucionários africanos, latino-americanos, europeus, dentre outros, pois a guerra da Argélia se tornou um espaço de testagem onde a tortura, os esquadrões da morte e o desaparecimento de militantes foram técnicas utilizadas pelo colonialismo francês, ao mesmo tempo em que se tornou escola para estadunidenses e latino-americanos sobre o terrorismo de estado e a contrainsurgência (Lippold, 2021). Em contrapartida, em medida similar, é possível observar a propagação de ideias revolucionárias, dos métodos de estruturação da FLN, além do apoio aos exilados de ditaduras vindos da América do Sul e da Europa. Essas ações evidenciam a relevância da Argélia para entender o Brasil e a América Latina. (Lippold, 2021).

Situada a práxis fanoniana, passo ao exame da violência na especificidade do ambiente colonial e lembro três momentos destacados por Fanon em seus estudos, procurando entender algumas peculiaridades da violência que marcaram seu povo.

7.1 Violência na particularidade colonial

No tópico anterior, percorremos o cenário onde Fanon desenvolveu seus estudos sobre a violência, principalmente a partir da luta colonial, suas contradições e implicações na realidade onde estava imersa a vivência do autor; em decorrência disso, veremos, neste ponto, a violência na particularidade colonial. O propósito é compreender como a violência engendra a opressão. Essa opressão pode ser visualizada didaticamente em três momentos, contra um povo e, por consequência, contra o indivíduo. O indivíduo oprimido, por sua vez, pode usar de violência contra si e contra o opressor, no último caso, libertando-se de suas barreiras materiais e psicológicas. Utilizei a categorização baseada em Lima (2020) ao examinar o prefácio de Sartre à Fanon, para nomear esses momentos de violência, visto que exprime, com clareza, a proposta de Fanon.

Primeiro momento: “A violência instauradora da opressão” (Lima, 2020, p. 153) – a descolonização é a violência bruta, instauradora da opressão, pode ser descrita como “os últimos serão os primeiros” (Fanon, 1968, p. 27).

[E] se os últimos devem ser os primeiros isto só pode ocorrer em consequência de um combate decisivo e mortal, entre dois protagonistas. Esta vontade de: fazer chegar os últimos à cabeça da fila, de os fazer subir com cadência (demasiado rápida, dizem alguns) os famosos escalões que definem uma sociedade organizada, só pode triunfar se se lançam na balança todos os meios, inclusive: a violência (Fanon, 1968, p. 27).

No entanto, a descolonização é desejada, pois leva o propósito de uma mudança de ordem, porém, é também “um programa de desordem absoluta” (Fanon, 1968, p. 26). É o encontro sob a tutela da violência e duas forças antagônicas, a exploração do colonizado pelo colonizador, apoiado por “baionetas e canhões” (Fanon, 1968, p. 26). Para que o colonizado ocupe sua posição de liberto a via é pelo combate, assim, a violência que constitui a descolonização resulta em uma transformação do ser colonizado (Oliveira Filho, 2017). Inaugurando a violência dos oprimidos contra os opressores, o colonizado percebe as interdições do mundo que habita e que só pode reformulá-lo pela violência.

Na colônia o porta-voz do colonizado, do sistema opressivo, se manifesta nos corpos de segurança. É o soldado cuja linguagem é violenta, não ameniza a opressão, expõe com nudez e convicção a dominação e, como mediador, leva a violência ao cérebro e aos espaços do colonizado. São espaços ajoelhados, humilhados, desumanizados, vazios de comida, vestimentas, saúde, infraestrutura básica. A violência do contexto colonial não consegue esconder as desigualdades sociais e econômicas, onde os nativos são estrangeiros em sua própria terra (Fanon, 1968).

O mundo colonial é cindido e dicotômico, caracterizado pela fome e pela fartura, expressa-se pela divisão de raças; ainda, possui uma dinâmica que torna o colonizado um não ser, é descrito com uma linguagem zoológica, de forma animalesca, bem como sua forma de vida e seus modos (Oliveira Filho, 2017), o colonizador “quando quer descrever bem, encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário.” (Fanon, 1968, p. 31). O “branco e o negro representam [...] os dois pólos de um mundo, pólos em constante luta: uma verdadeira concepção maniqueísta do mundo; a palavra foi lançada, é preciso lembrar - branco ou negro, eis a questão.” (Fanon, 2020b, p. 60).

O valor mais concreto para o colonizado era a terra, mas foi nela que ele aprendeu que o colonizador poderia “impunemente prendê-lo, espancá-lo, matá-lo à fome; e nenhum professor de moral, nenhum cura, jamais veio receber as pancadas em seu lugar nem partilhar com êle o seu pão.” (Fanon, 1968, p. 33). A moral, para o colonizado, se traduz em calar a soberda do colonizador, extirpar-lhe a violência, expulsá-lo definitivamente do seu território. (Fanon, 1968). A crítica que Fanon faz ao processo de descolonização é sobre a impossibilidade de unificar esses mundos, colonizado e colonizador, e criar uma nação heterogênea (Oliveira Filho, 2017).

O autor denuncia o intelectual colonizado consumidor dos valores da supremacia branca, do modo de vida e pensamento dos colonizadores, deles dependentes, míopes à violência do colonialismo. Para Fanon, o colonizador é o inimigo (Oliveira Filho, 2017).

O intelectual colonizado assiste, numa espécie de auto-de-fé, a destruição de todos os seus ídolos; o egoísmo, a recriminação orgulhosa, à imbecilidade infantil de quem quer ter sempre a última palavra. Esse intelectual colonizado, atomizado pela cultura colonialista, descobrirá igualmente a consistência das assembleias de aldeias, a densidade das comissões do povo, a extraordinária fecundidade das reuniões de quarteirão e de célula. O interesse de cada um não cessa mais de ser doravante o interesse de todos. (Fanon, 1968, p. 35).

A história não conta a culpa e a inferiorização do colonizado, porque escrita pelo colonizador; não é a história dos saques sofridos, da exploração, do povo faminto, elementos que conclamam o povo a tomar parte na luta pela libertação. Depende, ademais, de o colonizado colocar um fim à história de colonização, à pilhagem, e crie sua própria história da descolonização (Fanon, 1968; Oliveira Filho, 2017).

Segundo momento: “A violência do oprimido contra si mesmo” (Lima, 2020, p. 153) – Fanon, adverte que a irritação dos colonizados, quando desorganizados, é canalizada para a dança, a possessão, as práticas religiosas e para a violência dos oprimidos entre si. “A autodestruição coletiva bastante concreta nas lutas tribais – tal é portanto uma das vias por onde se libera a tensão muscular do colonizado” (Fanon, 1968, p. 41).

Na obra *Os condenados da terra*, o autor conclama os militantes a refletirem, e os intelectuais e a classe política a reverem suas estratégias organizativas, pois a luta no mundo colonial é atravessada pela consciência nacional. Defende o poder ao campesinato, aos nativos e aos famélicos. “Nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder e tem tudo a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa. Para ele, não há compromisso, não há possibilidade de arranjo.” (Fanon, 1968, p. 46). Essa afirmação contraria a teoria marxista ortodoxa, legando ao lumpemproletariado o protagonismo necessário para uma descolonização libertadora, constringendo o colonialismo através de uma violência superior à violência por ele imposta; conclama, logo, ao triunfo sobre a preleção colonialista e à burguesia nacional, com seu discurso sobre a não violência (Oliveira Filho, 2017).

Ademais, as colônias, no período de desenvolvimento do capitalismo, eram fonte de matéria-primas para manufaturas europeias, que, posteriormente, se transformaram em mercado, a população colonial em consumidores, assim, se o comércio declina, os produtos não podem ser exportados. Diante disso, um domínio escravista cego não seria rentável e o genocídio tornava-se um punhal cravado no bolso dos banqueiros e industriais da metrópole. Dessa forma, o colonizado não foi abandonado ao opressor (Fanon, 1968). “Existe, portanto, uma cumplicidade objetiva do capitalismo com as forças violentas que explodem no território colonial. [...] Mas há sobretudo a competição, a guerra sem quartel que travam os grupos financeiros.” (Fanon, 1968, p. 50). As “deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão forma os principais meios empregados pelo capitalismo para aumentar suas reservas de ouro e diamante, suas riquezas, e para firmar seu poderio.” (Fanon, 1968, p. 80).

Terceiro momento: “A violência do oprimido contra o opressor” (Lima, 2020, p. 153) – Jean-Paul Sartre “atribui a Fanon o título de ‘teórico da violência revolucionária’” (Lima, 2020, p. 153). A violência do regime colonial e a contraviolência do colonizado se equilibram e correspondem, reciprocamente, mesmo que haja discrepâncias no resultado. A “contraviolência” (Fanon, 1968, p. 70)⁵¹ é uma violência revolucionária, que destrói e cria o novo (Lima, 2020). Essa violência expressa resistência e reconciliação do colonizado consigo, pois nela encontra sua humanidade, buscando a humanização não só de si, mas também do

⁵¹ “A verdade que os europeus esqueceram é que só uma atitude (contra)violenta consegue curar as feridas deixadas pela violência (colonial). Todavia, é preciso notar com calma o que isto quer dizer. Sartre não está aqui fazendo uma apologia injustificada e acrítica da violência, [prefácio ao livro *Condenados da Terra*]. O caráter instrumental da violência permanece sem um valor moral predeterminado. Exatamente por isso, é preciso que a violência dos oprimidos só exista para se pôr contra aquela violência originária que possibilitou existir a contraviolência. Ela é o instrumento para instaurar a vacância da opressão visando não outra opressão, e sim a liberdade plena como nova regra.” (Lima, 2020, p. 137).

opressor (Fanon, 1968). De acordo com o autor, a violência libertadora implode o alicerce colonial e as amarras psicológicas do colonizado, pois o colonizado se faz como ser no/pelo processo de luta em prol de sua libertação” (Fanon, 1968).

Os oprimidos, os condenados da terra (título que é uma alusão ao início do hino “A Internacional”, em francês⁵²), entendem que “é a violência do colonizado confrontando o colonizador que libertará os países africanos: a práxis violenta é à base da consciência nacional – de causa comum, de destino nacional, de história coletiva” (Oliveira Filho, 2017, p. 832). Dessa forma, o colonizado, ao conhecer sua realidade, pode transformá-la na matéria-prima de sua práxis libertária, no exercício da violência em seu projeto de libertação, na violência dos oprimidos contra os opressores. “A colonização ou a descolonização – trata-se simplesmente de uma relação de forças” (Fanon, 1968, p. 46). Entre oprimidos e opressores a resolução é pela força; é por ela a possibilidade de efetuar a libertação das massas. A violência pode constituir-se, então, em método de libertação da opressão colonial, pois “o homem colonizado liberta-se na e pela violência” (Fanon, 1968, p. 66).

Neste tópico, examinamos a violência na particularidade colonial, que marca três momentos: a instauração da opressão, a violência entre os oprimidos e a violência dos oprimidos contra os opressores (Lima, 2020). Diante disso, Fanon (1968) adverte que a violência emanada da colonização constitui tanto o colonizador quanto o colonizado. “O mundo colonizado [...] é um mundo maniqueísta, em que o colono faz do colonizado um subproduto humano”⁵³ (Martín-Baró, 1990a, p. 378). No ponto subsequente, é possível visualizar esse “subproduto humano” moldado pelo sofrimento, a violência e a guerra.

7.2 Manifestações da violência: doenças produzidas pela opressão

A “doença mental” oportuniza um ambiente propício para violência dentro da realidade colonizadora que gera o isolamento, a quebra dos vínculos e da convivência social dos sujeitos arrancados de sua conjuntura social. Esse contexto, apresentado em uma situação de guerra, oferece um desafio à resiliência, à loucura, e, como argumenta Fanon (1968), o sistema colonial é uma fonte profícua de clientes para os hospitais psiquiátricos, em vista das doenças produzidas pela opressão.

⁵² “Demonstra a intenção do autor em retomar a teoria marxista a partir da realidade colonial e sua divisão entre raças.” (Oliveira Filho, 2017, p. 830).

⁵³ Tradução livre de “el mundo colonizado es [...] un mundo maniqueo, en el que el colono hace del colonizado un subproducto humano”.

Neste item, refletiremos sobre o sofrimento psíquico, consequência da guerra e da violência que a constitui, bem como da descontextualização de tratamentos importados, desconsiderando a cultura e o ser humano nela inserido.

Dito isso, a forma e a perspectiva do cuidado, de acordo com Costa e Mendes (2020a, p. 72, grifos nossos), precisam ser libertadores e evocam “a **terapêutica desse mundo**, cujo sentido e horizonte nos são fornecidos pela própria práxis revolucionária de Fanon”.

A GUERRA colonial da Argélia não teve como consequência apenas multiplicar as perturbações mentais e favorecer o aparecimento de fenômenos mórbidos específicos. Afora a patologia da tortura, a patologia do torturado e a do verdugo, abunda na Argélia uma patologia de atmosfera, aquela que comumente faz com que os médicos digam em face de um doente que não conseguem compreender: “Tudo isto só terminará quando findar esta maldita guerra” (Fanon, 1968, p. 249).

Apesar de não haver influenciado a obra de Martín-Baró, o estudo sobre o sofrimento psíquico do povo argelino em consequência da guerra de libertação nacional é de grande importância para este estudo, visto que, descortina a partir das reflexões de Fanon as determinações e implicações da violência na saúde mental, em uma sociedade periférica. De acordo com Fanon (1968), mesmo na época em que a colonização foi admitida sem resistência pela população, já se via, nos hospitais psiquiátricos, um número importante de patologias mentais produzidas pela opressão. Lembra o autor que, o sistema colonial foi o provedor por excelência de pacientes para os hospitais psiquiátricos da Argélia. Por esse motivo, a cura do paciente em sofrimento mental era desafiadora no contexto social vivido pelo povo argelino. A violência do confronto entre o colonizado e o sistema colonial negava qualquer atributo de humanidade a esse povo dominado, que, ao lado da natureza hostil, servia de pano de fundo para colonização francesa (Fanon, 1968).

De toda sorte, Fanon (1968) nos lembra que a guerra de libertação nacional se tornou, também, uma fonte profícua de transtornos mentais. O autor, a partir de três fatores – (1) **a guerra como acontecimento desencadeador particular**, (2) **a tortura como desarticulação da personalidade do torturado**, e (3) **as causas difusas** –, relata alguns desses transtornos transcorridos numa atmosfera cruenta e desumana.

A partir do fator (1), tomamos contato com o caso de um sobrevivente de uma liquidação coletiva. Relata Fanon (1968) que um homem alheio ao engajamento político teve seu *aduar* completamente devastado por oficiais franceses. Vinte e nove homens foram alvejados à queima-roupa, dentre eles esse indivíduo, que sobreviveu ao acontecimento. O massacre desencadeou perturbações psíquicas de desejo de matar a todos ao seu redor, pois, em sua percepção, todas as pessoas queriam matá-lo. Depois de um mês de tratamento, o comportamento desordenado, arrogante e hostil foi desaparecendo e deu lugar a uma tendência

ao isolamento. Com a continuidade do tratamento, relata o autor que o paciente demonstrou interesse por aprender um ofício, assim sendo, foi confiado ao serviço social da Força Libertadora Nacional.

No que diz respeito ao fator (2), Fanon (1968) apresenta dois casos. Inicialmente, relata que os interrogatórios eram feitos com bordoadas, socos, porretadas, o indivíduo era pendurado pelos pulsos ou afogado em uma banheira ou, ainda, levavam eletrochoques para se obter uma informação que se acreditava estar na posse do sujeito.

No primeiro caso, descreve que chegou ao seu consultório um policial europeu deprimido por causa dos gritos insuportáveis das pessoas que interrogava. O oficial passou a ouvir esses gritos até mesmo no ambiente doméstico, principalmente dos que morreram por ocasião dos interrogatórios. Guiado pelo acaso, o policial encontrou um argelino por ele interrogado que também estava sendo tratado no hospital, e a reação do enfermo que fora torturado foi a tentativa de suicídio, pois temia que o oficial o levasse para novo interrogatório. Fanon (1968) comenta, então, da quase impossibilidade de dissuadi-lo dessa impressão.

No segundo relato, conta que um inspetor europeu torturou a mulher e os filhos. Na entrevista dele com Fanon (1968), afirma que torturava os interrogados horas a fio, que a questão principal estava no discernimento entre a hora de ceder e a hora de intensificar o interrogatório para extrair a informação. Também alegava que fazer o interrogado falar se tratava de uma questão de sucesso pessoal, de uma competição entre os policiais, e, em sua postura de algoz, dizia que o que não se podia fazer era retirar a esperança do interrogado de sobreviver ao interrogatório. Diante de sua brutalidade nas salas de interrogatório, se viu acometido de várias perturbações causadas pela sua atividade, contudo, o resultado pretendido com o tratamento terapêutico era continuar a torturar, mas sem remorsos ou desordens psíquicas. Assim, o autor destaca que a tortura preventiva que danificara as consciências tornara-se repressão preventiva (Fanon, 1968), sem o aspecto pessoal, despersonalizado e instrumental, com o único escopo de extrair informações.

Passo agora ao fator (3). Nesse bloco de transtornos psíquicos, Fanon (1968) pergunta a dois adolescentes a causa do assassinato de um colega de ambos. Eles afirmam tê-lo matado por ser europeu e questionam o autor se ele já havia visto algum europeu preso em uma cadeia depois de matar um argelino. Outro caso narrado foi o de um rapaz totalmente dedicado ao seu trabalho técnico, mecanógrafo, que se vê questionado por não se engajar na luta de libertação nacional e se acusa de traidor e covarde. Certa feita, ao ver argelinos detidos, tratados de forma animalesca, ataca um soldado e pega sua metralhadora, confessando ser argelino. Dominado,

recebeu algumas bordoadas e foi liberado. O resultado dessa experiência lhe deu a convicção de não ser um covarde ou um traidor (Fanon, 1968).

Continuando sua análise das causas difusas (3), Fanon (1968) cita psicoses puerperais entre refugiadas, cujas perturbações mentais acontecem com mulheres por ocasião de sua maternidade, sendo observadas perseguições, fúrias, depressões paralisantes, tentativas de suicídio, delírios, agressividades, sintomas relacionados aos seus filhos, que se encontravam em gestação ou recém-nascidos. O autor ainda noticia as perturbações do comportamento de jovens menores de 10 anos, filhos de combatentes ou civis que foram mortos pelos franceses, extremamente apegados às imagens parentais, que sofriam de fobia a ruídos e não conseguiam lidar com as repreensões. Ainda, eram acometidos de insônias, sonambulismos e tendências ao sadismo (Fanon, 1968).

Fanon (1968) ressalta, ao tempo da luta pela liberdade do povo, ser preciso re-ensinar a esse povo a dimensão humana, pois o período de opressão é doloroso, mas o oprimido precisa ser reabilitado, reintegrado; se um combate vitorioso consagra direitos, precisa igualmente entregar ao povo “coerência e homogeneidade” (Fanon, 1968, p. 254), visto que o colonialismo despersonaliza o colonizado. Essa despersonalização invadiu a ciência, inferiorizando o argelino (Fanon, 1968).

Havia, à época do autor, a afirmação corrente de que o argelino é um criminoso nato e essa noção estava impressa na consciência do próprio povo, que se definia como seres “irascíveis, arruaceiros, malvados, ladrões, mentirosos, indolentes” (Fanon, 1968, p. 262). As bases da argumentação científica estavam postas sobre a afirmação da criminalidade norte-africana, tais como a tendência ao assassinio, à brutalidade, ao sanguinarismo, todos fundamentados em causas banais (Fanon, 1968). Afirmou-se, assim, a violência do norte-africano e a hereditariedade dessa violência. O autor explica que a justificativa era biológica e, por características primitivas, supostamente não houve um desenvolvimento do psiquismo intelectual. Daí se afirmar que o “argelino não tem córtex, [...] como nos vertebrados inferiores a predominância é diencefálica” (Fanon, 1968, p. 260). Assim vemos a ciência colonialista, com suas fórmulas científicas inusitadas, verdadeiras excrescências para reduzir o norte-africano a uma condição de não humano (Costa & Mendes, 2020a).

O colonizador infringe uma domesticação ao norte-africano, na qual “disciplinar, adestrar, dominar e pacificar” (Fanon, 1968, pp. 261-262) são as ações mais utilizadas pelos colonialistas. Consoante o autor, o contexto colonial reinterpreta a criminalidade, ela “não é consequência do caráter congênito do argelino nem da organização do seu sistema nervoso” (Fanon, 1968, p. 264); é, sim, resultado da circunstância colonial. As ideias afirmadas pelo

colonialismo, contudo, influenciavam tanto europeus quanto argelinos, e estes últimos, à flor da pele, se voltavam contra o seu compatriota, contra o seu semelhante, pois o comerciante, o cobrador de impostos, a criança irrequieta, são o seu inimigo, posto que a existência se tornara uma expressão insólita “viver é não morrer” (Fanon, 1968, p. 265).

Isto posto, passo à análise das manifestações da violência em ambientes institucionais, investigando o tema a partir da relação violência-sofrimento psíquico. No intuito de desvelar a díade, Fanon (2020a) nos apresenta uma rica análise das sutilezas e dos atravessamentos da violência no dia a dia de um hospital psiquiátrico. Com o objetivo de reavivar sentimentos de sociabilidade, além de construir uma vida social mais rica e dinâmica para os residentes do hospital psiquiátrico de Blida-Joinville, Fanon e seu companheiro de profissão, Azoulay, criaram uma agenda de eventos dentro da instituição que incluía festas, cinema, jogos, teatro, ateliês e um jornal, contando com a participação dos pacientes e do corpo clínico. Esclarece o autor que os pacientes estavam divididos em dois grupos, de mulheres europeias e de homens muçulmanos. Vale destacar, nesse último grupo, a necessidade de um intérprete, visto que a equipe médica não falava o idioma dos pacientes. Saliento a díade violência-sofrimento psíquico dos pacientes muçulmanos, pois, como afirma o autor, “o psiquiatra faz seu diagnóstico por meio da linguagem” e, ainda, “o intérprete vicia decisivamente a relação entre paciente e médico psicoterapeuta” (Fanon, 2020a, p. 188).

Essa experiência narrada por Fanon e Azoulay tem dois resultados distintos ao final de três meses, um grande sucesso na ala feminina, com o engajamento das pacientes nos eventos sociais propostos, enquanto na ala de homens muçulmanos verificou-se um completo fracasso, com um engajamento cada vez menor, ao passar do tempo, tanto dos pacientes quanto do corpo de enfermagem muçumana (Fanon, 2020a). Ressalto, de acordo com o autor, que na ala masculina havia temor e grande desconfiança dos enfermeiros em relação aos pacientes, bem similar aos dias de hoje no Brasil. O autor exemplifica que, para serem barbeados, precisavam estar amarrados e a reincidência em prática de delitos levava ao enclausuramento (Fanon, 2020a). Era evidente a hostilidade no corpo clínico com a ala muçumana, enquanto na ala das mulheres europeias eram frequentes o jornal, os saraus, os teatros, os jogos, e a adesão aos eventos havia criado um clima terapêutico (Fanon, 2020a).

Por outro lado, na ala masculina muçumana, apesar de inúmeras tentativas não foi possível nenhum tipo de engajamento e, diante disso, foi realizada uma iniciativa de investigação das causas do fracasso (Fanon, 2020a).

Os terapeutas perceberam que estavam tentando enquadrar elementos de uma sociedade ocidental em uma sociedade muçulmana, e tal contexto facilitou ou propiciou o

desenvolvimento de elementos de uma violência institucional. Fanon (2020a), relata perceber a negligência aos contextos geográficos, históricos, culturais e sociais desses homens. Em sua análise e de Azoulay daquela sociabilidade específica, detectam dois pontos de grande relevância: primeiro, no caso da ala feminina, estavam respeitados aspectos históricos, culturais e sociais daquelas mulheres europeias e, por outro, não foi feito esforço algum para compreender a cultura muçulmana e, em consequência disso, essa cultura desapareceu em benefício da cultura colonizadora.

Como reação, entenderam ser necessária uma postura revolucionária diante dessa ala de pacientes muçulmanos (Fanon, 2020a); o segundo ponto é a constatação da perpetuação de uma política ideológica dos antecessores de Fanon no hospital psiquiátrico, elemento que foi estruturante da institucionalidade da violência na instituição. Preocupados com o aspecto biológico, os antecessores perpetuaram os interesses da classe dominante francesa. Dessa forma, os autores se viram compelidos a mudar de perspectiva, pois estavam determinados a compreender a sociabilidade norte-africana como uma totalidade, onde seria necessário migrar do biológico para o social, da existência natural para a cultural (Fanon, 2020a).

Os aspectos biológico, psicológico e sociológico, que estavam fraturados, precisavam ser entendidos a partir da totalidade norte-africana e, a partir desse entendimento, Fanon e Azoulay concluíram que uma socioterapia só teria sucesso se levadas em conta as formas de sociabilidade dos pacientes (Fanon, 2020a). A título de visualizar alguns elementos basilares da sociedade mulçumana da época de Fanon, saliento os seguintes elementos levantados pelo autor e por Azoulay: era uma sociedade teocrática, regida por uma filosofia, moral, ciência e legislação subsumidas ao espírito teocrático, influenciadas pelos costumes berberes⁵⁴, ou seja, uma sociedade dirigida pelo pai de família ou, na falta deste, pelo mais velho, pelo ancião, irmão ou tio, formando, assim, um clã. As decisões dessa comunidade, inclusive, eram tomadas por um conselho.

No resgate histórico da população mulçumana do hospital de Blida-Joinville, o autor se deparou com uma realidade anterior à conquista francesa, onde a propriedade era coletiva, a noção de riqueza estava atrelada à terra arável e útil, os donos dos meios de produção eram aqueles que possuíam um arado ou uma carroça. A colonização, no entanto, transformou a propriedade rural e a redistribuiu para proprietários privados, ou seja, os antigos donos da propriedade coletiva foram empobrecidos, tornados miseráveis, cujo vínculo social com a

⁵⁴ Grupo étnico nômade de origem camita que habitava o Norte da África desde a pré-história, vivendo hoje, principalmente, nas regiões montanhosas (Atlas e Rif, em Marrocos, Cabílias e Aurès, na Argélia) e em parte do grande deserto (Dicionário Oxford).

propriedade coletiva e tribal foi cindido, desempregados, meeiros, empregados rurais, trabalhando por um valor irrisório que não lhes permitia a sobrevivência (Fanon, 2020a).

Outra consequência da desagregação do grupo muçumano na África do norte é a desarticulação do nomadismo, pois a colonização francesa, de acordo com Fanon (2020a), acarretou dois efeitos nefastos: a sedentarização e a venda da força de trabalho. A decadência do nomadismo desembocará no empobrecimento e no favelamento desses grupos destribilizados. Esse cenário compunha a biografia dos integrantes da ala de homens muçulmanos.

Havia outras razões para o fracasso da socioterapia na ala masculina, consoante o autor, como a falta de comunicação, de troca entre paciente e médico, o desconhecimento dos elementos afetivos e culturais daquela sociabilidade (Fanon, 2020a). Ele exemplifica algumas situações, a saber: a festa, para o muçumano, acontece dentro do ambiente familiar e religioso; a música não é cantada em grupo; o teatro não concebe a representação, a encenação pública; os jogos, o muçulmano não os pratica, o menino ajuda no pastoreio e nas pequenas tarefas; os filmes não eram capazes de gerar nenhum tipo de envolvimento emocional; os trabalhos manuais eram inconcebíveis, já que eram um trabalho específico de mulheres; por fim, havia o jornal, em um contexto em que a grande maioria era de analfabetos e a cultura do país era oral, tendo em vista o analfabetismo. Diante disso, Fanon e Azoulay perceberam que todos os eventos propostos para diversão, distração e engajamento social dentro da ala masculina muçumana estavam fadados ao insucesso e era imperativo propor atividades realmente terapêuticas, respeitando a cultura dessa sociabilidade específica.

Fanon (2020b) estava preocupado e ocupado em dar sentido aos tratamentos de seus pacientes, e, além disso, em transformar o olhar da família e da comunidade a que o paciente pertencia, dando sentido à própria existência desse conjunto imbricado de relações. “Vim ao mundo preocupado em suscitar um sentido nas coisas” (Fanon, 2020b, p. 125). Por outro lado, Fanon (2020a) perseguiu incansavelmente a apreensão da cultura viva presente em seus pacientes, e, a partir dela, o sentido por trás da “doença mental”. Com tal escopo, se delongou em analisar e conhecer a população muçulmana magrebina, localizada na região noroeste da África. Tal região é dividida em *douars*, uma unidade geográfica e humana a partir da qual o indivíduo sente sua existência vinculada à vida. Com a decadência do nomadismo e, à época, a crescente sedentarização, a relevância do *douar* foi amplificada, por ser um espaço onde os dois mundos – muçulmano-magrebino, urbano e rural – se identificavam pela cultura e pela crença. Fanon (2020a, p. 200) afirma que a “solidariedade é uma amálgama social” nessas comunidades, visto serem reais e vivas. Em decorrência disto, atenta para o estranhamento do

camponês magrebino que vive uma tradição secular, popular, transmitida oralmente à cultura ocidental que lhe é imposta.

O *douar* oferece uma experiência, um patrimônio, um arcabouço de certezas e um sistema de referências e linguagem que vinculam definitivamente o habitante magrebino. As adversidades do sujeito são, portanto, as adversidades do *douar*, o indivíduo não está isolado, todos os que convivem com ele são afetados da mesma forma, sua desgraça ou sua sorte está ligada à universalidade grupal (Fanon, 2020a).

Em contraponto, Fanon (2020a) revela as consequências da cisão desse amálgama social. Ela se torna parteira de um ser, um indivíduo isolado dos demais, expurgado da convivência com seus pares, ineditamente sem vínculos. Essa cisão é a “doença mental”. “Ele cava para si mesmo uma vala profunda, que separa o homem do mundo, deixando-o impotente e sozinho com um mal que é rigorosamente seu.” (Fanon, 2020a, p. 205). Em vista disso, esse sujeito agora recorrerá a seres privilegiados, como as mulheres que conhecem os segredos dos gênios, ou os *iqqachs* que conhecem as letras sagradas, ou os marabutos que invocam os Santos, ou ainda os feiticeiros, lhes requerendo a cura de seu mal, que na crença do magrebino muçulmano, enfermo ou não, foi causada por um ou mais gênios (Fanon 2020a), “entidades externas sacralizadas” (Costa & Mendes, 2020b, p. 71).

A partir dessa análise, Fanon critica a ciência e as profissões que se relacionam com a loucura, onde o doente é compreendido e visto a partir dela, a loucura, “o ser em sua totalidade e complexidade é transformado em apenas **louco**, reduzido a essa categoria, tornado estático: um parêntese de sua doença.” (Costa & Mendes, 2020b, p. 71, grifos do autor). Por outro lado, para o mulçumano magrebino, “o doente mental é absolutamente alienado, não tem responsabilidade por seus transtornos; somente os gênios detêm total responsabilidade por eles. O enfermo é uma vítima inocente do gênio” (Fanon, 2020a, p. 247). Dessa forma, é preciso respeitar o ser que protesta através da loucura, pois é uma pessoa que precisa de amparo e, a exemplo dos magrebinos, devemos vê-la em sua completude e complexidade, apesar da presença da doença (Costa & Mendes, 2020b).

Na crítica que Fanon (2020a) dirige à psiquiatria como um pilar da estrutura colonial, assistimos, em seus relatos, a um verdadeiro descaso pelo sofrimento psíquico do povo argelino, seja pela superlotação das instituições responsáveis pelo serviço de psiquiatria, seja pela burocracia na admissão do doente mental, acarretando esperas intermináveis, com consequências bastante nocivas ao enfermo e aos seus familiares. Muitos desses doentes, à época, eram mantidos encarcerados em prisões para delinquentes e criminosos até a abertura de uma vaga no hospital. Apesar da demanda por internação, o autor adverte que,

[...] a internação clássica limita consideravelmente o campo de ação do paciente e lhe interdita qualquer compensação e qualquer deslocamento, restringindo-o ao espaço fechado do hospital e condenando-o a exercer sua liberdade no mundo real dos fantasmas. Não surpreende, portanto, que o paciente só se sinta livre em sua oposição ao médico que o mantém preso. (Fanon, 2020a, pp. 87-88).

A alienação mental entrega um contexto propício para a violência e a desumanização, onde a realidade colonizadora empresta ao não humano sua cisão, um meio patológico e sujeitador que compele o indivíduo a viver destituído de sua condição social; assim, é possível compreender a loucura como sintoma de uma sociedade que pode ser a verdadeira enferma (Costa & Mendes, 2020b).

Fanon (2020a, p. 85) argumenta que a assistência psiquiátrica foi pensada como proteção: “proteção da sociedade contra o doente por meio da internação; proteção do alienado contra ele próprio por meio do manicômio”. Tal isolamento social carrega, em seu bojo, uma violência descaracterizada do aspecto pessoal, tratando-se de um benefício para o conjunto da sociedade, pois o normal valida o louco, que, em sua loucura, procura uma saída, ergue um “clamor por liberdade” (Fanon, 2020a, p. 19).

Fanon (2020a), ao defender o conceito de internação diurna como um reforço momentâneo terapêutico, alerta que a internação clássica significa uma entrega do paciente ao médico, indicando que é uma batalha desigual e, portanto, que aquele depõe as suas armas, pois a ele resta a tutela e a proteção oferecidas pelo corpo clínico. Nesse momento, segundo o autor, inicia-se uma “dialética do senhor e do escravo, do prisioneiro e do algoz” (Fanon, 2020a, p. 87), e, com isso, o doente mental se vê paralisado coercitivamente ao ambiente manicomial. A alienação mental é uma constatação e uma contestação de um ser que foi despido de sua humanidade, que sofre porque não aceita essa condição e resiste pela via da resignação (Costa & Mendes, 2020b). Em contrapartida, o autor adverte que a sociedade concreta é o ambiente socioterapêutico e, nele, o enfermo pode viver sua enfermidade e verdade, se permite reagir e se expor a partir de sua condição própria (Fanon, 2020a). Diante dessas reflexões, Fanon (2020a, p. 87) desfere um xeque-mate à sociedade: “a doença mental [...] apresenta-se como uma verdadeira patologia da liberdade”.

Fanon (2020a) travou uma árdua batalha contra o evolucionismo social, evidentemente de fundo ideológico, a serviço dos interesses de uma elite científica europeia, dedicada aos interesses das classes dominantes centrais, que alçou o colonizado, o norte-africano, o não europeu à categoria de incivilizado, reificando sua não humanidade (Costa & Mendes, 2020b). São deveras bizarras as conclusões da comunidade científica da época de Fanon sobre lobotomia e leucotomia “chamadas de psicocirurgias, eram intervenções que consistiam em

desligar os lobos frontais direito e esquerdo de todo o encéfalo, visando modificar comportamentos ou curar doenças mentais” (Masiero, 2003).

De acordo com os autores franceses,

[a] lobotomia, [...] permitiu [...] compreender melhor o africano, pois, [...] “a semelhança entre o paciente europeu leucotomizado e o primitivo africano é muito amiúde plena.” “O africano, com sua total falta de aptidão para a síntese, deve, conseqüentemente, utilizar muito pouco os seus lobos frontais, e todas as particularidades da psiquiatria africana podem estar relacionadas a essa indolência frontal.” (Fanon, 2020a, p. 235).

Uma sociedade configurada pela opressão colonial, emblematicamente caracterizada pela normalização do anormal, não pode se assombrar com comportamentos incongruentes, insensatos ou antagônicos aos importados de seus dominadores, por isso Fanon reclama a necessidade de entender a patologia a partir do contexto sociocultural (Costa & Mendes, 2020b).

Logo, Fanon (2020a) se dedicou a entender a sociedade magrebina e como ela se comporta em relação aos seus membros acometidos por uma doença mental. Ele inicia seu raciocínio refletindo sobre a atitude do ocidental frente à loucura, para quem ela é fator de alienação, e é impossível compreender o doente desconsiderando a doença. Para o autor, apesar da formulação ocidental de que a loucura aliena, o enfermo requer clemência e às vezes manipula se utilizando de sua condição de doente mental. Ademais, é em parte responsável por seus atos e, se agressivo, emerge uma ambigüidade em que se evidencia tanto a intenção de prejudicar como também a de dominar e punir; assim sendo, é um ser geralmente isolado, cuja iniciativa se resume em alimento e leito (Fanon, 2020a).

A coletividade ocidental parece se apropriar da ideia de que o louco é um parasita social, depositário de uma obrigação moral de submissão e, conforme o autor, essa mentalidade se imiscui, ainda, no corpo clínico, que reproduz uma atitude vingativa a doentes com o comportamento ofensivo e, de igual maneira, a família que não reconhece o direito do doente mental de se portar de forma rara (Fanon, 2020a). “Espera-se do **louco** que se porte como **não-louco**” (Costa & Mendes, 2020b, p. 71, grifos do autor).

Em contrapartida, Fanon (2020a) nos lembra que, no mundo magrebino, o doente mental é entendido como um alienado, que não tem responsabilidade por seus atos. A responsabilidade é dos gênios que o possuem, seu comportamento grosseiro ou agressivo não é sua culpa, a família jamais lança acusações, a sociedade adota uma atitude acolhedora, não temerosa diante do doente mental, ele não é excluído do grupo, pode até ser contido, mas jamais excluído: a contenção é simplesmente para a segurança do enfermo ou do grupo (Fanon, 2020a).

Como relata o autor, usufrui da estima e consideração social e, se alcança a cura, retoma seu lugar na sociedade com toda a confiança (Fanon, 2020a).

O Magrebe, consoante o autor, brinda com uma assistência mental rudimentar, que, em termos humanos, está impregnada de uma ideia universal que preserva a imagem do homem normal, apesar da enfermidade que carrega. Enfim, a prioridade é o respeito à pessoa, o doente mental é protegido, alimentado, mantido, porque não é a loucura que clama pelo respeito das pessoas, é a pessoa, o doente possuído pela moléstia reclama esse respeito e essa assistência (Fanon, 2020a). No Magrebe não existe veneração ao louco ou à loucura, mas sim à pessoa que padece da loucura (Costa & Mendes, 2020b).

Atento e interessado em considerar os elementos culturais no tratamento do povo do Magrebe, Fanon (2020a) dedicou um estudo bastante elucidativo sobre a importância de levar em consideração a cultura do paciente, às suas crenças, à sua forma de ver e entender o mundo em que está inserido. A crítica à razão e à ciência não significa negação, mas um esforço de expansão de seu caráter político e universal (Costa & Mendes, 2020b). No contraste da ciência com a postura do magrebino mulçumano, e na crítica ao tratamento do doente mental, o autor discorre sobre sua experiência de aplicação do teste de apercepção temática (TAT), um teste projetivo de personalidade a que foram submetidos pacientes muçulmanas e europeias, no serviço clínico aberto do hospital psiquiátrico de Blida.

O objetivo de Fanon (2020a) era entender como a mulher muçulmana reagiria ao TAT, como vivenciaria esse teste, como o compreenderia. Quanto à mulher europeia, a percepção era total e muito satisfatória: seu envolvimento com as lâminas que mostravam imagens ambíguas, representando situações sociais, acontecia no instante em que se iniciava o teste (Fanon, 2020a). No entanto, o autor percebeu que, para a mulher muçulmana, havia um trabalhoso esforço de decifração e análise das figuras, as pacientes se esforçavam para encontrar pontos, imagens conhecidas e, como não os encontravam, as respostas eram pobres e desarticuladas, havendo apenas uma enumeração de elementos sem nenhuma conexão. Não existia uma narrativa, contudo, um dos propósitos do teste era a criação de uma história a partir do imagético e do imaginário das muçulmanas (Fanon, 2020a). Não obstante, apontavam elementos nas lâminas, mas não conseguiam associar nenhum acontecimento a partir das ditas lâminas e, de acordo com o autor, ao serem solicitadas a descreverem a vivência de cenas elaboradas por técnicos ocidentais, estranhas à sua realidade, o resultado era uma total falta de identificação, portanto, as respostas eram inadequadas e a percepção desarticulada (Fanon, 2020a).

Diante disso, o autor entendeu que o método estava errado. Vale ressaltar a sua coragem admirável de ensinar a partir dos seus próprios erros, de criticar seus métodos e uma audácia de

revê-los sem nenhum constrangimento, apesar de sua exposição profissional e humana. Assim, ao questionar o fracasso do teste projetivo, cujo objetivo era estimular a criatividade literária das pacientes muçulmanas, o autor se deparou, também, com o fato de a questão religiosa ser muito arraigada nessa população. Na instrução do teste se pergunta: o que aconteceu? Ou, o que acontecerá? Tais perguntas, consoante o autor, são inconcebíveis para a população muçulmana, pois se trata de apropriar-se de uma qualidade divina, considerando-se que apenas Deus sabe o que vai acontecer.

Perante esse paradoxo, Fanon (2020a) percebeu a necessidade de atualizar o teste e apresentou uma lâmina em branco. Nesse ponto conseguiu excelentes resultados em vista da possibilidade de se elaborar uma existência imaginária, já que a vida imaginária é decorrência da vida real, do concreto da realidade objetiva. A imaginação só é possível quando nos apropriamos do real e, portanto, se não há conexão para a(o) paciente entre o que é apresentado e o que ela(e) conhece, o que ela(e) vivencia, o que é real para ela(e), ao contrário, mostra-se um mundo alheio, não identificável, não será possível a fluidez da criação imagética, imaginária; logo, tais condições são indispensáveis para a criatividade, para a atividade criativa e criadora ter sentido (Fanon, 2020a).

Dito isso, passo à síntese do capítulo para uma melhor apreensão do tema. Principei mencionando textos importantes de Fanon, que retratam sua militância e seu compromisso profissional encarnados na história do povo argelino, a luta pela libertação, o debate sobre o colonialismo, a contradição entre cultura e o sistema colonial e a violência do colonizador para domesticar o colonizado. A violência do colonizador gera duas atitudes no colonizado: em determinado momento, uma violência contra seu próprio povo, em outro, uma contraviolência dirigida ao seu algoz na ânsia de libertação, movimento a gestar um novo ser. Mirando essa realidade, Fanon critica as ciências *psi* quando negam a cultura do mundo magrebino e descontextualizam a ciência com a intenção de manterem um sistema desumanizante. Para entender melhor a prática fanoniana, fiz um recorrido em sua história como médico psiquiatra e pesquisador antimanicomial, bem como militante na revolução argelina e colaborador do Jornal *El Moudjahid*, centro de difusão de ideias revolucionárias. No ambiente de guerra colonial, a violência institucional lança suas raízes através de políticas importadas de países centrais sem levar em conta o contexto sociocultural do colonizado. Nessa circunstância, a “doença mental” é fonte de segregação e de doenças produzidas pela opressão.

Vimos que o sistema colonial na Argélia foi o provedor de pacientes para os hospitais psiquiátricos, e, além dele, a guerra em si produziu transtorno de toda sorte, aumentando o sofrimento psíquico do povo. Explorei os relatos de Fanon acerca das perturbações mentais

transcorridas nesse ambiente, que, para facilitar, foram agrupadas em três fatores: (1) a guerra como acontecimento desencadeador particular, (2) a tortura como desarticulação da personalidade do torturado, e (3) as causas difusas. Dessa forma, dirigi a investigação a partir da relação violência-sofrimento psíquico em ambiente de colonização formal no cotidiano de um hospital geral. Descrevi o relato de duas experiências ricas de valor e reflexão, uma delas na ala das mulheres europeias e na ala de homens mulçumanos, e a outra tem lugar na aplicação do teste denominado TAT, teste de apercepção temática, com mulheres mulçumanas e europeias, ambas no hospital psiquiátrico de Blida-Joinville.

Tanto na primeira como na segunda experiências a conclusão desembocou na necessidade do respeito e conhecimento à cultura do paciente e na transformação do olhar e das ferramentas de ajuda ao “doente”. Desse ponto de vista, Fanon critica a ciência que compreende a pessoa em sofrimento a partir da categoria loucura. Não se trata de negar a doença, mas de entender a pessoa em sua completude e complexidade. Recordo-me de que Fanon se dirige à psiquiatria como um braço colonial que compele o paciente a viver no isolamento, destituído de sua condição social. A partir destas considerações podemos compreender as implicações da violência na saúde mental, ao mesmo tempo que percebemos que a sociedade é o ambiente socioterapêutico viável. Enfim, a patologia somente pode ser entendida a partir do contexto sociocultural.

CAPÍTULO 8 – FRENTE A FRENTE COM A VERTIGEM: ULTIMAÇÃO

No presente estudo me debrucei em investigar as determinações e implicações da violência na saúde mental e encontrei, na investigação realizada, a associação da violência à produção de sofrimento psíquico, a contextos institucionais de opressão, bem como a formas sutis e explícitas de dominação. A violência figura na agenda da saúde mental brasileira, em políticas de um estado autocrático-burguês que se movimenta pelos meandros de uma democracia restrita, abrigando mitos democráticos, como o racial, o pluralismo cultural entre brancos, índios e negros, além de ações de controle que são responsáveis, através de seus corpos de segurança, pelas mortes de cidadãos em ações policiais, que aumentaram, de 2013 para 2020, 190%, nas quais os negros são as maiores vítimas, seguidos dos povos indígenas, com um aumento sistemático da violência entre 2009 e 2019 para esta última população. Essa é a equação entregue pela autocracia a populações subalternizadas, que oculta relações de exploração e dominação entre raças e classes.

Martín-Baró, como vimos neste estudo ao analisar as consequências psicossociais da violência bélica, apontou, em sua realidade, para a cristalização de relações desumanizantes expressas no trauma psicossocial. De maneira correlata, é possível verificar a materialização desse tipo de relação ao contexto brasileiro, onde a expropriação e a exploração típicas do capitalismo dependente, fruto da autocracia burguesa, desencoraja as camadas populares a desafiar o padrão de dominação da democracia restrita.

Ao longo dos capítulos, vimos os cenários brasileiros que podem ser explicados pelos estudos investigados. A violência psicológica e física, as crescentes desigualdades sociais, os tombamentos pela Covid-19, o aumento do desemprego, o recrudescimento da pobreza, as taxas de suicídio no país, elementos originários do processo histórico advindo do modo de produção capitalista, que teve como base, para seu desenvolvimento, o processo de expansão mercantil e colonial a partir do século XV, como parte da chamada acumulação primitiva. Ademais, o Brasil passou a ser integrado ao sistema mundial a partir de sua subordinação colonial, integração consumada por meio do sistema colonial, que fundou as bases para os desenvolvimentos posteriores da formação econômica e social brasileira. Essa formação, na fase monopolista do capital (a partir do fim do século XIX), se reconfigurou como um capitalismo de tipo dependente.

Acompanhamos a análise de Fanon acerca da barbárie dos corpos de segurança na Argélia, sua repercussão na violência urbana e consequente transposição para o campo da saúde mental. Atualmente, em nossa sociabilidade, economicamente dependente, nos deparamos com

a violência policial nas áreas periféricas, despejos de milhares de famílias, mesmo na vigência da proibição desse tipo de ação na pandemia, bem como a morte de 3.148 pessoas pela polícia no Brasil, em intervenções policiais, nos primeiros seis meses de 2020, quando vigorava, em várias partes do Brasil, o *lockdown* (confinamento) em função da pandemia de Covid-19. Em média, 17 pessoas morreram por dia (Guimarães & Press, 2021). Como explica Fanon, o portavoiz do sistema opressivo se manifesta nos corpos de segurança. É o soldado. Sua linguagem é violenta, não oculta a opressão, escancara a dominação e, como mediador, leva a violência às pessoas e aos espaços. No Estado autocrático não há ruptura com os corpos de segurança ou o segmento militar, pois a autocracia se exterioriza no segmento militar, que, aliado às classes dominantes, está incorporado ao aparato estatal visando dissipar as formas diretas de luta de classe (Fernandes, 2020).

A ordem social competitiva, a sociedade de classes e o capitalismo fazem parte de um longo processo histórico, que afeta a população marginalizada, em sua grande maioria composta de negros. Fernandes (1975), contudo, entendia que a marginalização do negro reproduzia o que acontecia com outros estratos populares em termos de subalternização e espoliação do homem pobre numa sociedade de classes subdesenvolvida, periférica, de capitalismo dependente e com forte ranços coloniais, como é o caso do Brasil (Costa, 2011).

O Brasil, que desenvolveu suas relações capitalistas sob a regência do capitalismo monopolista, foi sustentado pela cisão entre trabalhador e instrumentos de trabalho, e, logo, os meios de produção e a força de trabalho foram transformados em capital. O capital monopolista, engendrado na centralização do capital, fez sua transição para um fase superior do capitalismo, o imperialismo, que é protegido e fomentado pelo Estado autocrata; assim, o processo histórico apresentado da formação econômico-social brasileira desaguou no capitalismo dependente brasileiro. Desse panorama podemos inferir uma interface entre saúde mental e violência pelas instituições estatais, tais como tortura, violência policial e política, enfim, violência como subproduto de tratamentos, e suas consequências psicossociais, como abordado nos estudos de Martín-Baró e Frantz Fanon.

Martín-Baró (2017d), partindo do pressuposto de que a saúde mental de um grupo reside no caráter de suas relações sociais, enuncia a categoria **trauma psicossocial**. Como investigado no processo de formação econômico-social brasileira, a prática de violência política traz como consequência malefícios coletivos e individuais, os quais, de acordo com os estudos do autor, podem se manifestar como sintomas psicossociais, consolidados de forma traumática em relações sociais desumanizadas (Martín-Baró, 2017a).

A situação de guerra civil vivida pelo autor definiu, naquele momento histórico, as dimensões políticas, econômicas e sociais de El Salvador, da mesma forma que a estrutura político-econômico-social de um país capitalista dependente como o Brasil explora, exclui e oprime as massas populares. Logo, o **trauma psicossocial** não pode ser dissociado das relações sociais que o constituem (Martín-Baró, 2017a), nem mesmo dos reflexos do resultado de uma ordem de exploração, violência, autocracia e opressão.

A constância da violência no processo de formação econômico-social brasileiro e da desigualdade que perdura resulta, para a população mais vulnerável, na possibilidade de um trauma psicossocial prolongado, dado que sua manifestação no âmbito das relações sociais acontece de maneira diferente, diversificando, assim, a intensidade de seus efeitos e expressões nos diferentes grupos (Martín-Baró, 2017a).

O autor lembra, contudo, que os grupos e indivíduos não devem se deixar paralisar no **trauma psicossocial**, mas devem, porém, conduzir um processo histórico guiado pelos grupos populares de recuperação de sua memória histórica, organização popular e prática de classe que desenvolva um projeto de ruptura com a marginalização, a opressão e a desumanização (Martín-Baró, 2017g), que levará à compreensão das implicações da violência sobre o **trauma psicossocial** e sua conseqüente superação. Isso abrirá a possibilidade de organização, resistência e até de reparações diante de violências sofridas, entendendo ser um processo que se constitui de muitos momentos.

Dito isto, poderíamos questionar: o que expressam as implicações psicossociais dessa violência traduzida em trauma psicossocial e, em indivíduos impactados por esses cenários, como se mostra essa forma de guerra não guerra pela desumanização e violência? O estudo de Martín-Baró sobre a Psicologia Social da Violência, apoiado nos estudos de Frantz Fanon, nos ajuda a nos aprofundar nesse questionamento. Martín-Baró, como citado anteriormente no Capítulo 6, foi militante, psicólogo, teólogo, também intelectual e revolucionário, e desenvolveu sua luta pela libertação de El Salvador em uma cruenta guerra civil.

Nos estudos de Martín-Baró, ao encontrar as dimensões constitutivas da violência, extraí categorias de análise tais como **contexto possibilitador** e **fundo ideológico**. Sendo que, este último se subdivide em duas subcategorias: **justificação** e **violência institucionalizada**, que foram discutidas no Capítulo 6. Essas categorias, apesar de particulares para o momento de guerra civil vivido por Martín-Baró, possuem uma especificidade ao refletirmos sobre a formação social brasileira, no que diz respeito à superexploração da classe trabalhadora e demais subalternos. A esse segmento é atribuído o ônus de sua exploração, cujo controle foi alcançado através de uma demagogia populista, pelo uso dos meios de comunicação de massa

e do consumismo alienante (Costa, 2011), bem como quando falamos de um Estado autocrático cuja função histórica garantiu a marginalização e a repressão de trabalhadores(as). Tais observações podem auxiliar na compreensão da realidade brasileira de capitalismo dependente de forma crítica, observando suas contradições e verificando as similitudes nos resultados da guerra e da situação de capitalismo dependente, como opressão, desumanização, militarização da vida, desemprego, desigualdades sociais, fome, endemias, pandemias, a cultura ainda presente do manicômio; a lista é extensa e apenas exemplificativa.

No início dos Capítulos 2 ao 5 e no bojo deste, sumariamente, expus o panorama dos desafios da população brasileira em geral. Aproveitando as categorias de análise já expostas, fiz um recorte e focalizei, dentre os brasileiros, o paciente psiquiátrico. “Mesmo com o fim dos manicômios, pessoas com transtornos mentais vivem afastadas até hoje em hospitais, prisões e comunidades terapêuticas” – esta é a chamada realizada pelo jornal Folha de São Paulo, em 2022, para denunciar o isolamento de “doentes mentais” (Barbon & Vizoni, 2022). Apesar de, em 2021, a Lei Antimanicomial ter completado 20 anos (Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2021), ainda existem muitas pessoas com transtornos mentais segregadas em hospitais psiquiátricos, presídios, comunidades terapêuticas e clínicas privadas. Além disso, o governo federal não possui um levantamento dos residentes permanentes em hospitais psiquiátricos brasileiros (Barbon & Vizoni, 2022). O quadro descrito é um **contexto possibilitador**, propício para o desencadeamento e a execução das ações violentas (Martín-Baró, 2017b), tais como internos dessas instituições vivendo décadas sem roupas de cama, contidos, sem profissionais da área *psi* 24 horas, excessivamente medicados, amarrados em macas nos corredores (Barbon & Vizoni, 2022), somente para citar algumas situações de violência encontradas. Quando o **contexto possibilitador** do ato violento está institucionalizado é porque se transmudou em meios materiais e práticas correntes. Nesse marco, então, a violência pode atingir taxas sempre crescentes (Martín-Baró, 2017b).

Na apreensão dessa realidade, podemos nos beneficiar, ainda, da contribuição de outra categoria estudada por Martín-Baró, a **violência institucional**, que nos ajuda a compreender a força do papel desempenhado pelo profissional *psi*. Esse tipo de violência concede a esse profissional poder legal sobre outro a ele submetido e o habilita a executar atos, inclusive, de crueldade. Neste ponto, duas discussões são relevantes: a força exercida pela instituição para condicionar o profissional, ou seja, o arcabouço de relações sistematizadas, “legalmente” ou socialmente, entre pacientes e corpo clínico, e o exercício de comportamentos violentos como os apresentados.

Segundo o estudo realizado colaborativamente entre pesquisadores brasileiros e estadunidenses, publicado no periódico científico *The Lancet* (Melo *et al.*, 2022), o paciente psiquiátrico no Brasil está mais sujeito à violência e corre mais risco de morrer. O estudo em questão foi divulgado pela Folha de São Paulo em 2022 (Piovezan, 2022). O escopo da pesquisa era analisar hospitalizações e mortes na esfera de ação do SUS e verificar o atendimento a pessoas com doença mental em um país em desenvolvimento, comparando os dados com a literatura de países desenvolvidos. O período investigado foi de 1º de janeiro de 2000 a 21 de abril de 2015, no qual 72.021.918 pacientes foram hospitalizados, estando 749.720 (1,04%) deles com doenças mentais graves. Dos pacientes que foram hospitalizados, 5.102.055 morreram (7% do total) e, destes, 67.485 (1,3%) eram pacientes psiquiátricos.

De acordo com uma das autoras da pesquisa, professora da UFSJ e da UFMG, ambas no estado de Minas Gerais, é possível que não tenha havido alterações no quadro encontrado pela pesquisa em função de políticas públicas específicas destinadas a esse tipo de paciente, pelo contrário, o resultado pode ter sido agravado em função da pandemia de Covid-19.

Uma categoria importante de Martín-Baró que pode auxiliar no conhecimento da realidade descrita é o **fundo ideológico**, uma das quatro dimensões constitutivas da violência. O autor, referindo-se à realidade social, mostra que a violência remete a interesses de classe, a racionalizações e a valores que a justificam (Martín-Baró, 2017b; Martins & Lacerda Junior, 2018). Ademais, ela produz e reproduz as relações de dominação e alienação sociais, nas quais a exclusão se consolida. A ideologia fomenta, nas classes dominadas, uma consciência alienada, que se torna obstáculo para que o indivíduo compreenda sua realidade e seja sujeito de sua própria transformação (Dias, 2020; Martins & Lacerda Junior, 2018; Mendonça, Souza, & Guzzo, 2016).

[T]oda forma de violência demanda uma justificação, isto ocorre porque esta não existe na violência em si mesma. Por isso, a violência não pode ser considerada abstratamente como boa ou má, o que contradiz um dos pressupostos implícitos da maioria dos enfoques psicológicos: a bondade ou maldade da formalidade violenta provém do substantivo criado pelo ato, isto é, do que um ato tido como violento significa socialmente e produz historicamente. **Aqui é onde aparece, com toda clareza, o caráter ideológico da violência** (Martín-Baró, 2017c, p. 293, grifos nossos).

O retrocesso na política antimanicomial é justificado pelo interesse de classe, que ideologicamente “criminaliza” a loucura, propiciando o desmantelamento da reforma pela diminuição na oferta de leitos, pela migração para hospitais gerais, nos quais seria possível um tratamento mais adequado a múltiplas comorbidades, pelas diversas concepções do conceito de hospital psiquiátrico, pela revogação de portarias na área da saúde mental, pelo desmonte dos

mecanismos de controle e fiscalização dos hospitais psiquiátricos (Mena, 2021), e assim por diante. A consciência alienada da maioria da população não consegue enxergar o que está no substrato dessas justificativas e aquiesce com a qualidade do cuidado ofertado ao doente psiquiátrico.

Para Fanon, cada experiência clínica com o paciente expressava as contradições e tensões da realidade em que estava imerso. Cada pessoa atendida pelo autor, em sofrimento psíquico, trazia em seu corpo as cicatrizes da colonização, que extrapolavam síndromes e transtornos catalogados. Sua clínica estava intimamente articulada à política, conectada às condições sociais e à cultura (Damico & Paula, 2021).

O sofrimento psíquico próprio à loucura é a expressão de uma exclusão social mais profunda, que carrega as marcas da revolta contra a naturalização da experiência de alienação social, e seu tratamento só pode ser feito mobilizando os horizontes de luta contra o modelo colonial que tem nos discursos médicos processos de sujeição social que constituem a própria alienação mental (Damico & Paula, 2021, p. 221).

Lembro-me de que, no capítulo anterior, analisamos o percurso de Frantz Fanon, importante influenciador da obra de Martín-Baró, que viveu em um contexto de violência colonial, visto ser a Argélia, à época, colônia da França até 1962, tendo sua libertação ocorrido meses após a morte de Fanon, em 1961.

Isso posto, vale mencionar que o estudo publicado no periódico científico *The Lancet* (Melo *et al.*, 2022) mostrou terem sido observados níveis maiores de morte de pacientes por suicídio, lesões não intencionais (incêndios e quedas) e por homicídio. Os pesquisadores destacaram que pacientes com doença mental grave estão demasiadamente expostos à violência, com taxa de risco de 2,4 (ou seja, maior) em comparação a pacientes não psiquiátricos. Tal problemática poderia ser minimizada com políticas públicas capazes de trazer, em seu bojo, procedimentos sérios, responsáveis e comprometidos de desinstitucionalização, a exemplo da prática de Fanon, com uma visão engajada e contrária a confinamentos.

Diante disso, um conceito relevante no trabalho de Martín-Baró, fortemente influenciado por Fanon, pauta-se na seguinte assertiva: da mesma forma que o “mundo colonial é constituído pela violência, só mediante a violência poderá alcançar a sua libertação, seja política, social ou psicológica”⁵⁵ (Martín-Baró, 1990a, p. 378). Assim, no estudo de Martín-Baró acerca da Psicologia Social da Violência, é visível a referência ao estudo sobre a violência realizado por Frantz Fanon, de maneira particular a violência libertadora do oprimido.

⁵⁵ Tradução livre de “[...] mundo de la colonia es engendrado por la violencia, sólo mediante la violencia se podrá lograr su liberación, tanto política y social como psicológica”.

Frantz Fanon, um psiquiatra argelino, como homem de raça negra, formado na cultura branca da metrópole francesa, viveu engajado na revolução de seu país, colocou mais clara e abertamente do que ninguém o problema da violência libertadora dos escravos⁵⁶ (Martín-Baró, 1990a, p. 378).

Para Martín-Baró (1990a, p. 378), “o homem colonizado se liberta na e pela violência [...] só a violência popular, organizada, confirmada pela direção, permite às massas desvelarem a realidade social”⁵⁷. Vale a pena ressaltar que, para ele, não se trata de justificar qualquer ato de violência: “a violência libertadora do oprimido busca romper a relação desumanizadora e, com isso, busca a humanização não só de si, mas também do opressor” (Martín-Baró, 1990a, p. 378).⁵⁸

No caso brasileiro, vivemos sob um sistema de democracia restrita, orquestrado por um Estado autocrata, regido por um capitalismo dependente. Nesse cenário, à medida que o opressor desumaniza o oprimido, ele também se desumaniza, assim sendo, a violência libertadora do oprimido visa informar ao opressor privilegiado que ele também é oprimido pelo mesmo sistema que defende. Obviamente, sofre uma opressão diversa do oprimido, contudo, existe como parte do mesmo sistema (Lima, 2020). Por outro lado, na ótica da violência libertadora do oprimido, quando este usa de violência ou agressão, se utiliza desses meios como instrumento de cisão da opressão e da desumanização e, simultaneamente, de busca pela emancipação e humanização (Fanon, 1968; Martín-Baró, 1990a). Vimos, nas estatísticas apresentadas, a violência incisiva contra o negro, apoiada, muitas vezes, em elementos da cultura que são raízes de uma identidade brasileira, mas de origem africana, hegemonizados pela classe dominante. A manipulação desses elementos culturais poderia seguir cursos diferentes: normalizar as desigualdades sociais originadas da discriminação racial ou combater essa violência buscando romper tais relações (Costa, 2011).

Outro fator que afeta as relações de dominação e exploração entre classe e raça é o exército famélico de reserva, o qual escancara os efeitos psicossociais da violência. Além de representar refinada elaboração ideológica que oculta a miséria, esta última é a única mercadoria disponível para consumo nesse segmento. Ademais, relatei as estatísticas que mostram a miserabilidade econômico-social das massas populares, situação que serve ao padrão de expropriação e exploração próprias do capitalismo dependente, em que as classes

⁵⁶ Tradução livre de “Frantz Fanon, un psiquiatra argelino que, como hombre de raza negra pero formado en la cultura blanca de la metrópolis francesa, vivió desde dentro la revolución de su país, ha planteado con más claridad y desnudez que nadie el problema de la violencia liberadora de los esclavos.”

⁵⁷ Tradução livre de “El hombre colonizado se libera en y por la violencia [...] sólo la violencia ejercida por el pueblo, violencia organizada y aclarada por la dirección, permite a las masas descifrar la realidad social”.

⁵⁸ Tradução livre de “la violencia liberadora del oprimido busca romper la relación deshumanizadora y, por lo mismo, busca la humanización no sólo de sí mismo, sino también del opresor.”

dominantes nacionais e seus sócios internacionais se apropriam da riqueza (Costa, 2011). Diante desse panorama, a inspiração baroneana e fanoniana, de um outro tipo de violência, a do oprimido, abre horizontes para uma ruptura com essa realidade.

Vimos cenários marcados pela violência, inclusive em instituições de tratamento psiquiátrico, portanto, é relevante observarmos a relação entre violência e ideologia, pois é a partir das ideias hegemônicas em dado espaço histórico que se constrói a justificativa para violação do outro ser humano, inclusive para transformá-lo em um não ser. É indispensável que o “louco” não desafie o padrão assimétrico de dominação indicado pela democracia restrita (Costa, 2011). Ante o exposto, percebe-se que

[a] violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (Freire, 1987, p. 20).

O texto da maturidade de Paulo Freire, influenciado pelos estudos de Fanon, é muito pertinente para entendermos a **violência libertadora do oprimido**. Um fato ilustrativo desse aspecto, que restaura a humanidade do opressor, é o relato da deserção dos legionários da Legião Estrangeira, “orgulho de exército francês” (Fanon, 2021b, p. 32). Erigida através da cooptação forçada de homens de origens diferentes para engrossarem as fileiras da legião estrangeira, mobilizada pela França, seja por sedução, seja pela violência, com o objetivo de aumentar suas tropas, utilizando-se de uma verdadeira lavagem cerebral (Fanon, 2021b, p. 31), produziu seres desumanizados, que, por sua vez, desumanizaram outros (Fanon, 2021b). Para isso, lançou mão de táticas psicológicas de doutrinação, isolamento, propaganda ideológica intensiva, e, ainda, de técnicas de brutalidade e selvageria sistemáticas, com espancamentos e humilhações (Fanon, 2021b). Forjou uma estética agressiva dos combatentes com punhal entre os dentes, exibindo o arsenal militar, gerando nos legionários uma ânsia de destruição dos revolucionários argelinos (Fanon, 2021b), “seres tabus” (Fanon, 2021b, pp. 34-35).

Na propaganda ideológica contra o Exército de Libertação Nacional (ELN) é possível identificar uma barbárie por parte do opressor, mas, também, a emergência de partes de verdade sobre a vida, a luta e a resistência dos revolucionários, sua coragem na superação da opressão, da mesquinhez, da desumanidade e das mentiras de seus adversários (Fanon, 2021b). Essas frações de verdade se tornaram capazes de levar muitos legionários à deserção, impulsionados pela simpatia à causa desses mitos em sua luta pela libertação (Fanon, 2021b). “O legionário

amargurado recupera a coragem e rompe as correntes indo ao encontro de seu libertador” (Fanon, 2021b, p. 35).

Retomando o estudo publicado no periódico científico *The Lancet* (Melo *et al.*, 2022), o Brasil possui uma alta taxa de mortalidade por causas externas, incluindo a violência interpessoal, se comparada a outras causas de morte. Aponta, também, que o excesso de mortes por violência interpessoal é ainda maior no grupo de pacientes psiquiátricos, de forma especial entre 15 e 29 anos, com mais risco para as mulheres.

A violência instalada nas instituições estudadas por Martín-Baró (1990a) e Fanon (2020a) – que se assenhora de ambientes como manicômios, hospitais gerais, dentre outros espaços dedicados à contenção e ao tratamento do paciente em sofrimento mental – se alimenta da opressão gerada pela multidão de homens e mulheres sem emprego ou teto, despidos dos direitos mais fundamentais ao ser humano, depositados nas periferias urbanas. Tal categoria de violência, dentro de espaços “terapêuticos”, se justifica mediante a segregação do sujeito perigoso, o desengajamento do doente da família, da estruturação de seus protocolos a partir da trasladação de métodos e teorias descontextualizadas, que aprisionam e desumanizam o paciente (Fanon, 2020a).

Esse paciente **não humano**, como denomina Fanon (1968), institucionalmente sofre uma violência de maneira despersonalizada, como afirma Martín-Baró (1990a), sem rosto, sem remorso, ou “dores de consciência”, sem responsabilização do perpetrador, pois se submete a uma violência finalística com o objetivo de emudecer o “louco” e aqueles que desejam sua emancipação, atingindo seu escopo de controle social.

Em consonância ao estudo publicado no periódico científico *The Lancet* (Melo *et al.*, 2022), as pessoas com transtorno mental historicamente foram marginalizadas e excluídas, e os dados da pesquisa reafirmam essa vulnerabilidade. O trabalho destaca a alta prevalência de violência sexual contra pacientes psiquiátricos, maior entre mulheres, 26,6%, do que entre homens, 12,5%, e o risco maior de mortalidade por infecções evitáveis. As mortes indicam que essa população não recebeu os cuidados necessários.

O contexto de instituições públicas psiquiátricas, que traz mediações históricas de uma situação social de guerra sem guerra, desafia a superação da loucura, que previamente passa pelo sobrepujamento das formas como tais enfermidades são gestadas, ou seja, como é fomentada a produção do ser nas condições em que sua existência é produzida (Costa & Mendes, 2020b). O enfrentamento ao sofrimento mental na sociabilidade dependente passa, contudo, pelo enfrentamento às estruturas mais profundas da realidade social.

Fanon mostra, em seus estudos, que a guerra na Argélia descortinou a violência e o sofrimento psíquico que emerge do processo de guerra colonial em sua totalidade, inclusive propiciando a outros países identificarem formas de contrainsurgência e de superarem a opressão. O ambiente propício à violência e a hostilidade institucional, nessa realidade de guerra, tem em suas bases a imposição de uma cultura estrangeira, como ocorreu na Argélia. Essa realidade de imposição de outras culturas também é identificável no Brasil, em sua rede pública de atendimento à saúde. Nesse sentido, a Portaria n.º 702/2018 do Ministério da Saúde, que altera a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, incluiu novas práticas, como aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, medicina antroposófica, ozonioterapia, terapia de florais e termalismo social ao tratamento de pacientes. Com isso, se por um lado a oferta de medicinas alternativas, a despeito da hegemonia política e epistemológica da biomedicina, tem potencial para combater a excessiva medicalização do sistema, de outro a maioria dessas práticas não é originária do Brasil. Desse modo, somando esses fatores ao baixo conhecimento de profissionais e gestores do SUS sobre o assunto, e os poucos recursos no fornecimento de insumos e investimento em pesquisas nessa área, há uma importante fragilidade nessa política de saúde (Habimorad *et al.*, 2020).

Outro exemplo, tema obrigatório na agenda da saúde mental, são as comunidades terapêuticas, instituições de tratamento e proteção social, que passam a ocupar um espaço importante no campo da atenção psicossocial, tendo em vista sua interface com a violência. Nelas há tratamento obrigatório, com possibilidade de recolhimento compulsório de drogados, métodos coercitivos, regime de privação de liberdade, rotinas danosas ao bem-estar físico e psíquico do interno (Costa & Freitas Junior, 2023). Ademais, neles nos deparamos com uma maneira particular de enfrentar a drogadição, com políticas centradas em trabalho e abstinência completa (Creative Commons, 2021), importadas de países centrais, sem entender a “patologia” a partir do contexto sociocultural e possíveis comorbidades prévias. Tais instituições fomentam a lógica manicomial e ratificam a privatização e a violência no campo da saúde mental, do álcool e de outras drogas. Ademais, expressam nossa formação social a partir de elementos como a religiosidade, a mercantilização, a privatização e a escravização; enfim, elementos presentes atualmente e advindos de nosso passado colonial (Costa & Freitas Junior, 2023). Para Martín-Baró (1990a), a ação violenta é ideológica, portanto, é preciso ir além das aparências e apreendê-la a partir dos interesses de classe em jogo.

Martin-Baró (2017c) lembra que a **justificação da violência** provoca o comportamento violento, e, ainda, como vemos nos casos relatados por Fanon (1968), deteriora a imagem da

vítima, desvalorizando-a, desumanizando-a e bestializando-a; é o passaporte para a impunidade e para a normalização de brutalidades inomináveis.

A **violência institucionalizada**, categoria de Martín-Baró, mantida pelas instituições sociais, amparada por um sistema jurídico estatal, pode ser encontrada de forma similar na obra de Fanon, através das análises de instituições como o hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville, ou de instituições governamentais da França, como bem expresso na carta dirigida ao ministro residente, Governador-Geral da Argélia (Fanon, 2021a, p. 92-95). Acontece, também similarmente na obra de Florestan Fernandes, ao discorrer sobre a autocracia do estado e a contrarrevolução preventiva, na qual se verifica a violência emanada das instituições. Despida de intencionalidade, cede à loucura o *status* de cárcere, isola o sujeito, permitindo a ele um vislumbre da vida cotidiana através de grades. Quando o doente é confinado ao estabelecimento psiquiátrico, a família entra em um processo de desengajamento e exclusão do indivíduo em sofrimento psíquico, pois, ao rejeitar a patologia, a própria família deixa de reconhecer o doente como um dos seus membros e ocorre uma cisão na unidade familiar, abrindo conexões às regressões (Fanon, 2020a). “É evidente que o futuro desses doentes está comprometido” (Fanon, 1968, p. 214). Em contrapartida, Fanon (2020a, p. 96) insiste na “presença do conflito”, visto que nele acontece a dialética entre o sujeito adoecido e o mundo. É a partir do manejo do conflito que o terapeuta pode suscitar a cura (Fanon, 2020a).

Como vimos, a violência mantém a velha sociedade e, mesmo com elementos de modernização, não se despe do arcaico. Essa estrutura explica nossa formação social e o fato de que, nela, há um processo de contrarrevolução permanente. Essa modernização se expressa no modelo de gestão das contrarreformas trabalhista e previdenciária, que desmontam os direitos das maiorias. O processo de contrarrevolução que visa a manutenção dessa democracia restrita está fundado na autocracia burguesa, de onde emana uma violência naturalizada “no capitalismo brasileiro dependente, de gênese colonial-escravocrata e caráter autocrático em seu presente estágio de desenvolvimento” (Costa & Mendes, 2021b, p. 76). Assim, a autocracia burguesa maestra do capitalismo dependente brasileiro se volta, permanentemente, contra o conjunto da classe trabalhadora explorada e se vale de uma superestrutura política hipertrofiada de dominação de classe, aprofundada nas contrarreformas neoliberais. Por outro lado, a classe trabalhadora, na correlação de forças da luta de classe, tem sofrido um esmorecimento, pois a autocracia burguesa viu sua capacidade de dominação potencializada (Costa & Mendes, 2021b). A gestão neoliberal das políticas sociais marcou um avanço no conservadorismo:

[...] os retrocessos, desmontes e discursos de ódio no âmbito dos direitos humanos, voltados à população LGBT+, povos originários e tradicionais (como

os quilombolas), população negra, mulheres, deficientes, usuários(as) das políticas de saúde mental e álcool e outras drogas, dentre outros. Tudo isso em um clima fascistizante de caça a pessoas e movimentos progressistas, de esquerda (Costa & Mendes, 2021b, p. 86).

Por outro lado, assistimos à precarização da vida, faceta de uma violência econômica e extraeconômica, pela intensificação da autocracia que incide, como vimos, nas estatísticas mencionadas no desemprego, na miséria, na informalidade. Todo esse movimento visa à coerção e ao controle das massas populares, da classe trabalhadora, que, livre de direitos sociais em função das contrarreformas e de suas consequências nefastas, vem acompanhada do aumento da violência em várias dimensões sociais. Os dados reais, expostos ao início de cada capítulo, mostram a violência expressa no âmbito institucional em prejuízo das parcelas mais subalternizadas da classe trabalhadora, concentradas nas favelas e nas periferias urbanas e nos grandes latifúndios (Costa & Mendes, 2021b).

Nossa particularidade, dependente de gênese colonial, testemunha um aumento de produção de riquezas que fomenta a produção de miséria; esta última se materializa na fome, na violência, na criminalidade, no desemprego, todos gerenciados por mecanismos estatais ainda mais coercitivos, repressivos, contribuindo com a espiral da violência extraeconômica, política e institucional, que tem o condão de se retroalimentar (Martín-Baró, 1990a; Costa & Mendes, 2021b). Lembrando Fernandes (2020), “a violência (econômica e extraeconômica) exacerbada é também dual [...], e se dá internamente, voltada à classe trabalhadora do país; tal violência é necessária para contemplar as necessidades de valorização do capital e de acumulação das burguesias nacional e internacional” (Costa & Mendes, 2021b, p. 90). Vale destacar que a deterioração das condições de vida das massas pauperizadas, que mais nada tem a perder, incita a autocracia burguesa a uma contrarrevolução permanente, visando a prevenção de possíveis insurreições. Dito isso, vale lembrar que o campo da saúde mental no Brasil tem como palco a autocracia burguesa, na qual a psiquiatria e a lógica manicomial são elementos utilizados a favor de sua dominação (Costa & Mendes, 2021b). Essa realidade nos impulsiona à transformação radical e à violência revolucionária do oprimido contra essa estrutura de violência permanente de dominação burguesa no Brasil.

Finalizando, em função de minha conexão com o trabalho de mestrado, preciso salientar em face ao texto desenvolvido que outras questões me instigaram, as quais gostaria de aprofundar em um estudo vindouro, pois a aplicação do arcabouço teórico da presente investigação na análise de equipamentos da rede de saúde mental pública brasileira seria de grande contribuição para os profissionais das ciências *psi* comprometidos com uma sociogenia, atrelada à superação do caráter alienante ou desumanizador das relações na saúde mental.

Por fim, desejei, fortemente, neste estudo, ao perquirir as bases políticas, históricas e teóricas do campo, entender o psiquismo da violência em sociedades periféricas, visando problematizar ações e respostas que as ciências *psi* têm ofertado, bem como sua capitulação ou esforço de emancipação diante da ideologia dominante. Infelizmente, não houve tempo para tanto e entendo que seria um avanço qualitativo na reflexão, o qual tenho a esperança de retomar em algum momento.

A pretensão deste trabalho não foi apresentar respostas, mas instigar reflexões, criticar estruturas estabelecidas em gabinetes como naturais e naturalizadas coletivamente. Como bem afirmou Martín-Baró (2017g), “incorporar o que fazer científico a uma práxis social libertadora, que desmascara e destrói a manipulação, promovendo uma sociedade baseada na solidariedade e na justiça.”

REFERÊNCIAS

- Almeida, C. (2020, 12 de novembro). Brasil é nono país mais desigual do mundo, diz IBGE. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-nono-pais-mais-desigual-do-mundo-diz-ibge-24742041>
- Araujo, R. N. (2017). A voz da Argélia. A propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional Argelina no Brasil. *Independência nacional e revolução socialista (1954-1962). Estudos Históricos*, 30(61), 401-424. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/eh/a/99WmnGqrKxfptgQ9nrRRD9z/abstract/?lang=pt>
- Assunção, C. (2021, 31 de agosto). Atlas da violência: assassinatos de indígenas sobem 22% em uma década. *Rede Brasil Atual*. Recuperado de <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/atlas-da-violencia-assassinato-indigenas-aumenta-homicidios-brasil/>
- Barbon, J., & Vizoni, A. (2022). Brasil ainda tem pacientes isolados e teme ‘cultura do hospício’. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/07/brasil-ainda-tem-pacientes-isolados-e-teme-cultura-do-hospicio.shtml>
- Benevides, R. (2005). Psicologia e o Sistema único de Saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 21-25. Acesso em 29 de abril de 2021. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Jm75xgn6kkJ3Pp3ZxvbCsbw/?format=pdf&lang=pt>
- Bertero, C. O. (2011). Réplica 2 - O que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 338-342. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rac/a/DzPNs63jhXxTcGd43yNvQpv/?lang=pt>
- Bertoldo, E., & Pacifico, M. A. (2017). Abordagem ontológica do método marxiano para análise dos críticos da teoria marxista do Estado. *Arma da Crítica*, (8), 156-173. Recuperado de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32248/1/2017_art_ebertoldomacpacifico.pdf
- Bettoni, N. V. (2022, 26 de julho). Saiba reconhecer e denunciar trabalho análogo à escravidão. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/saiba-reconhecer-e-denunciar-trabalho-analogo-a-escravidao.shtml>

- Blanco, A., & de la Corte, L. (2003). Introducción. *Psicología Social de la violencia: la perspectiva de Ignacio Martín-Baró*. Em I. Martín-Baró, *Poder, ideologia e violência* (pp. 9-62). Madri: Trotta.
- Campos, G. (2021). *Violência estatal e capitalismo: ensaio sobre o sistema de justiça criminal no capitalismo dependente brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/41541>
- Castelo, R., Ribeiro, V., & Lima, R. (2016, 11 a 13 de maio). Estado, acumulação capitalista e “questão social”: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. In *II Congresso de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro* (pp. 1-11). Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/008.pdf>
- Cela, M., & Oliveira, I. F. (2020). O psicólogo no núcleo de apoio à saúde da Família: articulação de saberes e ações. *Psicologia Social Comunitária e Saúde Mental*, 20(1). Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/5Gg5MVWCJvXmGxkzGLLs5kq/?lang=pt>
- Chade, J. (2022, 26 de maio). Governo omite violência policial de raio-x sobre direitos humanos no Brasil. *UOL*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/05/26/governo-omite-violencia-policial-de-raio-x-sobre-direitos-humanos-no-brasil.htm>
- Costa, D. V. A. (2011). Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. In *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos* (pp. 1-21). Brasília: Ipea. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo5.pdf>
- Costa, P. H. (2022). Ministério da Saúde extingue Coordenação de Saúde Mental. *Esquerda online*. Recuperado de <https://esquerdaonline.com.br/2022/06/23/ministerio-da-saude-extingue-coordenacao-de-saude-mental/>
- Costa, P. H., & Freitas Junior, L. (2023). Comunidades terapêuticas e colonização: o caso da Fazenda Esperança. *Esquerda online*. Recuperado de <https://esquerdaonline.com.br/2023/05/25/comunidades-terapeuticas-e-colonizacao-o-caso-da-fazenda-esperanca/>
- Costa, P. H., & Mendes, K. T. (2020a). Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a Psicologia Brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36, 1-

12. Recuperado de

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/JNqxrDSV4MJS5TDCXrWNkCp/?lang=pt>

Costa, P. H., & Mendes, K. T. (2020b). Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. *Sociedade em Debate*, 27(1), 66-82. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2809/1760>

Costa, P. A., & Mendes, K. T. (2021a). Saúde mental em tempos de crise e pandemia: um diálogo com Martín-Baró. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(1), 217-231. Recuperado de <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1367/1208>

Costa, P. A., & Mendes, K. T. (2021b). A morte como força produtiva no capitalismo brasileiro. *Revista Fim do Mundo*, 4, 87-109. Recuperado de <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10991/10297>

Costa, P. A., & Mendes, K. T. (2021c). A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), 1-17. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n2/09.pdf>

Creative Commons. (2021). Curso Política Nacional sobre Drogas: o que os gestores estaduais e municipais devem saber. *Módulos 1/4*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina e Ministério da Cidadania.

Damico, J., & Paula, T. (2021). Frantz Fanon e as patologias da liberdade. Resenha do livro *Alienação e liberdade – Escritos psiquiátricos*. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(1), 219-223. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/YkYGGTXd3yTfSkzxQG3sBFQ/?format=pdf&lang=pt>

Decreto n.º 10.088, de 5 de novembro de 2019 (2019). Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm

Decreto n.º 11.098, de 20 de junho de 2022 (2022). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança [Revogado]. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11098.htm

- Dias, M. (2020). O legado de Martin-Baró: a questão da consciencia latino americana. *Psicologia para América Latina*, (33), 11-22. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n33/a03n33.pdf>
- Dimenstein, M. D. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/GrQdw3hMYJcTRKMMQ6BKRRd/abstract/?lang=pt>
- Evangelista, A. P. (2011). Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*. Recuperado de <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S. A.
- Fanon, F. (1976). *Sociología de una revolución*. México: Ediciones Era.
- Fanon, F. (2020a). *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu Editora.
- Fanon, F. (2020b). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora.
- Fanon, F. (2021a). *Por uma revolução africana: textos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fanon, F. (2021b). *Escritos políticos*. São Paulo: Boitempo.
- Faustino, D. M. (2015). “Por que Fanon? Por que agora? ”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/bitst>
- Faustino, D. M. (2018). Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, 20(42), 148-163. Recuperado de https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288
- Fernandes, F. (1975). *Capitalismo dependente e as classes sociais no América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, F. (1980). *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Editora Hucitec.

Fernandes, F. (2018). *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

Fernandes, F. (2020). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente.

Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). *Mortes violentas intencionais*. Recuperado de <http://forumseguranca.org.br:3838/>

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundo Brasil (2021). *Violências sofridas pelos povos indígenas no Brasil*. Recuperado de <https://www.fundobrasil.org.br/blog/violencias-sofridas-pelos-povos-indigenas-no-brasil/>

G1 (2020a, 19 de dezembro). *Brasil registra média móvel de casos de 47.439, a maior desde o início da pandemia*. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/19/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-19-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

G1 (2020b, 3 de setembro). *Nº de pessoas mortas pelas polícia cresce no Brasil no 1º semestre em plena pandemia; assassinatos de policiais também sobem*. Recuperado de <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/no-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-no-1o-semester-em-plena-pandemia-assassinatos-de-policiais-tambem-sobem.ghtml>

G1 (2021). *Brasil bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 337,6 mil na pandemia*. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>

G1 (2023). *Mortes e casos conhecidos do Coronavírus no Brasil e nos estados*. Recuperado de https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.160961721.581006016.1674043033-2967573288.1518559973

Galão, F. (2022, 23 de janeiro). *Como a Venezuela se tornou um dos países mais violentos da América Latina e do mundo*. *Gazeta do povo*. Recuperado de

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-a-venezuela-se-tornou-um-dos-paises-mais-violentos-da-america-latina-e-do-mundo/>

Godoy, P. T. (2018). A acumulação primitiva do capital e o discreto charme da geografia burguesa. *Geosp – Espaço e Tempo*, 22(3), 559-571. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/119886/152066>

Gonçalves, H. C., Queiroz, M. R., & Delgado, P. G. (2017). Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? *Fractal: Revista de Psicologia*, 29, 17-23. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/fractal/a/6hWDtWcqTWBFFFjkhKR9svq/abstract/?lang=pt>

Guimarães, L., & Press, C. (2021, 13 de janeiro). ‘Mãe, fica tranquila, a gente tá dentro de casa’: as famílias destruídas pela violência policial em plena pandemia. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55582716>

Guitarrara, P. (2023). Trabalho escravo no Brasil atual. *Brasil escola*. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/trabalho-escravo-no-brasil-atual.htm>

Gusmão, T. R. (2016). Resenha: MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. *Revista de Economia política e História Econômica*, 36, pp. 212-216. Recuperado de <https://www.resenhacritica.com.br/todas-as-categorias/estado-e-burguesia-no-brasil-origens-da-autocracia-burguesa-antonio-carlos-mazzeo/>

Habimorad, P. L., Catarucci, F. M., Bruno, V. H., Silva, I. B., Fernandes, V. C., Demarzo, M. M., ... Patricio, K. P. (2020). Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2), 395-405. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csc/a/5GhvcX3KrXxFS5LqsFhpbVP/abstract/?lang=pt>

Ianni, O. (2019). *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular.

Iasi, M. (2011). *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.

Iasi, M. (2017). *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Jr.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a). *Desemprego*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022b). *Brasil tem 207,8 milhões de habitantes, mostra prévia do Censo 2022*. Recuperado de <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/35954-brasil-tem-207-8-milhoes-de-habitantes-mostra-previa-do-censo-2022>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023). *Atlas da Violência*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>

Katz, C. (2020). *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular.

Kohan, N. (2022). *Resistências, imperialismo e dependência no Capitalismo* (Germinal, Entrevistador, pp. 18-28) Salvador: Germinal: marxismo e educação em debate. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49180/26683>

Konder, L. (2012). *O que é dialética?* (28a. ed.). São Paulo: Brasiliense.

Lacerda Júnior, F. (2016). Marxismo e Psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade. Em I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, K. Amorim, & F. Coelho-Lima, *Marx Hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 255-275). São Paulo: Outras Expressões.

Lacerda Júnior, F. (2017). Colocando a Psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia* (pp. 7-21). Petrópolis, RJ: Vozes.

Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001 (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

- Lenin, V. I. (1979). *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- Lima, P. W. (2020). *A violência desde o prefácio de Jean-Paul Sartre para Os condenados da terra, de Frantz Fanon* (Dissertação). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Ceará. Recuperado de https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/63323?locale=pt_BR
- Limoeiro-Cardoso, M. (2013). Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEAUSP*, pp. 1-11. Recuperado de <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>
- Lippold, W. G. (2021). *Frantz Fanon e a Revolução Argelina*. São Paulo: Editora Raízes da América.
- Luxemburg, R. (1970). *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martín-Baró, I. (1990a). *Acción e ideología – psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1990b). La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*, IX(35), 123-146. Recuperado de https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-violencia-en-Centroam%C3%A9rica-una-visi%C3%B3n-psicosocial-RP1990-9-35-123_146.pdf
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf>
- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, ideología y violencia*. Madri: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (2017a). A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 312-332). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017b). Um psicólogo social frente à Guerra Civil em El Salvador. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 233-250). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Martín-Baró, I. (2017c). A violência na América Central: uma visão psicossocial. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 286-311). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017d). Guerra e saúde mental. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 251-270). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017e). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017f). O psicólogo no processo revolucionário. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 25-29). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017g). Entre o indivíduo e a sociedade. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017h). Conflito social e ideologia científica: do Chile a El Salvador. Em I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 30-54). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martins, K. O., & Lacerda Jr, F. (2014). A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Psicologia Política*, 14(31), 569-589. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a10.pdf>
- Martins, K. O., & Lacerda Junior, F. (2018). Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 221-235. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v11n2/04.pdf>
- Marx, K. (1859/2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1867/2017). *O Capital – Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1985). *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Marx, K., & Engels, F. (2007). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Masiero, A. L. (2003). A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *História, Ciências, Saúde, 10*(2), 549-572. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Lg63Lg8vPjHT4v3TLvYmpyG/?lang=pt>
- Mattos, M. B. (2020). *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial.
- Mazzeo, A. C. (2015). *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo.
- Melo, A. P. S., Dippenaar, I., Johnson, S. C., Weaver, N. D., Acurcio, F. A., Malta, D. C., Ribeiro, A. L. P., Guerra Júnior, A. A., Wool, E. E., & Naghavi, M. (2022, 11 de agosto). All-cause and cause-specific mortality among people with severe mental illness in Brazil's public health system, 2000–15: a retrospective study. *The Lancet Psychiatry, 9*(10), 771-781. Recuperado de [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(22\)00237-1/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(22)00237-1/fulltext#%20)
- Mello, I. (2021, 15 de julho). Anuário: Letalidade policial é recorde no país; negros são 78% dos mortos. *UOL*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/15/letalidade-policial-e-a-mais-alta-da-historia-negros-sao-78-dos-mortos.htm>
- Mena, F. (2021, 24 de setembro). Lei antimanicomial completa 20 anos em meio a retrocessos. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/09/lei-antimanicomial-completa-20-anos-em-meio-a-retrocessos.shtml>
- Mendonça, G. S., Souza, V. L., & Guzzo, R. S. (2016, jan./abr.). O conceito de ideologia na psicologia social de Martín-Baró. *Revista Psicologia Política, 16*(35), 17-33. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n35/v16n35a02.pdf>
- Meneghetti, F. K. (2011, mar./abr.). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea, 15*(2), 20-332. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/GrQdw3hMYJcTRKMMQ6BKRrD/abstract/?lang=pt>

- Minayo, M. C. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(Supl. 1), 7-18. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?lang=pt>
- Moreira, A. G., & Guzzo, R. S. (2015). Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignacio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia*, 569-577. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/bpkp8qMghtqfWfgTwbGh6R/?lang=pt>
- Neder, V. (2019). Emprego informal recorde derruba produtividade da economia brasileira. *Revista Exame*. Recuperado de <https://exame.com/economia/emprego-informal-recorde-derruba-produtividade-da-economia-brasileira/>
- Netto, J. P. (2011a). Entrevista. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(2), 333-340. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/tes/a/V6gVSJn7fR8qtTTXTPN7syw/?format=pdf&lang=pt>
- Netto, J. P. (2011b). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2012). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira Filho, G. B. (2017). A atualidade de “Os condenados da terra”, de Frantz Fanon. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2(2), 830-832. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3824/11927>
- Oliveira, D. (2018). A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. *Extraprensa - Cultura e Comunicação na América Latina*, 11, 39-57. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010/147020>
- Oliveira, C. (2021). O de cima subiu: 1% mais rico surfa na crise da Covid e já acumula metade da riqueza do Brasil. *Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/24/o-de-cima-subiu-e-o-de-baixo-desceu-1-dos-mais-ricos-sao-donos-de-metade-da-riqueza-no-brasil>
- Oliveira, I. F., & Paiva, I. L. (2016). A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia. Em I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. Costa, K. Amorim, & F. Coelho-Lima, *Marx Hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 223-244). São Paulo: Outras Expressões.

- Oliveira, L. B., Moreira, A. G., & Guzzo, R. S. (2014, jul.-dez.). Ampliando o conceito de situação-limite de Martín-Baró: diálogos com o conceito de crise. *Revista de Psicologia*, 5, 96-105. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1479>
- Oliveira, M. (2011). Latifúndio petista. *Monitor Mercantil*. Recuperado de <https://monitormercantil.com.br/latifundio-petista/>
- Oropeza, I. D. (2016). *Ignacio Martín-Baró. Una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas*. San José, Costa Rica: Editorial Arlekin.
- Ortiz, R. (2014, jul.-dez.). Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. *Contemporânea*, 4(2), 425-442. Recuperado de <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/241/115>
- Osório, J. (2014). *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões.
- Perlatto, F. (2014). Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*, 5(2), 461-481. Recuperado de https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38909/22354
- Pinto, A. V. (1960). *Consciência e realidade nacional: a consciência crítica*. Rio de Janeiro: Texto Brasileiros de Filosofia.
- Piovezan, S. (2022, 15 de agosto). Paciente psiquiátrico está mais sujeito à violência e corre mais risco de morrer. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/08/paciente-psiquiatrico-esta-mais-sujeito-a-sofrer-violencia-e-morte-por-doencas.shtml>
- Porfírio, F. (2023a). Violência no Brasil. *Brasil Escola*. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-no-brasil.htm#Dados+sobre+a+viol%C3%Aancia+no+Brasil>
- Porfírio, F. (2023b). Desigualdade social. *Brasil Escola*. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social.htm>
- Portaria n.º 702, de 21 de março de 2018 (2018). Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de

Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Recuperado de https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html

Porto, D. (2021). Negros representam 78% das pessoas mortas por armas de fogo no Brasil. *CNN Brasil*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-representam-78-das-pessoas-mortas-por-armas-de-fogo-no-brasil/>

Quando a morte veste farda (2021). *Polícias matam cada vez mais no Brasil*. Recuperado de <https://quandoamortevestefarda.com.br/policias-matam-cada-vez-mais-no-brasil/>

Rosso, K. G. (2015). *Florestan Fernandes e o caráter autocrático da burguesia brasileira: uma leitura sobre “A revolução burguesa no Brasil”*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Marília. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/126610/1/000842015.pdf>

Sakamoto, L. (2023, 11 de março). Tornozeleira eletrônica mantinha escravizado sob controle em sítio no RS. *UOL*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/03/11/tornozeleira-eletronica-mantinha-escravizado-sob-controle-em-sitio-no-rs.htm>

Salomão, A. (2022). Pobreza recorde acentua desigualdades no Brasil; veja por estado. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/pobreza-recorde-acentua-desigualdades-no-brasil-veja-por-estado.shtml>

Sampaio, L. (2023, 10 de março). Trabalho escravo: Aurora, Garibaldi e Salton fazem acordo de R\$ 7 milhões com MPT. *InfoMoney*. Recuperado de <https://www.infomoney.com.br/carreira/trabalho-escravo-aurora-garibaldi-e-salton-fazem-acordo-de-r-7-milhoes-com-mpt/>

Souza, C. L. (2017). Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina. *Rebela – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 7(3), 429-452. Recuperado de <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/3936>

Sue-Montgomery, T., & Wade, C. (2006). *A revolução salvadorenha: da revolução à reforma*. São Paulo: Unesp.

Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.

- Tótorá, S. (1999, dezembro). A questão democrática em Florestan Fernandes. *Lua Nova*, 48, 109-241. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ln/a/JJ5JssdJVt7GcRxvPSdjsVm/?lang=pt>
- Veiga, E. (2021, 28 de outubro). Brasil teve 182 indígenas assassinados em 2020. *DW – Made for minds*. Recuperado de <https://www.dw.com/pt-br/brasil-teve-182-ind%C3%ADgenas-assassinados-em-2020-diz-relat%C3%B3rio/a-59653945>
- Yamamoto, O. H. (2016). A atualidade do método de Marx. Em I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. Costa, K. Amorim, & F. Coelho-Lima, *Marx Hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 25-42). São Paulo: Outras Expressões.